

Perspetivas da

Contemporaneidade

Volume 1, Número 1 – abril/2021

Editora-Chefe

Professora Doutora Isabel Maria Freitas Valente, Universidade de Coimbra (Portugal)

Subeditora

Mestre Eliane Cristina da Silva Nascimento, Universidade Federal do ABC (Brasil)

Assistentes Editoriais

Mestre Ana Maria Cordeiro de Azevedo, Universidade Católica de Lisboa (Portugal)

Mestre Rooney Pinto, Universidade de Coimbra (Portugal)

Conselho Editorial

Professor Doutor Abdallah Saaf, Université Mohamed V Rabat (Marrocos)

Professora Doutora Alexandra Aragão, Universidade de Coimbra (Portugal)

Professor Doutor Álvaro Vasconcelos, Universidade de Coimbra (Portugal)

Professor Doutor Carlos E. Pacheco Amaral, Universidade dos Açores (Portugal)

Professor Doutor Claudio Luis de Camargo Penteado, Universidade Federal do ABC (Brasil)

Professora Doutora Dulce Lopes, Universidade de Coimbra (Portugal)

Professor Doutor Erwin Lannon, Faculty of Law of the Ghent University (Bélgica)

Professor Doutor Feliciano de Sá Guimarães, Universidade de São Paulo (Brasil)

Professora Doutora Hélène Pongerard-Payet, Université de La Réunion (França)

Professor Doutor João Rui Pita, Universidade de Coimbra (Portugal)

Professor Doutor Joel Carlos de Souza Andrade, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)

Professor Doutor Marcelo Furlin, Universidade Metodista de São Paulo (Brasil)

Professora Doutora Maria Garcia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)

Professor Doutor Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Universidade de São Paulo (Brasil)

Professor Doutor Renato Janine Ribeiro, Universidade de São Paulo (Brasil)

ISSN 2184-9021

<http://www.perspectivas.periodikos.com.br/>

ABRIL, 2021

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Índice

Editorial 3-4

Isabel Maria Freitas Valente

A Declaração Universal e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos: Significado Histórico e Relevância Contemporânea

The Universal Declaration and the European Convention on Human Rights: Historical Significance and Contemporary Relevance 5-20

F. Marina Azevedo Leitão; Isabel Maria Freitas Valente

Sustentabilidade no prado e justiça no prato: Estratégia europeia para a sustentabilidade e a justiça da alimentação

Sustainability in the farm and justice in the fork: European strategy for food sustainability and justice 21-47

Alexandra Aragão

Discursive conflicts around the impeachment of Dilma Rousseff (Brazil) on Twitter

Disputas discursivas no Twitter sobre o impeachment de Dilma Rousseff (Brasil)..... 49-67

Claudio Luis de Camargo Penteado; Denise Hideko Goya; Fabrício Olivetti de França

Afetos em narrativas de parto: percepções da violência obstétrica

Affections in childbirth narratives: perceptions of obstetric violence 69-96

Manuela Cortez da Cunha Cruz; Jaime Santos Junior

Arte Têxtil e a COVID-19: representações femininas em telas de Patchwork

Textile Art and COVID-19: female representations on patchwork canvas 97-122

Cristiane A. Fernandes da Silva

Editorial

O nascimento de uma nova Revista Científica constitui sempre motivo de júbilo e algo a ser saudado com entusiasmo. Na verdade, trata-se de celebrar a vitalidade da academia bem como a generosidade da partilha do conhecimento.

A Revista *Perspetivas da Contemporaneidade* resulta da parceria e empenho de investigadores de diferentes áreas do Saber, de distintas instituições académicas e de diversos países em pleno mundo invadido pelo SARS-Cov2.

Neste horizonte, é preciso recordar que esta pandemia global colocou o mundo sob um manto de incerteza que demonstra, à exaustão, que as utopias são cada vez mais necessárias e que só através de reflexões e de um pensamento conjunto e multidisciplinar conseguiremos avançar para um futuro mais justo e sustentável.

Mas, como refere Bernard-Henri Lévy no opúsculo – *Este Vírus que nos Enlouquece*, “um grande debate democrático [deve] abordar os detalhes, não das nossas utopias solidárias para o próximo mundo, mas das medidas a serem implementadas aqui, agora, concretamente, no mundo que existe.”

Assim, era urgente para muitos de nós, aprofundar o diálogo entre as várias áreas das Ciências Sociais e Humanidades e o intercâmbio entre as diversas margens do Atlântico em torno do conceito de *Contemporaneidade*.

Com este propósito, a rede recupera e reatualiza a inestimável herança do conceito de *Contemporaneidade* gizado por Giorgio Agamben no seu texto “O que é o Contemporâneo?” bem como as análises inter e pluridisciplinares que permitem iluminar o presente e arquitectar o futuro.

Ora, segundo Agamben “isso significa que o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de ‘citá-la’ segundo uma necessidade que não provém do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a

sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse facho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora.”

Neste contexto, é com imensa alegria que dá-nos a público o primeiro número desta publicação anual que procurará seguir um trajecto sólido na internacionalização da produção científica nas Ciências Sociais e Humanidades.

Uma palavra final de reconhecimento é ainda devida a todos os que aceitaram integrar o Conselho Editorial, ao Editor Associado, aos Assistentes Editoriais, aos autores de artigos e aos avaliadores científicos cujas críticas e apreciações possibilitaram a confirmação da valia de muitos dos estudos propostos para publicação e o enriquecimento dos respetivos textos finais.

Votos de boa leitura!

Isabel Maria Freitas Valente
Diretora da Revista *Perspetivas da Contemporaneidade*

***A Declaração Universal e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos:
Significado Histórico e Relevância Contemporânea***

*The Universal Declaration and the European Convention on Human Rights: Historical
Significance and Contemporary Relevance*

F. Marina Azevedo Leitão
Universidade de Coimbra, Portugal
marina.azevedoleitao@outlook.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8427-461X>

Isabel Maria Freitas Valente, PhD
Universidade de Coimbra, Portugal
isabel.valente@uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2403-514>

Resumo

Em 2018 celebrou-se o septuagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e assinalaram-se também os quarenta anos da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais. Por referência a esta dupla memoração, o presente texto tem por escopo apresentar uma breve reflexão quanto ao significado histórico e, também, relevância atual de ambos documentos, defronte os copiosos desafios que hodiernamente, por todo o mundo, colocam em questão os direitos neles inscritos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Abstract

In 2018, the 70th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights was celebrated and the 40th anniversary of Portugal's accession to the European Convention on Human Rights and Fundamental Freedoms was also marked. Bearing in mind this double celebration, this text aims to present a brief reflection on the historical significance as well as the current relevance of both documents considering the copious challenges that today, all over the world, question the rights in them consigned.

Keywords: Human rights; Universal Declaration of Human Rights; European Convention on Human Rights.

I. Introdução

O século XX ficará para sempre marcado na História da Humanidade com o testemunho real daquilo que Homem, estimulado por uma absoluta desprezência de consciência em aceção arendtiana, tem de mais hediondo e primário: a sua possante capacidade para causar dano ao seu semelhante¹. Sob tal prisma, foram várias as razões que contribuíram para um desditoso protagonismo da centúria. Em primeiro lugar, a sua correspondência, pelo menos parcial, com o período do entreguerras, marcado pela ascensão do totalitarismo, pela desumanização do ‘*outro*’ e pela própria guerra; em segundo lugar, a cogitação e posta em prática intencional de um método sistemático de eliminação de quase todo um povo e, por fim, a percebida catástrofe atômica².

Todos estes fenómenos, que envolveram a terra inteira, mimetizam, no fundo, o único ato verdadeiramente global de toda a História: a destruição da Humanidade³. Colocam ainda a descoberto até que ponto logra o mal limites inimagináveis nas mentes e ações humanas⁴. Mas, mesmo assim, o planeta resistiu. E, como escreveu a filósofa Hannah Arendt, dado que “até nos tempos mais sombrios temos o direito a esperar ver alguma luz”⁵, o século XX foi também aquele em que a Humanidade mudou, descortinando-se desde aí um novo e melhor tempo para os rumos da civilização.

Com efeito, a fim de preservar-se o ser humano da barbárie, pouco antes robustecida pelo nazi-fascismo, foi fundada em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU) e, pouco depois, adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Com esta, e a partir desta, os direitos considerados inerentes a toda pessoa humana pelo simples de existir, deixaram de estar puramente circunscritos à jurisdição interna, transcendendo os lindes de cada Estado que conforma a comunidade internacional. Converteram-se, por assim dizer, em direitos permanentes de todas as

¹ ARENDT, Hannah - *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

² BLAINEY, Geoffrey - *Uma breve história do Século XX*. Alfragide: Livros d’Hoje, 2009.

³ HERMANN, Fabio - *Introdução à Teoria dos Campos*. 1.ª Ed. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2001.

⁴ BADILLO O’ Farrell, Pablo - Los Derechos Humanos en el umbral del siglo XXI. *Anuario de Derechos Humanos, Nueva Época*, V. 7. T. 1 (2006), p. 69-94.

⁵ ARENDT, Hannah - *Homens em Tempos Sombrios*. Lisboa: Relógio d’Água, 1991.

pessoas, em todos os lugares. Enquanto “obra comum das Nações Unidas”⁶ a Declaração Universal foi assim – e a um só tempo – peça inaugural do processo de universalização dos direitos humanos e trave-mestra que inspirou e guiou a formação de sucessivos instrumentos de proteção, também no plano regional. Destaca-se, de entre estes, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) assinada em Roma, em 4 de novembro de 1950 e à qual Portugal viria a aderir, como membro do Conselho da Europa, em 1978.

Pelo interesse que sempre desperta um tema tão premente como o dos direitos humanos e sua proteção apresenta-se no texto vertente uma reflexão sobre o significado histórico e, também, relevância atual de ambos documentos. Tratar-se-á, portanto, de um exercício de voltar os olhos tanto para trás, para o vivido, como para a frente, ao presente, onde, não há como negar que, apesar dos significativos avanços logrados, surgem virulentamente novos obstáculos e desafios.

II. 1948-1950: da universalização à regionalização (europeia) dos direitos humanos

Os direitos humanos, decorrentes por essência da própria condição de pessoa humana, por mais naturais que nos possam parecer, são expressão de um processo ininterrupto de integração de valores inerentes à convivência coletiva. Provêm, como observou Celso Lafer, “de legados históricos, irradiadores de feixes axiológicos, configuradores de um sentido de direção”⁷. Fala-se, por conseguinte, no âmbito da literatura especializada, do legado grego, romano e judaico-cristão, assim como do legado americano, inglês e francês, e dos legados do liberalismo e do socialismo, os quais contribuíram, de muitas maneiras, a moldar a nossa concepção atual de direitos humanos⁸. Foi, aliás, da incorporação paulatina daqueles ‘feixes axiológicos’ nas normas legais que regem os Estados modernos que, a partir das Revoluções Atlânticas do século XVIII, se passou a explicar “a evolução, no plano interno dos Estados, da abrangência do reconhecimento do valor da pessoa humana”⁹.

⁶ SIMON, Pedro - *Declaração Universal dos Direitos Humanos: Ideal de Justiça, Caminho da Paz*. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 13.

⁷ LAFER, Celso - Reflexões sobre o historicismo axiológico de Miguel Reale e os Direitos Humanos no plano Internacional. In LOURENÇO, Maria Cecília França (org.) - *Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP 1934-1999*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

⁸ POOLE, Hilary (org.) - *Direitos Humanos: referências essenciais*. Trad. por Fábio Larsson. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Núcleo de Estudos da Violência, 2007.

⁹ LAFER, Celso - *Op. cit.*, p. 27.

Além-fronteiras nacionais, a promoção dos direitos humanos é, porém, mais recente. De facto, só depois do término da Segunda Guerra Mundial e estando ainda abertas as feridas das grandes tragédias humanas, é que os atores do sistema internacional – os Estados – encetaram um labor orientado à construção de um novo tipo de sociedade, enformada por valores éticos e de cunho global, que consagrou a proteção do ser humano entre os seus objetivos primordiais. Fruto de um tal labor, a Declaração Universal dos Direitos Humanos representou, em muitos sentidos, um autêntico recomeço da História da Humanidade¹⁰. Mais do que inserir na agenda internacional a questão dos direitos humanos, a Declaração cristalizou-os na consciência moral da Humanidade, convertendo a sua defesa em causa suprema para que mundo se tornasse diferente de como era até então.

Aprovada pela Resolução 217-A, na 3.^a Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal apresentou-se, por outro lado, como uma “novidade em relação aos catálogos dos direitos humanos que a procederam”¹¹, tanto pela sua abrangência como pela sua longanimidade. Projetando um ‘ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações’ constituiu “a mais perfeita síntese dos avanços éticos da Humanidade”¹² ao abranger, num só escrito, o reconhecimento dos direitos civis e políticos (de natureza individual) e dos direitos económicos, sociais e culturais (de natureza coletiva) de que são titulares todos os Homens, de todo o mundo, sem distinção de qualquer espécie, seja ‘de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião pública ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação’. Nesse percurso atestatório de direitos de todas as pessoas, a DUDH determinou, assim, o carácter universal dos direitos humanos e abriu portas à sua indivisibilidade. E tais elementos, em conjunto com a positivação converteram-na num verdadeiro marco da história do século XX, com segura relevância para todos os vindouros, pois o seu valor mais profundo repousa na consideração da dignidade inerente a todos os seres humanos. Promoveu-se assim a desconstrução da negação do ser humano como sujeito, afirmando a sua personalidade internacional. Fausta é a este respeito observação de Sorto, segundo quem, a Declaração de 1948 não é senão o documento modelar que, resgatando-lhe a

¹⁰ DALLARI, Dalmo de Abreu - A luta pelos Direitos Humanos. In LOURENÇO, Maria Cecília França (org.) - *Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP 1934-1999*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

¹¹ PEREIRA, António Maria - Direitos do Homem e Defesa da Democracia. *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. N. 8 (1978), p. 52-53.

¹² SIMON, Pedro - *Op. cit.*, p. 13.

dignidade, “devolve o ser humano ao seu devido lugar, isto é, ao centro do processo normativo e protetor, dando-lhe a titularidade e a subjetividade no plano internacional”¹³.

Mas, a par deste irreversível resgate do ser humano como sujeito dotado de dignidade, outro dos maiores feitos da Declaração Universal, que contribui a atestar o seu valor, foi também o do consenso internacional alcançado, aquando da sua aprovação, num momento histórico delicado. Um momento que o mundo se via mergulhado numa outra guerra, chamada ‘fria’, marcada pela bipolaridade de duas superpotências – os EUA e a URSS – que, separadas por uma ‘cortina de ferro’, procuravam, cada uma à sua maneira, controlar o planeta¹⁴. E foi, justamente, nesse contexto de guerra peculiar e de clara confrontação ideológica entre o Ocidente e o Leste que, em 1948, os Estados que integravam as Nações Unidas, prepondo aos seus interesses maiores da humanidade, foram capazes de aprovar o documento cujos setenta anos há pouco tempo memoramos. Dos então 58 Estados Membros da ONU, a Declaração recebeu o aval unânime de 48, num processo de votação que registou igualmente duas ausências e oito abstenções¹⁵. Destarte, também por esta razão se refere que a DUDH foi um dos documentos de maior consenso universal, sendo hoje reconhecida e invocada em boa parte do mundo, até mesmo por Estados que emergiram após a sua proclamação¹⁶. Todavia, por tratar-se de uma Declaração, o seu texto não é juridicamente vinculativo, representando tão-só “o que deveria vincular, o que os Estados deveriam ter convertido em tratado, o que deveria ser lei interna e internacional, porque diz respeito a todos os seres humanos, estejam eles dentro dos seus Estados ou fora deles”¹⁷. Não obstante, pese embora o seu carácter não vinculativo, é já inegável o seu valor como código moral e universal de conduta em função do qual se pode avaliar a atuação dos Estados que conformam o sistema internacional¹⁸ dado que, como acima se deixou escrito, foi a partir dela que se começou a impor a ideia segundo a qual o tratamento dos Homens, mais que um assunto reservado a cada Estado nos limites da sua jurisdição, é também uma questão que respeita a toda a comunidade internacional.

¹³SORTO, Fredys Orlando - A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. *Verba Juris*. N. 7 (2008), p. 20.

¹⁴ALENCAR, Chico - *Direitos mais Humanos*. 3.ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006, p. 26.

¹⁵SIMON, Pedro - *Op. cit.*, p. 13.

¹⁶Idem-ibidem.

¹⁷SORTO, Fredys Orlando - *Op. cit.*, p. 32.

¹⁸PEREIRA, António Maria - *Op. cit.*, p. 53.

Por outro lado, se é verdade que a Declaração de 1948 se baseou nas tradições axiológicas do mundo ocidental, tendo sido escrita por um punhado de indivíduos originários, em ampla maioria, do Ocidente e aprovada numa Assembleia Geral onde muitos países não estavam, à época, representados, após uma votação da qual os países socialistas se abstiveram¹⁹, apartando-nos de quaisquer críticas ao denominado consenso universal impositivo, não restam dúvidas que aquela se tornou, paulatinamente, parte do costume internacional, ademais de ter conquistado, com o passar dos anos, elevada notoriedade. Amiúde, as normas e princípios que consagra são invocados pelos Tribunais Internacionais Contemporâneos, encontrando também expressão nas Constituições de muitos países e servindo de modelo e fonte de interpretação dos preceitos que visam ou contêm com a proteção dos direitos humanos, assim contribuindo como refere Trindade, “para a incidência da dimensão dos direitos humanos no direito tanto internacional como interno”²⁰.

A Declaração esteve também na origem dos dois pactos internacionais de direitos humanos de 1966 que asseguram aos direitos nela consagrados a força de obrigação jurídica que os Estados signatários se comprometem a respeitar e que, em conjunto com aquela, conformam a chamada ‘Carta Internacional de Direitos Humanos’. São eles, o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, aos quais, dado o seu carácter impositivo, muitos países a eles ainda não se submeteram inteiramente²¹. Todavia, pela autoridade moral reconhecida, a soma destes três instrumentos não deixa de ser apontada como a espinha dorsal do conjunto de normas e mecanismos de proteção fundantes da ordem internacional dos direitos humanos²².

Tratam-se, no entanto, de instrumentos concebidos a partir de um contexto histórico específico e datado, estando por isso longe de esgotar toda a catalogação de direitos existentes, pois é infindável a sua conquista. Com efeito, falar da importância da Declaração e dos Pactos que a completam implica reconhecê-los como instrumentos jurídicos norteadores em prol da promoção e defesa de novos direitos resultantes das

¹⁹ POOLE, Hilary (org.) - *Op. cit.*, p. 99.

²⁰ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado - O legado da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua trajetória ao longo das últimas décadas (1948-2008). In GIOVANNETTI, Andrea (org.) - *60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Conquistas do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 13-46.

²¹ POOLE, Hilary (org.) - *Op. cit.*, p. 89.

²² ANNONI, Danielle - Os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas: contribuições e perspectivas. *Direito, Estado e Sociedade*. N. 33 (2008), p. 19-35.

conquistas advindas com o avanço da civilização. No sentido da sua integração, desde esses instrumentos fundadores, a ordem internacional de direitos humanos não mais cessou de se adensar cobrindo hoje, a par da proibição do genocídio e da tortura, os direitos das mulheres e das crianças, o direito ao desarmamento nuclear e à paz, à democracia, à liberdade de informação e ao pluralismo político, bem como o direito a um *ambiente sadio* e ecologicamente equilibrado e o direito ao desenvolvimento, a par de muitos outros igualmente lastreados na valorização do ser humano e sua elevação ao *status* de sujeito social transformador²³.

Com bem explica Simon, com o aporte destes novos direitos que atualizam e ampliam os termos da Declaração Universal, o arcabouço da proteção internacional vai hoje além das garantias de natureza civil, política, económica, social e cultural, para incluir também um conjunto alargado de outros direitos imanentes à vida e indispensáveis ao progresso da Humanidade²⁴. Desenvolve-se e consolida-se assim o Direito Internacional dos Direitos Humanos a partir do qual se estruturou o sistema normativo global de proteção dos direitos dos Homens de todo o mundo e ao lado do qual se encetou um processo de regionalização, no sentido de internacionalizar os direitos humanos também nos planos regionais²⁵.

No âmbito territorial europeu que, de maneira tão direta, sofreu com os efeitos da guerra, esse processo manifestou-se em termos concretos em 1950, com a proclamação da Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, comumente conhecida por Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH). Trata-se, como observaram Alves e Castilhos, da primeira das convenções celebradas e negociadas sob a égide do Conselho da Europa²⁶, a mais antiga instituição europeia em funcionamento e que assume como objetivos primordiais os de obter uma ‘união mais estreita entre os seus Membros’ propondo-se, para o efeito, promover o ideal da democracia, proteger e contribuir para o desenvolvimento dos direitos humanos. Como fruto desta instituição, a CEDH acompanha-a na finalidade.

²³ Idem-ibidem.

²⁴ SIMON, Pedro - *Op. Cit.*, pp. 19-20.

²⁵ PIOVESAN, Flávia - Direito Internacional dos Direitos Humanos e Lei de Anistia: o caso brasileiro. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir Pinheiro (orgs.) - *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 91-108.

²⁶ ALVES, Dora Resende; CASTILHOS, Daniela Serra - A evolução dos Direitos Humanos na Europa: os principais momentos desde a ausência de direitos fundamentais na União Europeia até à atualidade. In BEDIN, G. A. (org.) - *Cidadania, justiça e controle social*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2016, p. 10-21.

Tal como a Declaração Universal que a precedeu, foi também ela adotada com uma clara “intencionalidade de combate da natureza lupina do Homem exposta pela banalidade do mal na Segunda Guerra Mundial”²⁷, emergindo com o intuito de libertar a Europa das ameaças do totalitarismo e de subverter a lógica alimentada pelos Estados de descartabilidade da pessoa humana. Num quadro ainda incipiente de integração europeia, esta Convenção aparece então como um rasgo de esperança de se implementar, também no continente europeu, um padrão mínimo de proteção dos direitos do Homem afeto a todos os países do bloco que, sendo membros do Conselho, haveriam de garantir os direitos civis e políticos básicos de um Estado de Direito, não só aos seus nacionais, mas também a todos os indivíduos que se encontrem sob a sua jurisdição.

A Convenção fixou assim um conjunto de direitos e liberdades fundamentais que haveriam de servir de escudo protetor dos indivíduos frente aos Estados. Todavia, longe de considerar-se esgotado, num só texto normativo, o acervo dos direitos a proteger, foi posteriormente complementada por um conjunto alargado de Protocolos que acrescentaram novos direitos aos que nela foram consagrados²⁸.

Revisitando o contexto histórico da proclamação da CEDH percebe-se que está também imbuída do mesmo espírito da Declaração Universal. Nela se espelham as mesmas intenções, propondo-se igualmente a centralidade dos direitos humanos²⁹. Mas, embora se possa referir que não tem a mesma originalidade marcada, na medida em que está muito subordinada, na sua essência, à DUDH, a Convenção apresenta notadas vantagens relativamente a esta última: primeiro, porque se apresenta, não como uma declaração de princípios, mas sim como um texto jurídico com carácter vinculativo e, segundo, por ser acompanhada de um controlo judicial, que confere proteção jurisdicional aos direitos que consagra: o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), com sede em Estrasburgo³⁰. De tal forma, a grande originalidade da

²⁷ VIEIRA, José Ribas; SILVA, Diogo Bacha e - Direitos do Homem? A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e os Confins do Homem. In PRONER, Carol [et al.] (coords.) - *70.º Aniversario de la Declaración Universal de Derechos Humanos: La Protección Internacional de los Derechos Humanos en cuestión*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2018, p. 386-387.

²⁸ Cfr. Protocolos n.º 1, 4, 6, 7, 12 e 13.

²⁹ CURBELO, Salvador Cuenca - El valor de la Declaración Universal de los Derechos Humanos en la jurisprudencia del Tribunal Europeo de Derechos Humanos. In PRONER, Carol [et al.] (coords.) - *70.º Aniversario de la Declaración Universal de Derechos Humanos: La Protección Internacional de los Derechos Humanos en cuestión*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2018, p. 583 e ss.

³⁰ MONTEIRO, Susana Isabel da Cunha Sardinha – *La configuración jurídico-política de la ciudadanía de la Unión Europea: Europa delos ciudadanos e identidad europea*. Tese de Doutoramento policopiada. Estremadura: Universidade de Estremadura, 2015, 692 p.

Convenção consiste, pois, “em associar aos direitos e princípios instituídos, um mecanismo concreto e eficaz de controlo e de sanção, assegurando uma garantia jurisdiccional efectiva”³¹.

À luz deste sistema, todo e qualquer indivíduo que hoje se considere lesado no gozo dos direitos consagrados no texto da Convenção ou seus Protocolos, desde que se encontre afeto à jurisdição de um Estado que integre o Conselho da Europa e, nessa qualidade, naturalmente signatário da Convenção, pode recorrer para o TEDH uma vez esgotadas todas as vias judiciais de recurso internas. Tal significa que, fazendo valer o seu direito de queixa, qualquer cidadão de um Estado-parte da Convenção, convertido por esta em autêntico sujeito de direito internacional, com acesso direto à instância jurisdiccional de Estrasburgo, pode obter a condenação do seu próprio Estado por violação dos seus direitos fundamentais e, conseqüentemente, uma reparação razoável.

Com este sistema, como pontuou Monteiro, “pela primeira vez, a razão de um Estado pode ser posta em causa e curvar-se perante os direitos individuais consagrados”. Mais ainda, “as eventuais arbitrariedades cometidas pelos Estados, por acção ou omissão, podem ser apreciadas e sancionadas por instâncias internacionais propositadamente criadas para o efeito, ou seja, o de garantir a protecção dos direitos dos indivíduos, mas desde que os Estados hajam ratificado, sem ressalvas, os art. 25.º e 46.º, que tratam, respetivamente, do direito de recurso individual e do reconhecimento do carácter obrigatório da jurisdição do Tribunal”³².

Convém, no entanto, esclarecer que o acesso dos particulares ao Tribunal de Estrasburgo, nem sempre foi assim. Não pressupunha, no início, um acesso direto dos cidadãos. Nos primórdios do seu funcionamento, para que uma queixa de um particular chegasse ao TEDH era necessário que passasse primeiro pelo crivo da Comissão Europeia dos Direitos do Homem, cabendo a esta levar a questão ao Tribunal. Foi apenas com a aprovação do Protocolo n.º 11 que se alterou este mecanismo processual, reforçando o carácter judiciário do sistema de protecção dos direitos humanos ao nível do Conselho da Europa³³.

Pela consagração deste sistema, à CEDH são ainda hoje tecidos largos elogios. Este texto teve não só mérito de ser o primeiro instrumento jurídico vinculativo de direito internacional em matéria de direitos humanos, como foi capaz de constituir “o

³¹ Idem, ibidem.

³² Idem, ibidem.

³³ PEREIRA, Maria de Assunção do Vale - O protocolo n.º 11 adicional à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. *Revista Jurídica da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, 1999.

mais perfeito modelo internacional de direitos fundamentais” que serviu de referência para outros continentes³⁴. À semelhança do sistema global de proteção, também o sistema europeu de direitos humanos não cessou de se amplificar, não só quanto aos direitos protegidos mediante a aprovação da Carta Social Europeia, mas também quanto ao seu alcance geográfico, que deixou de se limitar, como observou Vital Moreira, “ao pequeno número inicial de democracias liberais do ocidente europeu, para depois abranger os países do sul, nos anos 70, depois da sua transição democrática, e por último os países do leste europeu, nos anos 90, depois do desmoronamento do mundo comunista”³⁵. Já no ano 2000, a própria União Europeia, afirmando a centralidade dos direitos humanos no projeto europeu, reuniu num único documento – a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – um catálogo de direitos juridicamente vinculativo, quer para a própria União, como para os seus Estados membros, baseando-se cada um dos direitos nela enumerados num ou em diversos textos precursores, nomeadamente na CEDH e respetivos protocolos³⁶.

III. Direitos Humanos: entre a realidade e a realização

Ante o exposto, podemos dizer que a afirmação internacional dos direitos humanos, tanto pela DUDH, como pela CEDH supôs um avanço institucional e normativo claro quanto à proteção do ser humano. Independentemente da força jurídica de cada um, ambos documentos possuem desde a origem uma grande força moral, que inspirou o rumo de todos os labores que, desde a sua proclamação, têm sido encetados no domínio dos direitos humanos³⁷. Apesar destes reconhecimentos, não podemos deixar de reconhecer o hiato que ainda subsiste entre a mensagem humanista que tanto a DUDH como a CEDH encerram e a realidade prevalecente no mundo.

Com efeito, neste jovem século XXI, constata-se que o desrespeito dos direitos humanos faz ainda parte do quotidiano mundial, atingindo, tal como no passado, um número infundável de pessoas, privadas do mais ínfimo direito aos mínimos vitais. No plano fático, segundo o Relógio da Pobreza Mundial estimava-se que em dezembro de 2018, ainda existiam mais de 627 milhões de pessoas a viver em condições de pobreza

³⁴ ALVES, Dora Resende; CASTILHOS, Daniela Serra - *Op. cit.*, p. 16.

³⁵ MOREIRA, Vital - Um feito histórico. *Jornal Público*, 7 de setembro de 2018.

³⁶ MONTEIRO, Susana Isabel da Cunha Sardinha - *Op. Cit.*, p. 219 – 228.

³⁷ ROBLES, Manuel E. Ventura - El valor de la Declaración de Derechos Humanos. *Revista de Derecho Público*. V. I (1996), p. 30-34.

extrema³⁸. Muitas delas estão hoje excluídas de um Estado de Direito, não conhecem sequer os seus direitos, não possuem meios para sair da condição em que se encontram e são diariamente submetidas a múltiplas violações de direitos humanos³⁹. Nesta ‘era dos direitos’ persiste, pois, a miséria de muitos. A falta de trabalho, as poucas oportunidades de qualificação ou o acesso a cargos mal remunerados e sem perspectivas de progresso profissional, a impossibilidade de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e quantidade suficiente, assim como a falta de saúde e de habitação, convive lado a lado com os encantos da sociedade do consumo e do espetáculo, com a ascensão das ‘super-elites’, com a apologia do ter em lugar do ser e com o privilégio do privado em detrimento do público⁴⁰. Neste plano, o fenómeno da globalização económica e o modelo neoliberal imperante, traz consigo uma visão marcadamente individualista da realidade humana, beneficiado inclusive “pouco mais de um terço dos habitantes do planeta em detrimento dos outros dois terços da humanidade, submetidos a condições de vida cada vez mais precárias”⁴¹. O Estado, por seu turno, convive com a corrupção, encarando muitas vezes os investimentos na educação, na saúde e no trabalho como custos insustentáveis, assim levando pessoas à indiferença para com a direção do seu destino coletivo e à adoção de comportamentos cada vez mais inconsequentes⁴². Também neste século, que não viveu os horrores de uma Guerra Mundial, assiste-se ao ressurgir da xenofobia, dos nacionalismos excludentes, da intolerância étnica ou cultural e ao auge inegável da extrema-direita que alimenta discursos identitários de clara exclusão do ‘outro’, que é estrangeiro, imigrante ou refugiado. Perante este quadro não parece, pois, como salientou em 1998 José Saramago, mas cujas palavras permanecem atuais, que se tenha feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que moralmente se está obrigado; porque não se sabe, porque não se pode ou simplesmente porque não se quer⁴³. E assim se vai subtraindo a dignidade, concebendo-se o oposto de tudo quando a DUDH, assim como a CEDH representam. Mesmo em Portugal, pautado que é, enquanto Estado de Direito

³⁸ World Poverty Clock, 2018.

³⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio - *Op. Cit.*, p. 77.

⁴⁰ ALENCAR, Chico - *Op. Cit.*, p. 26.

⁴¹ SIMON, Pedro - *Op. Cit.*, p. 17

⁴² Idem – *ibidem*, p. 18.

⁴³ RÍO, Pilar del - La Simetría de los Derechos Humanos son los Deberes. In PRONER, Carol [et al.] (coords.) - *70.º Aniversario de la Declaración Universal de Derechos Humanos: La Protección Internacional de los Derechos Humanos en cuestión*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2018, p. 23-26.

Democrático, pelos parâmetros internacionais da proteção dos direitos, tem sido condenado, pelo TEDH, por diferentes casos de violação de direitos humanos⁴⁴.

Todos estes fenómenos, longe de qualquer ineditismo histórico, concorrem a atestar que a “promessa de melhores tempos” lançada com a adoção da Declaração Universal e seus corolários até hoje não se cumpriu plenamente⁴⁵. Arguem ainda a atualidade daqueles documentos fundadores da ordem internacional dos direitos humanos que permanecem afastados da possibilidade de já repousarem nos armários da história⁴⁶. Na verdade, diante da realidade de todo o planeta, os seus preceitos permanecem atuais e a sua defesa igualmente necessária, pois mais que prescrições históricas, são eles instrumentos de memória – social, política e jurídica – que nos devem recordar constantemente o que deve efetivamente ser feito: procurar e salvaguardar formas éticas de bem viver em comum⁴⁷.

Tomando-os referência, neste mundo tão complexo e tão cheio de contrastes, urge continuar a caminhar no sentido da realização das suas ideias reguladoras que colocaram o Homem de frente com o imperativo de despertar um verdadeiro sentido de humanidade. Para isso, é indispensável o engajamento de todos em defesa dos direitos humanos. Para esse engajamento importa, prioritariamente, estimular-se a reflexão e a formação de um espírito crítico, para o aprimoramento ético de toda a sociedade perante situações sociais que exigem uma postura coerente com a condição humana. Em cumprimento dos postulados da Declaração de 1948, os Estados devem ainda olhar verdadeiramente para os problemas existentes e procurar encontrar-lhes soluções mais justas e eficazes, fomentando, ademais, o processo de educação para os direitos humanos a fim de desenvolver-se o respeito dos direitos e liberdades de todas as pessoas e assim cumprindo o ideal benemérito então prometido.

IV. Conclusão

⁴⁴ FARIA, Natália - Portugal foi condenado dez vezes pelo TEDH. *Jornal Público*, 25 de janeiro de 2018.

⁴⁵ SIMON, Pedro - *Op. Cit.*, p. 15.

⁴⁶ Idem – *ibidem*, p. 9.

⁴⁷ SORTO, Fredys Orlando - *Op. Cit.*, p. 13.

A proclamação da DUDH foi um passo fundamental cujo impacto só se logra perceber desde a perspectiva histórica dos últimos decênios. Fruto das Nações Unidas, introduziu a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade destes direitos. Constituiu, ademais, o lastro dos demais instrumentos internacionais de proteção que a sucederam. Inspirada pelos valores e princípios da Declaração, a CEDH cristalizou pouco depois, no quadro do positivismo europeu dos direitos humanos, a dignidade humana como um valor absoluto.

Passados já várias décadas desde a proclamação de ambos documentos e a despeito das conquistas alcançadas através dos numerosos instrumentos jurídicos de alcance universal e regional ou da criação de sistemas de proteção, aplicáveis a todas as pessoas, sem discriminação de qualquer espécie, tanto a DUDH como a CEDH permanecem atuais e relevantes como fator de conscientização e impulso de avanços sociais variados. Tais avanços merecem, pois, celebração, mas mantendo presente a larga distância que ainda separa os ideais consagrados do mundo real.

Adquirem neste contexto, renovada atualidade as palavras Norberto Bobbio, no discurso proferido na Conferência de Turim, em 1967, em homenagem ao vigésimo aniversário da Declaração Universal, no qual reafirmava a historicidade dos direitos humanos. Nesse discurso, Bobbio referia que “o problema grave do nosso tempo, não é mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los. (...). Não se trata [já] de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e o seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual o modo mais seguro de garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados”⁴⁸. Concordando com este entendimento, à *guisa de notas conclusivas* podemos ainda reafirmar e ter presente que, no mais das vezes, “[a] História sempre mostrou que [onde] se plantam direitos humanos, colhem-se [a] segurança, a paz e a democracia”⁴⁹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁴⁸ BOBBIO, Norberto, *A Era dos Direitos*, Trad. Carlos Nelson Coutinho, 7.^a Tiragem, São Paulo, Elsevier Editora, 2004.

⁴⁹GREGORI, José, “Reflexões no Sexagenário Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos”, in GIOVANNETTI, Andrea (org.), *60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Conquistas do Brasil*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, pp. 173-182.

- ALENCAR, Chico – *Direitos mais Humanos*, 3.^a Ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.
- ALVES, Dora Resende; CASTILHOS, Daniela Serra – A evolução dos Direitos Humanos na Europa: os principais momentos desde a ausência de direitos fundamentais na União Europeia até à atualidade. In BEDIN, G. A. (org.) – *Cidadania, justiça e controle social*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2016, p. 10-21.
- ANNONI, Danielle – Os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas: contribuições e perspectivas. *Direito, Estado e Sociedade* [Em linha]. N. 33 (2008), p. 19-35. [Consult. 29 de setembro de 2018]. Disponível em WWW: <<https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/236>>
- ARENDT, Hannah – *Homens em Tempos Sombrios*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- ARENDT, Hannah – *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BADILLO O' Farrell, Pablo – Los Derechos Humanos en el umbral del siglo XXI. *Anuario de Derechos Humanos, Nueva Época* [Em linha]. V. 7. T. 1 (2006), p. 69-94. [Consult. 27 de agosto de 2018]. Disponível em WWW: <<https://revistas.ucm.es/index.php/ANDH/article/download/.../20816>>
- BLAINEY, Geoffrey – *Uma breve história do Século XX*. Alfragide: Livros d'Hoje, 2009.
- BOBBIO, Norberto – *A Era dos Direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7.^a Tiragem. São Paulo: Elsevier Editora, 2004.
- CURBELO, Salvador Cuenca – El valor de la Declaración Universal de los Derechos Humanos en la jurisprudencia del Tribunal Europeo de Derechos Humanos. In PRONER, Carol [et al.] (coords.) – *70.º Aniversario de la Declaración Universal de Derechos Humanos: La Protección Internacional de los Derechos Humanos en cuestión*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2018, pp. 583 e ss.
- DALLARI, Dalmo de Abreu – A luta pelos Direitos Humanos. In LOURENÇO, Maria Cecília França (org.) – *Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP 1934-1999*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- FARIA, Natália – Portugal foi condenado dez vezes pelo TEDH. *Jornal Público*, 25 de janeiro de 2018.
- GREGORI, José – Reflexões no Sexagenário Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. In GIOVANNETTI, Andrea (org.) – *60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Conquistas do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 173-182.
- HERMANN, Fabio – *Introdução à Teoria dos Campos*. 1.^a Ed. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2001.
- LAFER, Celso – Reflexões sobre o historicismo axiológico de Miguel Reale e os Direitos Humanos no plano Internacional. In LOURENÇO, Maria Cecília França (org.) – *Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP 1934-1999*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- MONTEIRO, Susana I. C. Sardinha – *La configuración jurídico-política de la ciudadanía de la Unión Europea: Europa de los ciudadanos e identidad europea*. Tese de Doutoramento policopiada. Estremadura: Universidade de Estremadura, 2015, 692 p.
- MOREIRA, Vital – Um feito histórico. *Jornal Público* [Em linha]. 7 de setembro de 2018. [Consult. 29 de setembro de 2018]. Disponível em WWW: <<https://www.publico.pt/2018/09/07/opiniao/opiniao/um-feito-historico-1843237>>.

- ONUBR – FAO - fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas. *Nações Unidas no Brasil* [Em linha]. 11 de setembro de 2018. [Consult. 29 de setembro de 2018]. Disponível em WWW: <<https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>>
- PEREIRA, António Maria – Direitos do Homem e Defesa da Democracia. *Nação e Defesa* [Em linha]. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. N. 8 (1978), p. 50-76. [Consult. 27 de agosto de 2018]. Disponível em WWW: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2924/1/NeD08_AntonioMariaPereira.pdf>
- PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – O protocolo n.º 11 adicional à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. *Revista Jurídica da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, 1999.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio – Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*. V. 5, N. 9 (2008), p. 76-87.
- PIOVESAN, Flávia – Direito Internacional dos Direitos Humanos e Lei de Anistia: o caso brasileiro. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir Pinheiro (org.) – *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 91-108.
- POOLE, Hilary (org.) – *Direitos Humanos: referências essenciais*. Trad. por Fábio Larsson. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2007.
- RÍO, Pilar del – La Simetría de los Derechos Humanos son los Deberes. In PRONER, Carol [et al.] (coords.) – *70.º Aniversario de la Declaración Universal de Derechos Humanos: La Protección Internacional de los Derechos Humanos en cuestión*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2018, p. 23-26.
- ROBLES, Manuel E. Ventura – El valor de la Declaración de Derechos Humanos. *Revista de Derecho Público* [Em linha]. V. I (1996), p. 30-34. [Consult. 29 de setembro de 2018]. Disponível em WWW: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r23215.pdf>>
- SIMON, Pedro – *Declaração Universal dos Direitos Humanos: Ideal de Justiça, Caminho da Paz* [Em linha]. Brasília: Senado Federal, 2008. [Consult. 29 de setembro de 2018]. Disponível em WWW: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/505869>>
- SORTO, Fredys Orlando – A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. *Verba Juris* [Em linha]. N. 7 (2008), p. 20. [Consult. 29 de setembro de 2018]. Disponível em WWW: <<http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/A-Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos-no-sexagesimo-aniversario.pdf>>
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado – O legado da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua trajetória ao longo das últimas décadas (1948-2008). In GIOVANNETTI, Andrea (org.) – *60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Conquistas do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 13-46.
- VIEIRA, José Ribas; SILVA, Diogo Bacha e – Direitos do Homem? A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e os Confins do Homem. In PRONER, Carol [et al.] (coords.) – *70.º Aniversario de la Declaración Universal de Derechos*

Humanos: La Protección Internacional de los Derechos Humanos en cuestión.
Valencia: Tirant lo Blanch, 2018, p. 386-387.
World Poverty Clock. [Consult. 23 de setembro de 2018]. Disponível em WWW:
<<http://worldpoverty.io/>>

Artigo Recebido a 9 de outubro de 2020 | Aceite a 18 de novembro de 2020

***Sustentabilidade no prado e justiça no prato:
Estratégia europeia para a sustentabilidade e a justiça da alimentação***

*Sustainability in the farm and justice in the fork:
European strategy for food sustainability and justice*

Alexandra Aragão
Universidade de Coimbra, Portugal
aaragao@fd.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4084-6321>

Resumo

Em tempo de crise ambiental, económica e social, importa definir as fronteiras entre direito à alimentação e direito ao ambiente, respondendo a duas questões:

1. Até que ponto pode o direito à alimentação ser exercido, quando causa danos importantes ao ambiente?
2. Até que ponto se pode levar a proteção do ambiente, quando isso condiciona os hábitos alimentares?

O conteúdo do direito à alimentação é apresentado numa escala graduada de intensidade, entre o dever de garantir uma quantidade mínima de ingestão nutricional, de qualidade aceitável, que permita a sobrevivência em condições humanas, e o abuso do direito à alimentação ou seja, o excesso de ingestão de alimentos. No meio situa-se o direito subjetivo a uma alimentação segura e sustentável, ambicionado pela União Europeia na sua recente estratégia “do Prado ao Prato”.

Palavras-chave: Direito fundamental à alimentação; Segurança alimentar; Sustentabilidade Alimentar; Desperdício Alimentar; Rótulos Alimentares.

Abstract

In times of environmental, economic and social crisis, it is important to define the boundaries between the right of access to food and the right to a protected environment, answering two questions:

1. To what extent can the right of access to food be exercised, when it causes significant damage to the environment?
2. To what extent can the environment be protected, when it conditions the eating habits?

The content of the right to food is presented on a graduated scale of intensity, between the duty to guarantee the minimum quantity of nutritional intake, of acceptable quality, which allows surviving in human conditions and the abuse of the right to food, or, in other words, the overconsumption of food. In between lies the subjective right to safe and sustainable food, promoted by the European Union in its recent strategy "From the Farm to the Fork".

Keywords: Fundamental right to food; Food Sustainability; Food Waste; Food Labelling.

1. Produção alimentar e ambiente

Num mundo globalizado, a produção de alimentos deixou há muito de ser uma atividade local. Por analogia com "grandes empresas", o fenómeno da "grande comida"¹ é a rentável atividade do setor económico da alimentação, que abrange todas as etapas desde a produção à distribuição. No mundo ocidental das economias liberais, esta atividade é tipicamente dominada por empresas multinacionais e mercados oligopolistas que produzem alimentos hiper-processados e os impõem ao consumidor com preços atrativos e políticas de marketing sofisticadas, varrendo os pequenos produtores e lojas locais com o seu maior poder comercial e superioridade económica.

Em contraste com o *imperialismo* do mercado, tem começado a emergir o conceito de democracia alimentar, visando apoiar o lançamento de novas redes cívicas de produção de alimentos² que sejam verdadeiras alternativas à "grande comida". Ao mesmo tempo, a democracia alimentar refere-se ao desenvolvimento de estratégias para capacitar as pessoas, reconhecendo-lhes o estatuto de cidadania alimentar³ pela

¹ O fenómeno da "big food" é descrito com grande precisão por BOOTH, Sue e COVENEY, John no trabalho *Food Democracy, from consumer to food citizen*, Springer, 2015, p. 3-11.

² RENTING, Henk; SCHERMER, Markus; ROSSI, Adanella dão como exemplos cooperativas de consumidores, grupos de compra solidária de alimentos locais e orgânicos, práticas agrícolas apoiadas pela comunidade e iniciativas de agricultura coletiva ou jardinagem urbana ("Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship", *International Journal of Sociology of Agriculture and Food* 19 (2012) 3 p. 289-307).

³ O conceito está a começar a ser generalizado na doutrina. Ver por exemplo o texto de GÓMEZ-BENITO, Cristóbal e LOZANO, Carmen "Consumidores ou cidadãos? Reflexiones sobre el concepto de ciudadanía

devolução da capacidade de influenciar a oferta de alimentos alternativos, mais sustentáveis e justos.

Este estatuto implica um conjunto de direitos e obrigações. Em relação ao mercado, os cidadãos têm o direito de conhecer a origem, composição e efeitos ambientais da produção, transformação e fornecimento de alimentos. Desta forma, a transparência do mercado garante o direito de fazer escolhas eticamente mais corretas, que permitem aos cidadãos optar por uma dieta correspondente às suas legítimas aspirações, com menores impactos ambientais, sem causar danos desnecessários aos animais e aos ecossistemas. Encurtar e "civilizar" cadeias de produção alimentar é um imperativo categórico num planeta que sofre uma perda acelerada de solo, água e biodiversidade⁴.

2. A estratégia alimentar da União Europeia no contexto de crise ambiental

Em 2020, em plena pandemia da Covid 19, a União Europeia aprovou diversas estratégias, todas elas convergentes com a visão política de um Pacto Ecológico Europeu que promete “transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, que, em 2050, tenha zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa e em que o crescimento económico esteja dissociado da utilização dos recursos (...) igualmente proteger, conservar e reforçar o capital natural da UE e proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente”⁵.

Destas, destacamos três:

- O Plano de Ação para a Economia Circular que afirma a necessidade de a UE “acelerar a transição para um modelo de crescimento regenerativo que restitua ao planeta mais do que lhe retira, progredir no sentido de o consumo de recursos não ultrapassar os limites do planeta e, nesse intuito, envidar esforços para reduzir o impacto ecológico do consumo e duplicar a taxa de utilização de materiais circulares

alimentaria", *Panorama Social: Comida y alimentación: hábitos, derechos y salud* n.19, 2014 (disponível em <https://www.funcas.es/revista/comida-y-alimentacion-habitos-derechos-y-salud-septiembre-2014/>)

⁴ Agência Europeia Do Ambiente, *Down to earth: Soil degradation and sustainable development in Europe A challenge for the 21st century*, Environmental Problems, n. 16, Copenhagen, 2002 (disponível em https://www.eea.europa.eu/publications/Environmental_issue_series_16/download)

⁵ *Pacto Ecológico Europeu*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM(2019) 640 final, Bruxelas, 11.12.2019 pág.2 (https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF).

na próxima década”⁶.

- A Estratégia para a Biodiversidade que se propõe, até 2030, “trazer a natureza de volta às nossas vidas” simplesmente porque “nós, seres humanos, somos parte integrante desta teia vital e totalmente dependentes dela: dá-nos os alimentos que comemos, filtra a água que bebemos e fornece o ar que respiramos. A natureza é tão importante para o nosso bem-estar mental e físico como para tornar a nossa sociedade capaz de fazer face às alterações globais, às ameaças sanitárias e às catástrofes. Precisamos de natureza nas nossas vidas”⁷. A importância direta da biodiversidade para salvaguardar a alimentação é especialmente posta em evidência: “a perda de biodiversidade ameaça os nossos sistemas alimentares, colocando em risco a segurança alimentar e a nutrição. A biodiversidade também está na base de regimes alimentares saudáveis e nutritivos e melhora os meios de subsistência rurais e a produtividade agrícola. Por exemplo, mais de 75 % dos tipos de culturas alimentares mundiais dependem da polinização animal”⁸.

- A Estratégia agroalimentar, “do Prado ao Prato”, para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente. É esta estratégia assume pela primeira vez uma nova dimensão da responsabilidade ambiental: a dimensão da sustentabilidade da alimentação. Com a estratégia «Do prado ao prato» a União Europeia pretende “conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente”⁹. Mais, a UE tem como objetivo “reduzir a pegada ambiental e climática do seu sistema alimentar e reforçar a sua resiliência, assegurar a segurança alimentar face às alterações climáticas e à perda de biodiversidade e liderar uma transição mundial para a sustentabilidade competitiva do prado ao prato, explorando as novas oportunidades”.

As três estratégias, em conjunto, funcionam como catalisadores da transição para um novo estágio, mais sustentável e justo, de produção e consumo de alimentos.

⁶ *Plano de Ação para a Economia Circular Para uma Europa mais limpa e competitiva*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (COM/2020/98 final Bruxelas, 11.3.2020 pág.2 (https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9903b325-6388-11ea-b735-01aa75ed71a1.0022.02/DOC_1&format=PDF).

⁷ *Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030. Trazer a natureza de volta às nossas vidas*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM(2020) 380 final, Bruxelas, 20.5.2020, pág (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52020DC0380&from=FR>).

⁸ Pág. 2.

⁹ *Estratégia do Prado ao Prato. Para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente* Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM(2020) 381 final, Bruxelas, 20.5.2020 (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1590404602495&uri=CELEX%3A52020DC0381>).

3. Um olhar jurídico do problema: o direito à alimentação

O direito à alimentação é um direito de conteúdo variado. A dieta mediterrânica, por exemplo, é uma atividade coletiva marcadamente cultural, reconhecida como património mundial intangível pela UNESCO em 2013¹⁰. Com efeito, além de ser uma atividade absolutamente vital para a sobrevivência de qualquer ser vivo, e além de ser um direito fundamental de todos os seres humanos, as atividades de produção, transporte e distribuição de alimentos têm, ao mesmo tempo, enormes impactes no ambiente.

A nível mundial, a diversidade de práticas, hábitos, estilos, alimentares é surpreendente¹¹. Do ponto de vista da saúde, algumas práticas alimentares têm efeitos mais nocivos e riscos mais elevados do que outras; do ponto de vista ambiental, algumas atividades de produção de alimentos têm impactes ecológicos mais graves, sérios ou irreversíveis do que outras; do ponto de vista cultural, algumas são mais tradicionais e enraizadas do que outras. Por isso é que nem sempre o direito à alimentação é um direito humano.

O objeto da presente reflexão é definir os limites ambientais do direito à alimentação e os limites *alimentares* do direito ao ambiente. Pretende-se responder a duas questões:

3. Até que ponto pode o direito à alimentação ser exercido, quando causa danos importantes ao ambiente?
4. Até que ponto se pode levar a proteção do ambiente, quando isso condiciona os

¹⁰ Nas palavras da Unesco, «a dieta mediterrânica envolve um conjunto de aptidões, conhecimentos, rituais, símbolos e tradições relativos às culturas, colheita, pesca, criação de animais, conservação, transformação, cozedura e, particularmente, a partilha e consumo de alimentos. Comer em conjunto é a base da identidade cultural e da continuidade das comunidades em toda a bacia mediterrânica. É um momento de intercâmbio e comunicação social, uma afirmação e renovação da identidade familiar, grupal ou comunitária. A dieta mediterrânica enfatiza os valores da hospitalidade, vizinhança, diálogo intercultural e criatividade, e um modo de vida orientado pelo respeito pela diversidade. Desempenha um papel vital em espaços culturais, festivais e celebrações, reunindo pessoas de todas as idades, condições e classes sociais. Inclui o artesanato e a produção de recipientes tradicionais para o transporte, conservação e consumo de alimentos, incluindo pratos e copos de cerâmica. As mulheres desempenham um papel importante na transmissão de conhecimentos sobre a dieta mediterrânica: salvaguardam as suas técnicas, respeitam ritmos sazonais e eventos festivos, e transmitem os valores dos elementos às novas gerações. Os mercados também desempenham um papel fundamental como espaços de cultivo e transmissão da dieta mediterrânica durante a prática diária de intercâmbio, acordo e respeito mútuo». Mais informação disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/mediterranean-diet-00884>.

¹¹ Em números, a National Geographic permite-nos comparar a ingestão diária de vários componentes nutricionais em diferentes países (<https://www.nationalgeographic.com/what-the-world-eats/>). Em imagens, são MENZEL, PETER e D'ALUISIO, FAITH que melhor revelam as diferenças chocantes entre as dietas semanais médias das famílias nas aldeias incluídas em *What the World Eats*, Tricycle Press, 2008.

hábitos alimentares?

O conteúdo do direito à alimentação pode ser apresentado numa escala graduada de intensidade, entre o conteúdo mais intenso do direito à alimentação, correspondente ao direito de garantir o mínimo existencial, ou seja, a quantidade de ingestão nutricional, de qualidade aceitável, que permita a sobrevivência em condições humanas. Corresponde ao direito de não morrer de fome e de não ter que sobreviver subnutrido. É o direito da *asseguração alimentar* ou *food security*, em inglês.

No outro extremo da escala, o direito vai perdendo intensidade até chegar ao excesso de ingestão de alimentos que configura um abuso do direito subjetivo à alimentação. Podem existir diferentes práticas abusivas. O abuso pode ser quantitativo (demasiada comida para as necessidades humanas) ou qualitativo (comida com demasiado impacte ambiental porque é completamente fora da época ou que é produzida do outro lado do mundo). O abuso do direito de alimentação não é obviamente protegido por nenhuma lei.

No meio, temos o direito subjetivo a uma alimentação segura e a uma dieta sustentável. Isto corresponde essencialmente à *segurança alimentar*.

Direito humano à alimentação | Direito subjetivo a uma alimentação sustentável | Abuso de direito à

3.1 Grau mínimo: direito fundamental à alimentação

Um olhar sobre as constituições de todos os países do mundo mostra que mais de cinquenta países incluem referências a alimentos nas suas constituições¹². A maioria deles, como um dever fundamental dos Estados¹³, embora também encontremos casos de constituições em que se trata de obrigações entre privados.

No Paraguai, a alimentação é um dever das famílias, enquanto em Cabo Verde é

¹² Numa perspetiva que conjuga do direito interno e o direito internacional ver Leonardo Corrêa (org.) *Diálogos sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada*, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG: 2019.

¹³ Na Europa: Alemanha, Hungria, Suécia, Moldávia.

Em África: África do Sul, Congo, Egipto, Etiópia, Gâmbia, Malawi, Níger, Nigéria, Seychelles, Serra Leoa, Sudão do Sul, Uganda, Zimbabué.

Na Ásia: Bangladesh, Brunei, Índia, Irão, Coreia do Norte, Mianmar, Nepal, Paquistão, Filipinas, Sri Lanka. Na Oceânia, Fiji.

Na América Central e do Sul: Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Suriname, Venezuela.

um dever dos pais para com os seus filhos¹⁴. Na maior parte dos países a alimentação é configurada como um direito fundamental dos cidadãos em geral¹⁵. Curiosamente, em alguns, o direito tem um titular especial: a alimentação como direito das mulheres (Colômbia), das crianças (Honduras), dos prisioneiros (Equador), dos povos indígenas e dos soldados em guerra (México) ou dos trabalhadores (Uruguai).

Finalmente, algumas constituições referem-se a aspetos muito concretos do direito da alimentação: o direito à informação sobre a qualidade dos alimentos (Ucrânia), o controlo estatal das empresas alimentares (Quênia), ou mesmo a proibição do uso de alimentos para corrupção eleitoral (Nova Zelândia).

As principais conclusões retiradas desta breve sondagem são que quase um quarto das constituições mundiais inclui alguma referência à alimentação; destas, a maioria pertence a países em desenvolvimento, onde a alimentação é um dever garantido pelo Estado.

A abordagem da União Europeia à segurança alimentar baseia-se num elevado nível de proteção¹⁶. Apesar de ser uma região privilegiada tanto do ponto de vista económico como climático, a Europa não está livre de injustiças alimentares, especialmente com a pandemia do Covid-19 a aumentar o risco de pobreza por todo o mundo, e também na Europa¹⁷. A injustiça alimentar na Europa acontece quando os consumidores com menos poder de compra são empurrados para fontes alternativas de alimentos com menos qualidade, que escapam ao controlo das autoridades de segurança alimentar, e que comportam riscos para a saúde¹⁸. É o consumo de produtos vegetais de produção própria em solos contaminados ou irrigados com água sanitária, o consumo de água obtida em pontos de abastecimento público como fontes ou nascentes, o abastecimento em mercados paralelos, como feiras ou vendas ambulantes, ou a ingestão

¹⁴ Em El Salvador, o Estado tem o dever de garantir a qualidade dos alimentos. Em Cuba os cidadãos têm direito a uma alimentação saudável e adequada.

¹⁵ Bielorrússia, Congo, Cuba Egipto, Quênia, Níger, África do Sul, Uganda, Zimbabwe, Nepal, Bolívia, Maldivas, Nicarágua.

¹⁶ O Regulamento 178/2002 de 28 de janeiro de 2002, que estabelece os princípios e normas gerais da legislação alimentar, institui a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança alimentar, declara expressamente: "O presente regulamento constitui a base para assegurar um elevado nível de proteção da saúde humana e dos interesses dos consumidores em relação aos alimentos (...)" (Artigo 1 n.1, sobre objetivo e âmbito de aplicação).

¹⁷ Zosia Wanat, "Coronavirus will increase number in EU at risk of going hungry, experts warn", Politico, May 2020 (<https://www.politico.eu/article/coronavirus-could-double-number-of-europeans-at-risk-of-going-hungry-experts-warn/>).

¹⁸ O *Guia Justiça Alimentar e Cidadania*, produzido pelo Instituto REAJA - Rede de estudos e ações em Justiça Alimentar em 2016, apresenta propostas concretas de justiça alimentar (disponível em <https://institutoreaja.files.wordpress.com/2016/09/guia-justic3a7a-alimentar-e-cidadania-2016.pdf>).

de produtos fora do prazo de validade.

Além disso, algumas condições pessoais podem atuar como fatores agravantes de riscos alimentares: baixa alfabetização (dificuldades em compreender os rótulos e os prazos de validade), barreiras linguísticas (entre comunidades de imigrantes ou refugiados), barreiras visuais (ler letras pequenas requer bons óculos e boa iluminação, especialmente para a população mais idosa) ou barreiras habitacionais (se a habitação não tiver meios de refrigeração, ou se tiver excesso de humidade), são circunstâncias que aumentam a probabilidade de sofrer danos de saúde em virtude de uma deficiente alimentação.

Se não forem medicadas, as doenças relacionadas com uma má nutrição (gastrite, diarreia, desidratação, alergias, diabetes, colesterol, hipertensão arterial) podem ser muito graves ou potencialmente fatais.

Em suma, os cidadãos economicamente desfavorecidos são ao mesmo tempo mais vulneráveis e menos resilientes em termos de saúde, o que contribui para agravar a probabilidade de ocorrência de riscos alimentares. Alguns fatores cumulativos de vulnerabilidade social são: a ausência de cuidados de saúde privados, a dificuldade de acesso a hospitais ou centros de saúde em transporte público, as dificuldades de acesso económico a produtos farmacêuticos, as más condições de habitação e higiene (maior probabilidade de desenvolver diarreias, por exemplo), ou até a falta de isolamento ou condições térmicas das habitações (aquecimento ou arrefecimento).

Muitas vezes, vários fatores combinam-se na mesma pessoa ou na mesma família para agravar a espiral negativa da precariedade económica¹⁹.

3.2 Grau máximo: abuso de Direito

No outro extremo da escala graduada de intensidade está o abuso do direito à alimentação. O abuso ocorre quando o direito é exercido para além da sua função individual ou social. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia afirma, no preâmbulo, que “O gozo destes direitos implica responsabilidades e deveres, tanto para

¹⁹ O relatório de 2015 sobre o primeiro "Inquérito Nacional de Saúde com exame físico" elaborado pelo INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE RICARDO JORGE (www.insa.pt) sobre o estado de saúde da população entre os 25 e 74 anos de idade, residente em Portugal, mostra que a diabetes, hipertensão e obesidade variam de acordo com a idade, escolaridade e estado de trabalho. Mais precisamente, a diabetes, a hipertensão arterial e a obesidade são sistematicamente mais elevadas na população mais velha, com o mais baixo nível de escolaridade e sem atividade profissional remunerada (relatório disponível em <http://repositorio.insa.pt/handle/10400.18/4115>)

com as outras pessoas individualmente consideradas, como para com a comunidade humana e as gerações futuras”. O artigo 54, sobre proibição de abuso de direito, vai mais longe e esclarece que “nenhuma disposição da presente Carta deve ser interpretada no sentido de implicar qualquer direito de exercer atividades ou praticar atos que visem a destruição dos direitos ou liberdades por ela reconhecidos, ou restrições maiores desses direitos e liberdades que as previstas na presente Carta”.

No caso do direito à alimentação, embora os alimentos sirvam para satisfazer uma necessidade fisiológica básica, muitas vezes a ingestão de alimentos não serve para satisfazer necessidades fisiológicas reais. Pior: pode configurar um abuso de direito na medida em que a forma de exercício do direito à alimentação destrua ou ponha diretamente em perigo outros direitos fundamentais. Em alguns casos o ato de se alimentar tem consequências tão graves para o ambiente ou para a saúde que claramente não se trata do exercício, mas apenas de um abuso de direito puro e simples.

Vamos ver alguns exemplos que ilustram as situações mais flagrantes.

3.2.1 Comer o quê? Os efeitos indiretos das opções alimentares

A globalização dos mercados, a rápida evolução dos transportes, os avanços nas tecnologias de embalagem e conservação, os aditivos alimentares para conservar e prolongar a vida dos produtos, permitiram o desenvolvimento de uma concorrência planetária no mercado dos alimentos. A mesmo tempo precipitaram o fim do autoconsumo, dos mercados locais e do consumo diretamente condicionado pelas colheitas e pela sucessão das estações do ano. Agora, desde que alguém tenha dinheiro e esteja disposto a pagar, pode consumir o alimento que quiser, quando quiser, onde quiser.

O abuso qualitativo do direito à alimentação ocorre quando se escolhe um produto alimentar que tenha sido produzido no outro lado do mundo, que seja transportado por avião ou navio, cruzando os oceanos até chegar ao mercado consumidor. A pegada de carbono dos alimentos cuja cadeia de produção se estende por todo o mundo é inaceitável.

É ainda pior quando a preferência por uma comida exótica tem como consequência privar alguém do seu direito a uma dieta tradicional.

A quinoa, produzida a grande altitude na Bolívia e em toda a região andina, era o alimento dos Incas e continua a ser a base da alimentação dos povos andinos. No

mundo ocidental, agora a quinoa está na moda pelo seu alto teor em proteínas, fibras, lípidos e minerais, e o seu consumo generalizou-se²⁰. Outro exemplo é o açaí, um alimento rico em proteínas, fibras, lipídios, minerais, e vitaminas, produzido na região amazônica do Brasil. Como resultado das exportações volumosas, os produtos tornam-se escassos na origem e os preços dispararam, mesmo nos mercados locais. Como resultado, os povos indígenas deixam de ter acesso ao consumo dos grãos ou frutos, que eram a base da sua dieta tradicional²¹.

Claro que é possível, com investimento suficiente de solo, água, nutrientes e energia, produzir tudo, não importa onde. É possível produzir quinoa em estufas refrigeradas e açaí em estufas aquecidas. Mas será isso razoável? Não. É abusivo. É abusivo comer algo que tenha sido produzido fora da estação agrícola ou numa região cujo clima não é de todo propício à sua produção e que exige por isso uma enorme intensidade energética e química.

Também é inaceitável comer algo que tenha sido produzido à custa da perda de áreas extensas de biodiversidade. A desflorestação para a produção de gado no Brasil²² ou de óleo de palma na Indonésia²³ são alterações diretas do uso da terra que devem ser legalmente proibidas²⁴.

Já a *alteração indireta do uso do solo (indirect land use change ou ILUC)* é muito mais difícil de controlar e tornou-se uma grande preocupação que levou as Nações Unidas a aprovar um programa de apoio à redução das emissões provenientes da desflorestação e degradação florestal²⁵.

²⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, *Healthy Diet*, Factsheet n.394, Setembro de 2015 (disponível em <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs394/en/>).

²¹ HAMMARLING, Maria, *Bolivian Quinoa in the context of globalization*, Lund, 2014 (disponível em <http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordOID=4933922&fileOID=4937496>)

²² SANTOS, Paulo, "Como a moda dos 'superalimentos' está a afetar os povos indígenas", revista *Visão*, 19 de dezembro de 2016 (disponível em <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2016-12-19-como-a-moda-dos-superalimentos-esta-a-afetar-os-povos-indigenas/>).

²³ RIVERO, Sérgio et alii, "Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia", *Nova Economia*, vol.19 n.1 Belo Horizonte, janeiro-abril, 2009 (disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000100003>).

²⁴ WORLDWATCH INSTITUTE, *Global Palm Oil Demand Fueling Deforestation* (disponível em <https://www.enn.com/articles/39655-global-palm-oil-demand-fueling-deforestation>). Em 2015, o ministro francês da Ecologia desencadeou controvérsia ao associar o consumo de Nutella à degradação das florestas (<https://www.theguardian.com/environment/2015/jun/17/stop-eating-nutella-and-save-the-forests-urges-french-ecology-minister>).

²⁵ Se a mudança indireta do uso do solo se destinar à produção de biocombustíveis é ainda mais grave e eticamente mais condenável, uma vez que afeta um recurso tão escasso como o solo, que deveria ser reservado à produção de alimentos, à produção de energia que poderia provir de outras fontes renováveis. A Diretiva europeia relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis apenas considera, para efeito do cumprimento das metas de utilização de energias renováveis, os biocombustíveis

3.2.2 Comer quanto? Saúde e desperdício alimentar

As estatísticas mostram que em pleno século XXI muitos povos do mundo ainda lutam com o grande flagelo que tem marcado a humanidade desde os tempos mais antigos: a fome. Como se pode ver no mapa produzido pelo Banco Mundial²⁶, são principalmente os países do hemisfério sul os mais afetados pela fome.



Fig. 1 - Mapa do Banco Mundial sobre a fome no mundo

A injustiça na distribuição dos recursos em geral, e dos alimentos em particular, é claramente visível quando comparamos as pegadas ecológicas dos países ou regiões²⁷, de acordo com os cálculos da organização não governamental internacional Ecological Footprint Network²⁸.

e biolíquidos que cumpram os critérios de sustentabilidade legalmente estabelecidos (artigo 17º n.º3 da Diretiva 2009/28/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril).

²⁶ O mapa interativo mostra a evolução da prevalência da subnutrição como percentagem da população entre 1991 e 2018 (base de dados do Banco Mundial, disponível <https://data.worldbank.org/indicator/SN.ITK.DEFC.ZS?end=2018&start=2001&view=map>).

²⁷ O programa chama-se UN-REDD *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation* e é implementado nos países em desenvolvimento (mais informação está disponível em <https://www.un-redd.org/>).

²⁸ O cálculo da pegada ecológica baseia-se na biocapacidade dos países, que inclui, para além dos alimentos, também energia, fibras, madeira, papel e espaço disponível, ou seja, urbanização (mais informação está disponível em <http://www.footprintnetwork.org/our-work/ecological-footprint/>). O cálculo da pegada individual também é possível com a calculadora <https://www.footprintnetwork.org/resources/footprint-calculator/>.

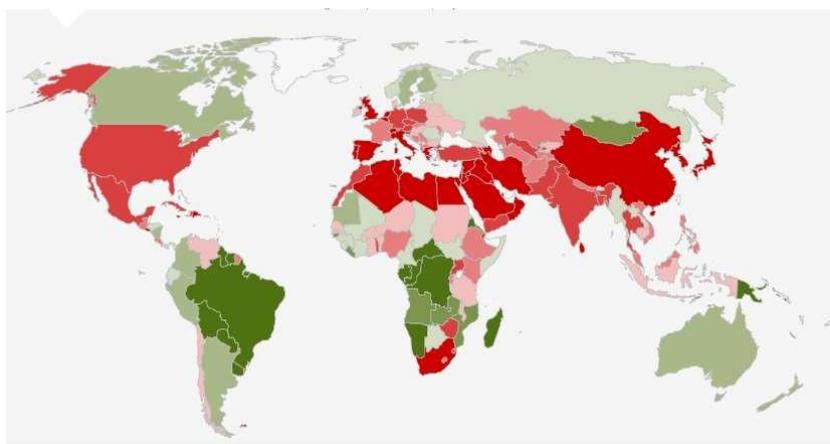


Fig. 2 - Mapa da pegada ecológica mundial

Marcando em rosa ou vermelho os países com maiores dívidas ecológicas e em tons de verde os países com créditos ecológicos²⁹, concluímos que a distribuição geográfica dos países onde as pessoas morrem de fome não seria a mesma se não existisse comércio mundial que conduza os recursos dos países onde eles existem em maior abundância para aqueles que têm capacidade económica para os consumir.

Neste contexto, nos países desenvolvidos, a injustiça mais óbvia está associada ao desperdício de alimentos. De um ponto de vista ecológico, produzir alimentos e depois desperdiçá-los é intolerável. Do ponto de vista dos direitos humanos, o desperdício de alimentos é um abuso de direitos.

Na Europa, em dezembro de 2015, o Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, apresentou um pacote sobre a economia circular, considerado uma das principais iniciativas políticas da Comissão, visando lutar contra uma abordagem de "extrair, fazer, utilizar e deitar fora". Neste contexto, explicou que "o desperdício alimentar é uma área prioritária onde queremos uma mudança rápida. É económica, social e simplesmente moralmente inaceitável que um terço dos alimentos do mundo seja desperdiçado. Queremos reduzir os resíduos alimentares para metade até 2030, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Facilitaremos a doação de alimentos e analisamos a marcação da data, em particular o rótulo "o melhor antes". Em 2016, foi o Tribunal de Contas Europeu que apresentou um relatório sobre o uso eficiente dos recursos na cadeia de produção de alimentos³⁰.

²⁹ O mapa produzido pela *Global Footprint Network* está disponível e pode ser experimentado em https://data.footprintnetwork.org/?_ga=2.92128666.148626080.1612471251-41737839.1612471251#/.

³⁰ Relatório Especial n.º 34, 2016 (disponível em https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR16_34/SR_FOOD_WASTE_EN.pdf)

Mais controversa é a questão do excesso de comida. É sabido que as necessidades nutricionais dos seres humanos são muito variáveis. A ingestão diária de energia e proteínas necessárias para uma vida saudável depende de diferentes fatores tais como idade, sexo, estado fisiológico ou atividade física. Num relatório de 2001, a Organização Mundial da Alimentação e Agricultura (FAO) demonstrou a necessidade de uma definição científica das necessidades energéticas humanas³¹.

Mas tanto as culturas alimentares como os padrões de atividade física estão a mudar. As dietas e estilos de vida estão a levar à ingestão de calorias em excesso, muito acima das necessidades nutricionais do organismo, tendo em conta a atividade diária. Consequentemente, as doenças crónicas relacionadas com a nutrição, tais como diabetes, colesterol ou hipertensão são uma causa crescente de morbidade e mortalidade nos países desenvolvidos.

Paradoxalmente, a obesidade está a crescer nas sociedades ocidentais, onde os modelos de beleza correspondem a um índice de massa corporal demasiado baixo e onde a pressão social para a perda de peso em alguns grupos etários, leva a situações extremas e por vezes fatais de anorexia, bulimia e outros distúrbios alimentares.

A generalização das perturbações alimentares, bem como a incidência de obesidade mórbida devido ao excesso de ingestão calórica, particularmente entre as crianças, começam a levantar questões de responsabilidade do Estado, das famílias e das comunidades educativas³².

3.3 Grau médio: a alimentação sustentável

Entre o mínimo existencial e o máximo excessivo, ou por outras palavras, entre o direito fundamental à alimentação e o abuso do direito à alimentação, é onde se situam as questões de sustentabilidade alimentar.

Na representação gráfica clássica, tipo tabuleiro de xadrez, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, "fome zero" é o objetivo número dois, e aparece depois de "acabar com a pobreza" e antes de "saúde e bem-estar". Porém, esta representação não revela claramente as inter-relações mútuas entre os objetivos de

³¹ Relatório das necessidades energéticas humanas Relatório de uma consulta conjunta FAO/OMS/UNU de peritos Roma, 17-24 de outubro de 2001 (disponível em <http://www.fao.org/docrep/007/y5686e/y5686e00.htm>)

³² KORTHALS, Michiel (editor), *Genomics, obesity and the struggle over responsibilities*, Springer, 2011.

desenvolvimento sustentável.



Fig. 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2015-2030)

Em 2015, esta visão mudou. Numa conferência organizada pela Fundação EAT em Estocolmo³³, Johan Rockström e Pavan Sukdev propuseram uma nova representação gráfica dos objetivos de desenvolvimento sustentável, com enfoque na alimentação. A nova imagem, chamada "bolo de noiva", organiza os objetivos numa ordem mais lógica e sistemática. O modelo de três camadas torna as relações internas entre os objetivos de desenvolvimento visualmente evidentes. Com os alimentos no centro, os outros objetivos seguem uma ordem lógica que coloca na base os objetivos associados à biosfera, dos quais depende a nossa alimentação, no meio os objetivos sociais, relativos ao acesso justo aos alimentos, e no topo os objetivos económicos em torno dos quais as atividades de extração, transformação e produção são organizadas. A “cereja” no topo do bolo são as parcerias para alcançar os objetivos.



Fig. 4 - O “bolo de noiva” dos objetivos de desenvolvimento sustentável

³³ Em 13 de junho de 2015 (informação disponível em <http://eatforum.org/>).

É precisamente na relação entre a biosfera e os objetivos alimentares que se levantam questões de sustentabilidade.

Uma sondagem de opinião aos cidadãos europeus sobre a capacidade de a alimentação das resposta aos desafios do futuro³⁴, feita em 2020, revelou que as os impactes ambientais reduzidos são uma das características da comida sustentável.

QB2T Which of the following do you consider to be the most important characteristic of "sustainable" food? Firstly? And then ANSWERS)
(% - EU)

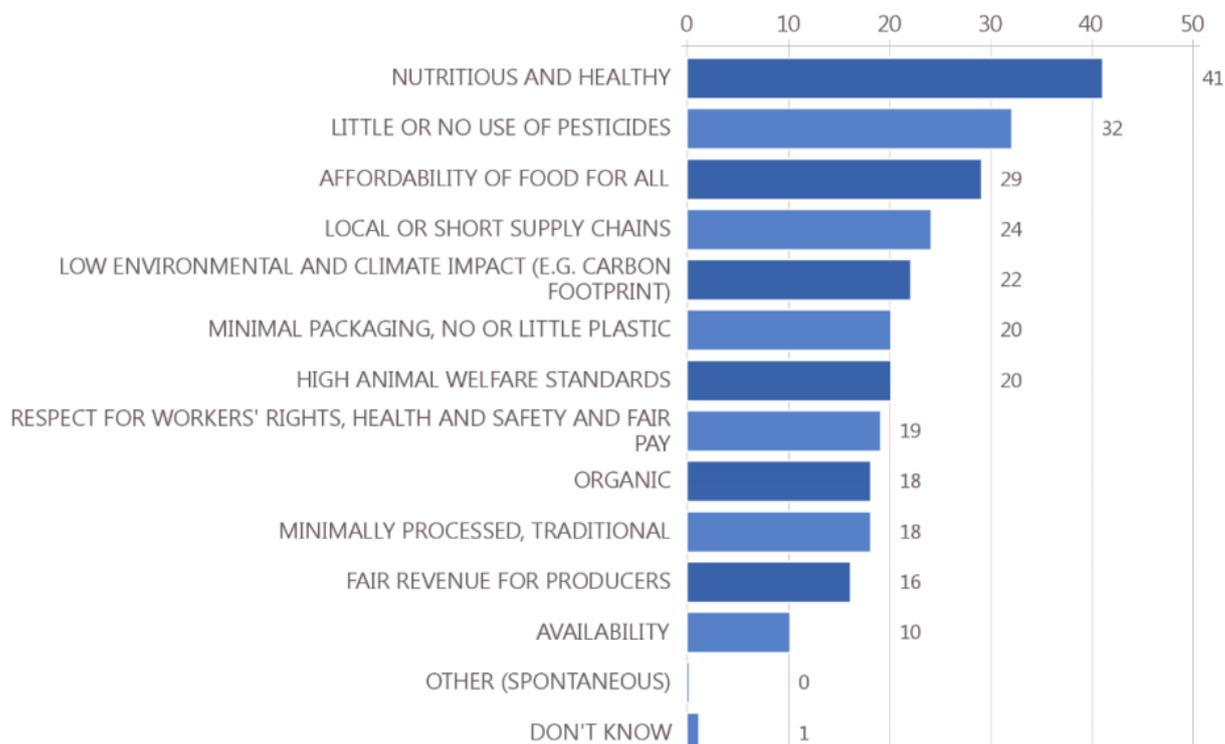


Fig. 5 - Comida apta para o futuro, Relatório Eurobarómetro 505, 2020

Identicamente, ser “boa para o planeta” é um dos aspetos importantes, para o consumidor, de uma dieta sustentável.

³⁴ Special Eurobarometer 505, *Making our food fit for the future – Citizens' expectations*, December 2020 (<https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/yearFrom/1974/yearTo/2021/surveyKy/2241>).

QB3T What aspects of a sustainable diet are important to you? Firstly? And then? (MULTIPLE ANSWERS POSSIBLE)
(% - EU)

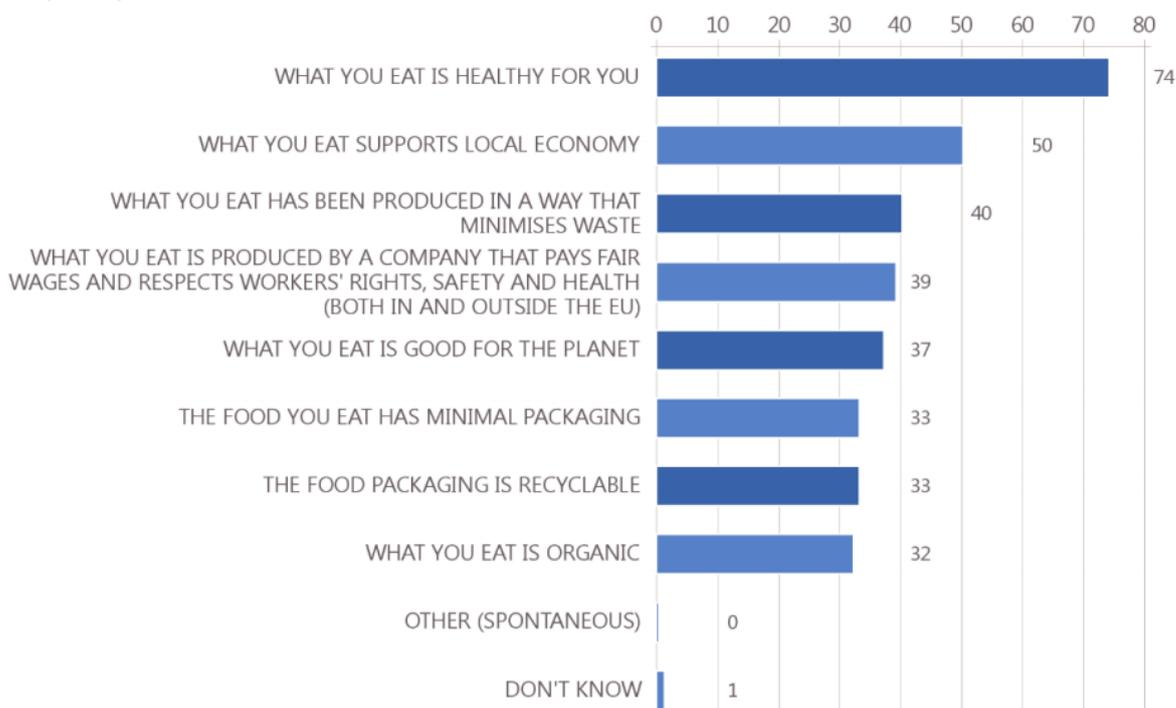


Fig. 6 – Comida apta para o futuro, Relatório Eurobarómetro 505, 2020

3.3.1. Alimentação versus ambiente

Os conflitos entre os alimentos e o ambiente não são tão raros como podemos imaginar. Vejamos alguns exemplos que ilustram as dificuldades típicas que ocorrem quando os alimentos desafiam a proteção do ambiente, e quando o ambiente desafia a segurança alimentar.

Na realidade, as escolhas alimentares de uma população humana de quase 8 bilhões e em crescimento, têm impacto no ambiente de muitas maneiras, tais como extinção de espécies, contaminação do solo, ou esgotamento da água³⁵.

Um exemplo concreto é o bacalhau do Atlântico (*Gadus morhua*), uma espécie alimentar muito tradicional na Península Ibérica, atualmente ameaçada, com um estatuto de conservação "vulnerável", devido à pesca excessiva. Pior ainda, o atum (*Thunnus thynnus*), consumido em todo o mundo, está ainda mais eminentemente em perigo. Paradoxalmente, a preocupação generalizada da opinião pública com as capturas

³⁵ De acordo com o relatório do WWF, *Stopping Illegal Trade in Cites-Listed Species from World Heritage Sites* (elaborado por Dalberg Global Development Advisors), em 2017, a caça furtiva, a pesca ilegal e a desflorestação ameaçam mais de um quarto dos sítios do Património Mundial da UNESCO (disponível em http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/no_esta_en_venta_analisis_wwf_cites_2017_es.pdf).

acessórias de golfinhos³⁶, uma espécie que estabelece relações simbióticas com o atum, não se estende ao próprio atum. O atum é um peixe mais carecido de proteção do que os golfinhos, mas tem a "infelicidade" de ser um alimento generalizado e incluído na dieta de muitos povos.

Algumas tradições alimentares que consistem em comer espécies juvenis podem também pôr em perigo a sobrevivência da espécie. É o que acontece com as enguias bebés (*Anguilla anguilla*), também conhecidas como meixão, muito apreciadas na Península Ibérica, ou com o carapau juvenil (*Trachurus trachurus*), carinhosamente apelidado de "jaquinzinhos", um prato tradicional em Portugal.

Os efeitos ambientais em cascata da extinção de qualquer uma destas variedades de peixe são incalculáveis. Mas outras consequências, particularmente culturais, também não podem ser ignoradas³⁷.

Um problema mais complexo é o dos hábitos alimentares de algumas comunidades indígenas tradicionais que colidem frontalmente com as proibições ambientais internacionais. Dois exemplos possíveis são os cetáceos e as focas. Os cetáceos, excepcionalmente, podem ser consumidos como alimento de subsistência pelos povos aborígenes³⁸, apesar da Convenção Internacional de 1946 para a Regulação da Atividade Baleeira e da moratória à atividade baleeira comercial acordada na Comissão Internacional em meados da década de 1980. Outro exemplo são as focas, um mamífero adaptado à vida marinha, cuja caça é proibida na Europa, mas cujo consumo pelas comunidades indígenas foi reconhecido como legal³⁹.

Para além da proteção das espécies animais, há também exemplos na produção agrícola: a substituição da agricultura tradicional alimentada pela chuva (sequeiro) pela produção de variedades vegetais abundantemente irrigadas (regadio). A produção de

³⁶ Um artigo publicado por RUTTERFORD, Louise A. *et alii* na revista *Nature Climate Change* in 2015 "Future fish distributions constrained by depth in warming seas" (disponível em <https://www.nature.com/articles/nclimate2607>) levou a reportagens alarmistas nos meios de comunicação social sobre o risco de que o prato favorito da Grã-Bretanha, *peixe e batatas fritas*, pudesse desaparecer como resultado das alterações climáticas. "Peixe e batatas fritas 'ameaçados pelas alterações climáticas' pode ser lido no jornal *The Week* (disponível em <https://www.theweek.co.uk/63339/fish-and-chips-threatened-by-climate-change>).

³⁷ As reclamações no painel de resolução de disputas da ONU associadas às capturas acessórias de golfinhos continuam a ocorrer. Ver o caso "United States - Measures Concerning the Importation, Marketing and Sale of Tuna and Tuna Products" com decisão de maio de 2017 (disponível em https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds381_e.htm).

³⁸ Mais informações estão disponíveis no website da International Whaling Commission (<https://iwc.int/aboriginal>).

³⁹ Atualmente é o Regulamento 1007/2009 de 16 de setembro de 2009 sobre o comércio de produtos derivados da foca e o Regulamento de Implementação 2015/1850 de 13 de outubro de 2015.

culturas hortofrutícolas em regiões onde não há abundância de água pode resultar na sobreexploração dos recursos hídricos ou em técnicas controversas de gestão da água, tais como transferências de água entre bacias hidrográficas ou dessalinização⁴⁰.

Do mesmo modo, a substituição de práticas agrícolas extensivas por sistemas agrícolas mais intensivos, sem pousio, requer a adição regular de nutrientes agroquímicos no solo. Os fertilizantes químicos degradam a qualidade do solo e das massas de água superficiais e subterrâneas, podendo mesmo levar à eutrofização definitiva de alguns cursos de água.

Outro exemplo de um conflito cada vez mais relevante é a já referida conversão de terras florestadas e com alta biodiversidade em terras agrícolas. A mudança indireta do uso da terra⁴¹ é ainda mais onerosa se a terra recentemente desmatada for cultivada com variedades vegetais destinadas à produção de energia (biocombustíveis) e à produção de alimentos para seres humanos ou animais⁴².

Finalmente, o caso mais sensível e controverso de alimentos *versus* ambiente é a utilização de variedades vegetais geneticamente modificadas na produção agrícola, sugestivamente designada na União Europeia como *libertação de organismos geneticamente modificados no ambiente*. O principal risco ambiental dos chamados organismos geneticamente modificados é a contaminação genética de variedades agrícolas convencionais. As palavras do Parlamento e do Conselho são muito claras: "os organismos vivos libertados no ambiente em grandes ou pequenas quantidades, para fins experimentais ou como produtos comerciais, podem reproduzir-se no ambiente e atravessar fronteiras nacionais, afetando assim outros Estados-Membros; os efeitos de tais libertações no ambiente podem ser irreversíveis"⁴³. A alteração da diretiva, após

⁴⁰ Hipóteses consideradas em Portugal para viabilizar o Plano Nacional de Regadio (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2018, de 12 de outubro e disponível em <https://dre.pt/application/file/a/116653678>) num país como Portugal cuja aptidão para produção agrícola de regadio é muito baixa em virtude das reduzidas disponibilidades hídricas.

⁴¹ ILUC ou *mudança indirecta do uso da terra* na sigla inglesa. BERTZKY, Monika; KAPOS, Valerie; SCHARLEMANN, Jörn P.W. , *Indirect Land Use Change from biofuel production: implications for biodiversity*, agosto de 2011 (disponível em <https://www.cbd.int/agriculture/2011-121/UNEP-WCMC-JNCC%20report-sep11-en.pdf>).

⁴² Foi este grave problema que levou à adoção da Diretiva 2015/1513 de 9 de setembro de 2015 que altera a Diretiva 98/70/CE relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel e a Diretiva 2009/28/CE relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis. O artigo 2 n. 12 define "biocombustíveis com baixo risco de alteração indireta do uso do solo" como "biocombustíveis cujas matérias-primas tenham sido produzidas ao abrigo de esquemas que reduzam a deslocação da produção para outros fins que não a produção de biocombustíveis e que tenham sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis".

⁴³ Ponto 4 do preâmbulo da Diretiva 2001/18/CE de 12 de março de 2001 relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados.

catorze anos, para aceitar o princípio da precaução⁴⁴ e permitir que os Estados-Membros proibam a produção de OGMs em determinados solos ou por razões de proteção ou manutenção dos habitats, ecossistemas e paisagens⁴⁵ é bem ilustrativa das apreensões dos Estados e dos cidadãos⁴⁶.

3.3.2 Ambiente versus alimentação

Por outro lado, no sentido inverso, o ambiente pode pôr em risco a segurança alimentar. Isto acontece quando as catástrofes ambientais afetam a produção de alimentos e consequentemente comprometem o objetivo de garantir a segurança alimentar. A contaminação por radioatividade após os desastres nucleares de Chernobyl (1986) e Fukushima⁴⁷ (2011) resultou na proibição da ingestão de alimentos das áreas afetadas. No caso de Chernobyl, 30 anos mais tarde, a carne de javali é ainda demasiado radioativa para ser consumida⁴⁸.

Em Portugal, após os graves incêndios de junho e outubro de 2017, que queimaram mais de 500 mil hectares de floresta⁴⁹, os riscos de contaminação de alimentos como óleo, vinho ou leite por HAP, PCB ou dioxinas devido à contaminação do solo e da água com cinzas provenientes dos incêndios são elevados.

Da uma perspetiva oposta, a gestão ambiental pode também pôr em perigo a segurança alimentar. Referimo-nos a certas práticas pecuárias que visam a recuperação de resíduos sólidos ou a reutilização agrícola de águas residuais que conduziram a crises alimentares com consequências muito graves.

⁴⁴ Sobre a aplicação do princípio da precaução à segurança alimentar veja-se SADELEER, Nicolas de, "Sécurité alimentaire et précaution", em *Sécurité alimentaire Nouveaux enjeux et perspectives*, Katia Merten- Lenz, Stéphanie Mahieu (coordenadores) Larcier, 2013, p. 301-339.

⁴⁵ Ponto 4 do preâmbulo da Diretiva 2015/412 de 11 de março de 2015 que altera a Diretiva 2001/18/CE no que respeita à possibilidade de os Estados-Membros restringirem ou proibirem o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM) no seu território.

⁴⁶ De acordo com dados do Eurobarómetro, 74% dos suecos e a mesma percentagem de gregos acreditam que os OGM são perigosos para o ambiente. Em Espanha e Portugal, apenas 33% da população pensa o mesmo, contra 28% que acreditam que os OGM são seguros para o ambiente (o nível de ignorância, em ambos os países, é muito elevado: 39%). (*Relatório Especial 341: Biotecnologia*, outubro de 2010, p. 30, disponível em https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_341_en.pdf).

⁴⁷ Relativamente às medidas adotadas pela Coreia para controlar o peixe proveniente do Japão, a Organização Mundial do Comércio interveio para resolver o litígio na sequência da queixa do Japão (DS 495: Korea - *Import Bans, and Testing and Certification Requirements for Radionuclides*, disponível em https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds495_e.htm).

⁴⁸ "Chernobyl's Radioactive Legacy in Europe Continues 30 Years Later", jornal *El Diálogo*, 25 de abril de 2016, disponível em http://www.eldiario.es/sociedad/contaminacion_radiactiva-Chernobil-energia_nuclear_0_509199814.html.

⁴⁹ De acordo com os dados do *Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais* (EFFIS) disponíveis em <http://effis.jrc.ec.europa.eu/>.

Os exemplos são a introdução de resíduos animais (farinha de ossos) na alimentação do gado que desencadeou a crise das vacas loucas e o embargo decretado pela União Europeia, primeiro sobre a carne de bovino britânica⁵⁰ (entre 1996 e 1999) e depois sobre a carne bovina de Portugal entre 1998 e 2001⁵¹.

Em 2011, entre maio e junho, na Alemanha ocorreu uma crise alimentar que causou 51 mortes devido à ingestão de rebentos de soja contaminados com bactérias *Escherichia coli*, devido ao processo de irrigação usado numa exploração dedicada à produção biológica, com água sanitária⁵².

Finalmente, uma crise que se anuncia e cuja magnitude ainda não compreendemos está associada aos riscos dos microplásticos na água e nos alimentos⁵³. Nano e micro plásticos são um contaminante na cadeia alimentar que se generalizou e cuja presença no meio ambiente está a aumentar exponencialmente. O seu controlo é excepcionalmente difícil porque ao contrário dos aditivos para alimentação animal, não é uma substância deliberadamente adicionada à alimentação animal, mas, pelo contrário, trata-se de um poluente de origem humana que atualmente é quase omnipresente no ambiente (no solo, na água interior, na água do mar, etc.) à custa da má gestão de resíduos de plásticos finos.

⁵⁰ Decisão 96/239/CE da Comissão, de 27 de março de 1996, que adota determinadas medidas de emergência em matéria de proteção contra a encefalopatia espongiforme bovina.

⁵¹ Decisão 2000/418/CE da Comissão, de 29 de junho de 2000, que regula a utilização de matérias de risco no que respeita às encefalopatias espongiformes transmissíveis. Até o levantamento do embargo ser controverso. No processo C-393/01, com o acórdão de 22 de maio de 2003, a República Francesa obteve do Tribunal de Justiça a anulação da Decisão 2001/577/CE da Comissão, de 25 de julho de 2001, que fixa a data em que pode começar a expedição a partir de Portugal de produtos bovinos.

⁵² Exemplos de más práticas na produção alimentar, tais como a alimentação de animais com substâncias farmacêuticas não autorizadas, são abundantes. A chamada crise do nitrofurano em 2003 levou à morte preventiva de milhões de aves (galinha, peru e codorniz) suspeitas de estarem contaminadas com a substância cancerígena com funções antimicrobianas. Em 2017, o Estado foi forçado pelos tribunais a pagar 12 milhões de euros em compensação pela decisão de abate preventivo de aves então decretada (<https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/agricultura-e-pescas/detalhe/abate-de-aves-obriga-estado-a-pagar-12-milhoes-de-euros-a-produtores>). Outro exemplo a nível europeu foi a retirada do mercado de um aditivo para a alimentação animal (a substância virginamicina produzida exclusivamente pela empresa farmacêutica Pfizer), devido ao risco de poder gerar resistência cruzada aos antibióticos nos seres humanos ao ingerir carne produzida com o referido aditivo promotor de crescimento animal. A decisão da União Europeia foi contestada em tribunal, mas sem sucesso, perante o Tribunal de Primeira Instância da União Europeia, que manteve a justificação cautelara avançada pela Comissão Europeia (Processo T-13/99 *Pfizer Animal Health SA contra Conselho da União Europeia*).

⁵³ AUTORIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR, Painel sobre Contaminantes na Cadeia Alimentar, *Microplásticos e nanoplásticos em alimentos e mariscos*, EFSA Journal, 23 junho de 2016 (disponível em DOI:10.2903/j.efsa.2016.4501).

4. Alimentação sustentável e cidadania alimentar

Resta-nos um olhar sobre os dados estatísticos para ter um panorama mais real do verdadeiro envolvimento dos consumidores. Dos relatórios do Eurobarómetro publicados em 2020, sobre o ambiente⁵⁴ e sobre a alimentação⁵⁵, resulta que a poluição agrícola é o sétimo problema ambiental mais preocupante para os cidadãos europeus.

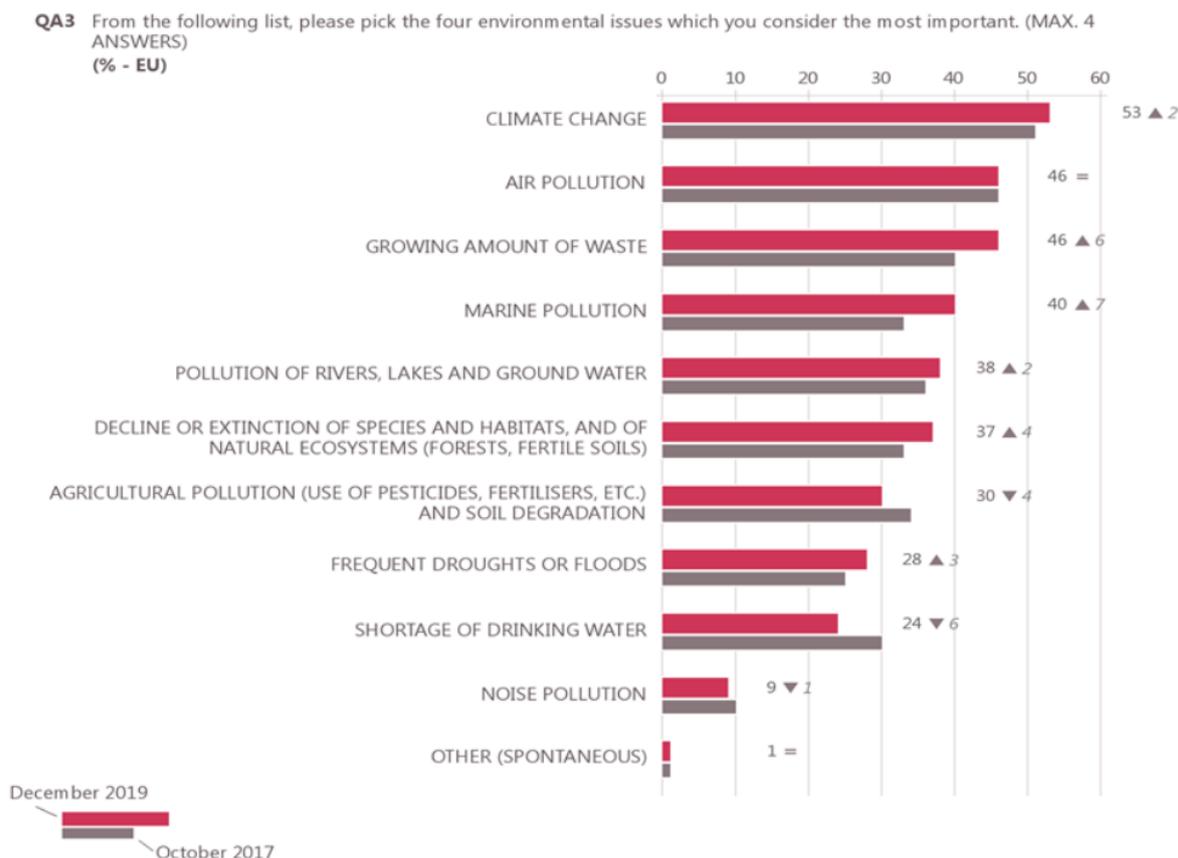


Fig. 7 - Atitudes dos Europeus perante o ambiente, Relatório Eurobarómetro 501, 2020

Por seu turno, 22% consideram que tornar mais sustentável o sistema de produção e consumo de alimentos é uma forma eficaz de resolver os problemas ambientais.

⁵⁴ Special Eurobarometer 501, *Attitudes of European citizens towards the Environment*, March 2020 (<https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/yearFrom/1974/yearTo/2021/surveyKy/2257>)

⁵⁵ Special Eurobarometer 505, *Making our food fit for the future – Citizens' expectations*, December 2020 (<https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/yearFrom/1974/yearTo/2021/surveyKy/2241>).

QA10 In your opinion, which of the following would be the most effective ways of tackling environmental problems? (MAX. 3 ANSWERS)
(% - EU)

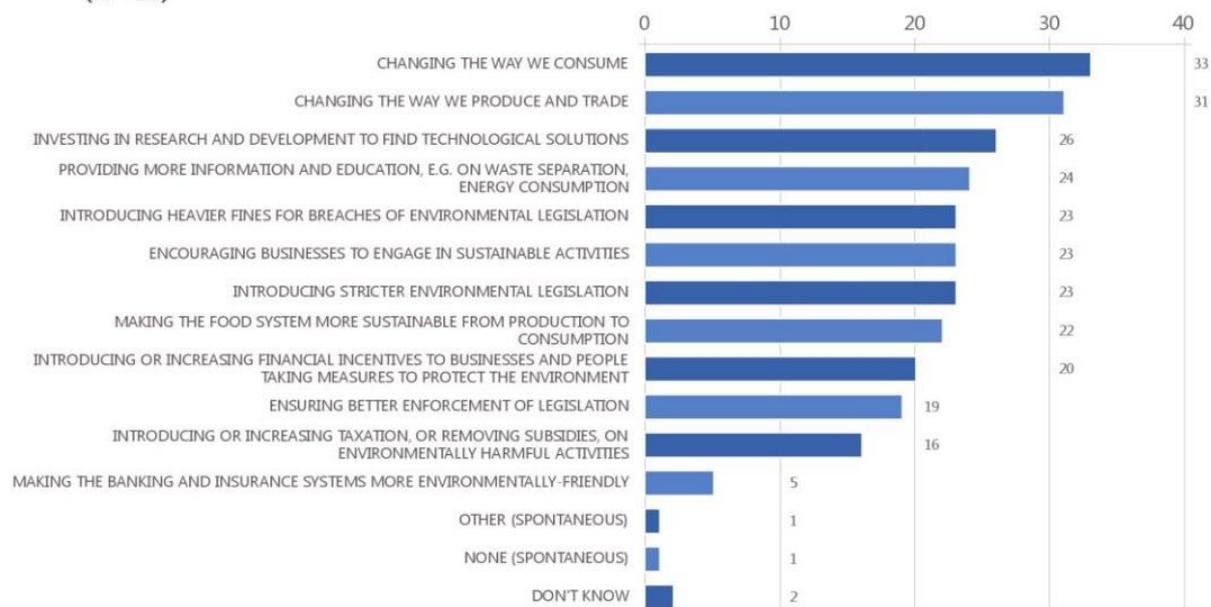


Fig 8 - *Atitudes dos Europeus perante o ambiente*, Relatório Eurobarómetro 501, 2020

Já no relatório sobre alimentação, 43% dos inquiridos consideram que cabe aos consumidores uma quota parte da responsabilidade de mudar os sistemas alimentares, embora apenas 19% tenham mudado de dieta por essa razão nos últimos 6 meses e apenas 15% escolham os alimentos em função da sustentabilidade.

QB5 According to you, which actors from the list below have a role to play in making our food systems sustainable? (MULTIPLE ANSWERS POSSIBLE)
(% - EU)

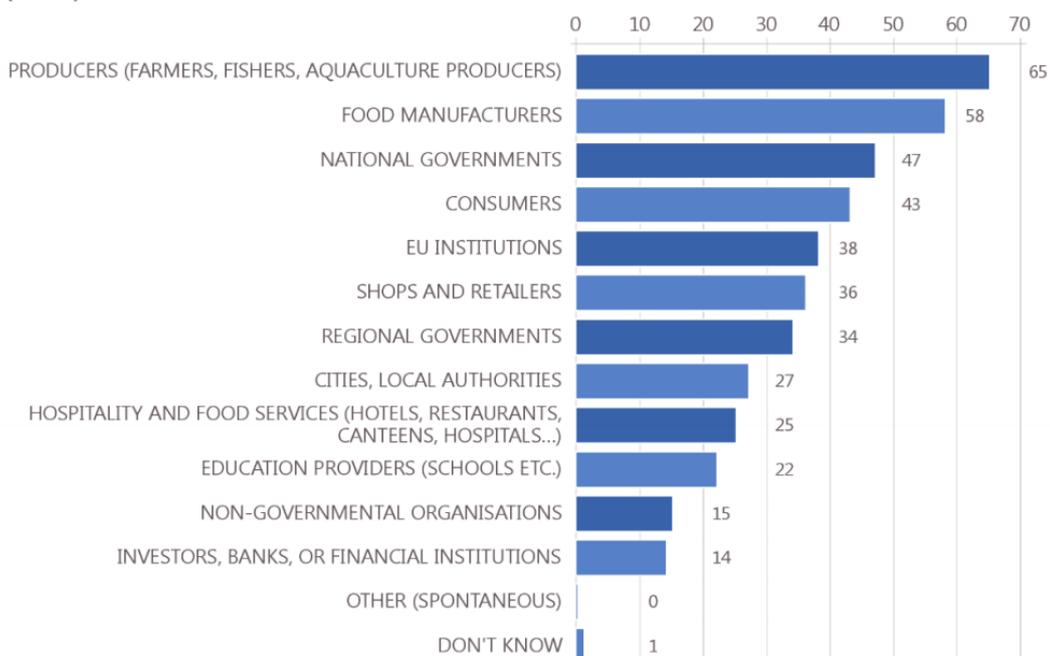


Fig. 9 - *Comida apta para o futuro*, Relatório Eurobarómetro 505, 2020

QA6 Have you done any of the following in the past six months? (MULTIPLE ANSWERS POSSIBLE)
(% - EU)

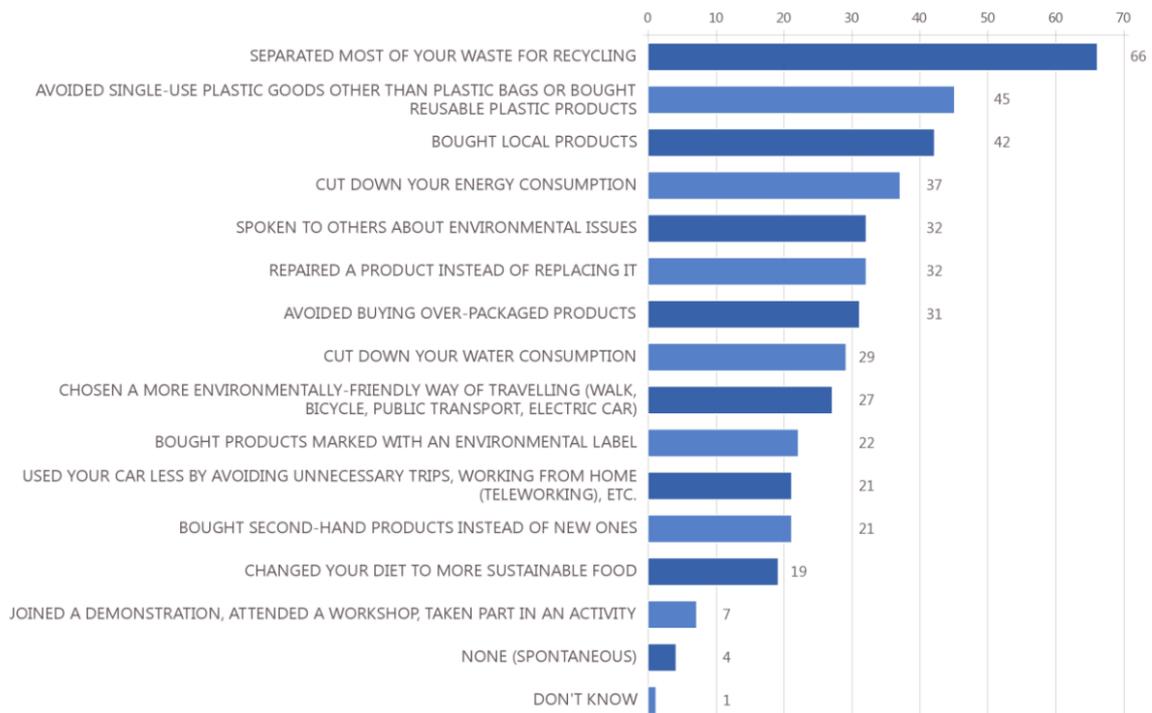


Fig. 10 - Comida apta para o futuro, Relatório Eurobarómetro 505, 2020

QB1T When you buy food, which of the following are the most important to you? Firstly? And then? (MAX. 3 ANSWERS)
(% - EU)

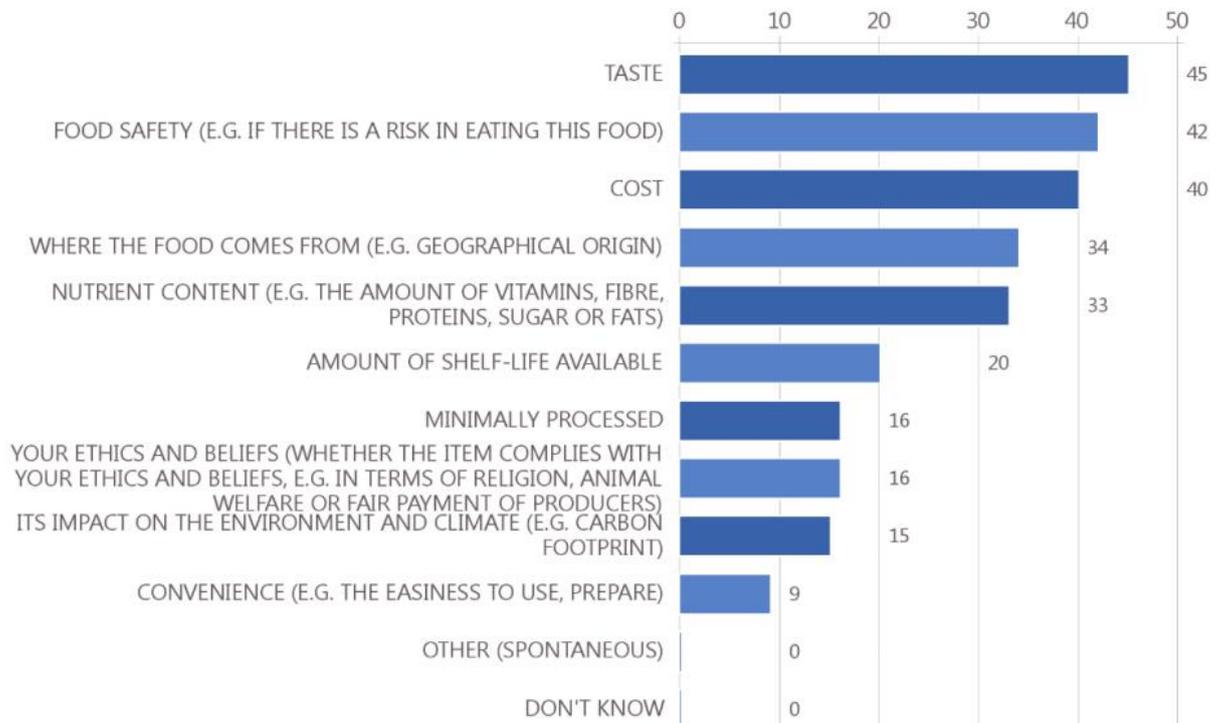


Fig. 11 - Comida apta para o futuro, Relatório Eurobarómetro 505, 2020

É aqui que entram algumas das medidas propostas na Estratégia Europeia do Prado ao Prato, que se destinam a incentivar os consumidores a fazer as escolhas alimentares mais corretas. Apesar de sabermos que os consumidores fazem as suas opções de alimentação orientados por um conjunto de motivações pessoais, comunitárias, culturais, económicas, etc, existem formas eficazes de induzir mudanças de comportamento. Referimo-nos à utilização de estratégias das ciências comportamentais⁵⁶ ou *nudges* aplicados através de regimes jurídicos novos devidamente publicitados e monitorizados.

Um bom exemplo é a proposta de introdução de rotulagem obrigatória harmonizada sobre a sustentabilidade do produto, aposta na frente da embalagem⁵⁷. A informação transmitida pela rotulagem dos géneros alimentares deve ser suficientemente visível, clara e sugestiva para orientar as escolhas dos consumidores. A informação pode versar sobre diferentes aspetos do alimento: teor nutricional, pegada de carbono ou outros aspetos climáticos, impactes ambientais, impactes sociais, origem geográfica ou regime fiscal do produto, por ex..

O objetivo é fornecer aos consumidores respostas diretas, claras e comparáveis, por exemplo, às seguintes questões:

- este alimento é verdadeiramente bom para a saúde?
- quais os impactes da sua produção no clima?
- quais os impactes diretos ou indiretos deste alimento no ar, na água, no solo ou na biodiversidade?
- quem trabalhou para produzir, quem transportou e quem lucrou com a produção deste alimento?
- onde foi produzido, transformado ou embalado este alimento?
- que impostos, taxas ou tarifas oneram este alimento?

A ser adotada a proposta de um “passaporte dos produtos”⁵⁸, ele poderia fornecer aos consumidores indicações claras sobre todas as características indiciadoras dos impactes socio-ambientais dos alimentos. Desta forma se incentivariam produtos nutritivos, energeticamente eficientes, que contribuíssem para paisagens biodiversas,

⁵⁶ The Behavioural Insights Team, *A Menu for Change. Using behavioural science to promote sustainable diets around the world*, 29th Jan 2020 (https://www.bi.team/wp-content/uploads/2020/03/BIT_Report_A-Menu-for-Change_Webversion_2020.pdf).

⁵⁷ Ponto 2.4. da Estratégia do Prado ao Prato.

⁵⁸ A introdução de um passaporte para produtos é mencionada expressamente na Agenda Europeia para a Economia Circular.

fruto de um trabalho digno, cujos benefícios económicos revertem de forma equitativa para todos operadores económicos envolvidos, que resultam de cadeias produtivas curtas e que beneficiam de um regime fiscal mais benéfico, refletindo com isso características consideradas pelo legislador fiscal como desejáveis.

Por fim, igualmente importante é harmonizar as alegações ecológicas voluntárias que pululam no mercado dos alimentos e cujo conteúdo informativo e benefícios ambientais ou para a saúde dos consumidores são frequentemente duvidosos. Alguns exemplos são informações relativas a características da embalagem ou do produto, processos de produção do alimento ou ações de compensação ecológica adotadas pela empresa.

Comecemos pelas embalagens:



Fig. 12 - Rótulos de composição de embalagens de alimentos

Nos rótulos relativos às embalagens são descritos atributos de sustentabilidade, como por exemplo o facto de utilizar menos material (25% menos plástico numa garrafa de água), a origem do material (70% de fibras recicladas pós-consumo numa embalagem de bebidas quentes), ou até autoproclamações infundadas ou dificilmente demonstráveis (a renovabilidade do cartão produzido em florestas sustentavelmente geridas).

Em seguida, informações relativas ao comportamento desejável do consumidor durante ou após o consumo (consumir pouca água, achatar a embalagem, saborear a natureza “com respeito”, o que quer que isso signifique).



Fig. 13 - Rótulos de comportamento do consumidor de alimentos

Outra categoria de rótulos são os que dão informação sobre a sustentabilidade do processo de produção do alimento: galinhas criadas ao ar livre, atum pescado sem prejuízo para os golfinhos, agricultura biológica e sem químicos, ou até... frutos polinizados por abelhas!



Fig. 14 - Rótulos sobre processo de produção dos alimentos

Por fim, informação relativa a medidas compensatórias adotadas pelas empresas: apoio social ou ambiental (plantação de árvores).



Fig. 15 - Rótulos sobre medidas compensatórias alimentos

Em suma, em matéria de promoção da sustentabilidade da alimentação através de informação ao consumidor através dos rótulos, há muito caminho a ser percorrido. Esta é apenas uma das estratégias avançadas pela Comissão Europeia para garantir “uma melhor proteção dos ecossistemas naturais, juntamente com os esforços para reduzir o comércio e o consumo de espécies selvagens, ajudará a prevenir e a reforçar a resiliência face a futuras doenças e pandemias” e sobretudo para garantir a sustentabilidade dos sistemas alimentares e a justiça da alimentação para as gerações atuais e para as gerações futuras.

Artigo Recebido a 30 de novembro de 2020 | Aceite a 28 de janeiro de 2021

(Página deixada propositadamente em branco)

Discursive conflicts around the impeachment of Dilma Rousseff (Brazil) on Twitter

Disputas discursivas no Twitter sobre o impeachment de Dilma Rousseff (Brasil)

Claudio Luis de Camargo Penteado

Federal University of ABC, Brazil

claudio.penteado@ufabc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8279-3643>

Denise Hideko Goya

Federal University of ABC, Brazil

denise.goya@ufabc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0852-6456>

Fabício Olivetti de França

Federal University of ABC, Brazil

folivetti@ufabc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2741-8736>

Abstract

This paper aims to study the online politics conflict, especially on Twitter, between groups against e favorable Dilma Rousseff's impeachment where each group had tried to produce their narrative about the political episode. From the approach of Laclau and Mouffe's theory of discourse, the research studied the dispute over the meanings mobilized in the conflicts on Twitter about the impeachment of Dilma Rousseff. To carry out the study, it was the adaptation of Big Data techniques (sentiment analysis) and social network analysis, we had studied the tweets during the period of open the process of impeachment in the Lower House in April 2016. The results point to an existence of a discursive dispute between a group who was defending the legitimacy of the impeachment and another one who was reporting a coup d'état in Brazil.

Keywords: Twitter; Impeachment Dilma Rousseff; Discursive dispute; Hegemony; Online Conflicts.

Resumo

Esse artigo tem por objetivo estudar os conflitos políticos online, especialmente no Twitter, entre os grupos contra e favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff, no qual cada grupo tentou produzir suas próprias narrativas sobre esse importante episódio da política brasileira. A partir da abordagem da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, a pesquisa estudou a disputa entre os sentidos mobilizados no Twitter sobre o impeachment de Dilma Rousseff. Para a realização do estudo foi realizada uma adaptação de técnicas de Big Data (análise de sentimento) e análise de redes sociais dos tweets postados durante o período de abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados do Brasil em abril de 2016. Os resultados apontam a existência de uma disputa discursiva entre um grupo que defendeu a legitimidade do impeachment e outro que procurou denunciar a existência de um golpe de estado no Brasil.

Palavras-chave: Twitter; Impeachment Dilma Rousseff; Disputa discursiva; Hegemonia; Conflitos Online.

Introduction

On the 17th of April of 2016, the Lower House voted to open the process to impeach the president Dilma Rousseff, of the Labor Party (PT). The voting that lasted around six hours had massive coverage in the means of communication and awakened an intense debate in social networks between the groups supporting and disagreeing with the impeachment of the president at the time.

The impeachment of Dilma Rousseff was the result of a severe political crisis that originated in the presidential elections of 2014, in which the former president won by a small margin of votes over the opposing candidate Aécio Neves (PSDB Party). The elections of 2014 were characterized by an intense political conflict on social networks, which was distinguished by the radicalization of different ideological positions and hate expressions (Chaia & Brugnago, 2014).

The narrow victory on the 2014 elections, the rise of the economic crisis and the corruption denunciations involving the president's party and the members of her government weakened the Dilma Rousseff administration. Soon after the beginning of her new mandate, in 2015, the government of the re-elected president faced a wave of protests in various cities around the country against corruption initially and afterwards, requesting her impeachment. Despite the movements' loss of power towards the end of

2015, in 2016, with the acceptance of the impeachment request on the Lower House, under the allegation that the president had committed fiscal irregularities, an irregular fiscal maneuver, the movements gained additional support lighting up a new cycle of protests.

During all the process, the social networks sites had a vital role in the mobilization of the protestors, the dissemination of information and specially in the conflict between the groups supporting the impeachment and those supporting the president. Both groups used social networking sites to mobilize sympathizers for their street manifestations, but mainly for the dissemination of information (in many forms), in constructing a narrative of the ongoing political events, announcing an online debate between groups which defended the “moralization of the country”, with the incarceration of the politicians associated with PT involved in the investigation of the State Prosecution Office (Operação Lava Jato - known as Car Wash Operation), and others that denounced the political coup, with the support of large companies of communications which gave a wide coverage for the manifestations supporting the impeachment (Penteado & Guerballi, 2016).

In Brazil, similarly to other world locations, the social networks sites went through a rapid process of popularization. There are currently 102 million people in Brazil connected to the internet, around 58% of the total population, according to the 11th edition of the 2015 domestic census, of the do CGLBR (Brazil Internet Management Committee). Brazil is the country with the highest number of social network users in Latin America, with 93.2 million people connected in some form of social network, according to the research conducted by the agency eMarketer. The massive use of networks and other channels on the internet lead to the formation of a connected public sphere (Benkler, 2006), in which the users may express their opinions freely and participate actively in public debates.

The first political uses of social networks sites were associated to the popular gathering opposing authoritarian governments, as it was seen in the cases of the Arabian Spring (Howard & Hussain, 2011), the opposition against the Greek austerity measures, which were taken against the political class and favoring a “real democracy” in Spain, the inequality between the 99% against the 1% of the Occupy Wall Street Movement (Teocharis et al., 2014). Following the examples of other countries around the world, the same occurred in Brazil during the Journeys of 2013 June, in which the internet had

a central role in the mobilization of the protesters in their networks of indignation (Castells, 2015). However, the online political debate, which began during the elections of 2014 in Brazil and extended through the years of 2015 and 2016, took a different approach than the early online movements: the discursive conflicts between different political groups, in the online social networks, in the production of a hegemonic political narrative, typical of the contemporary political conflicts, as Laclau & Mouffe (1986) discussed.

Contrary to the thoughts shared by Habermas about the existence of a rational public sphere, like an expression of a deliberative democracy, in which the public debate between the different opinions were given around reason-givens, reciprocity, mutual respect and orientation to the common good (Mendonça & Pereira, 2011), Mouffe (2005) argues that the public debate is marked by the conflict of antagonistic political positions and by expressions of irreconcilable passionate positions, which dispute in the political field the production of a hegemonies following the ethical-political of liberal democracy criteria. In this sense, the debate on the web, more specifically, in the social network's sites revolved around disputes which reflected contrasting positions which did not seek a rational debate, but to construct a solid argument to the disputing political positions.

Laclau & Mouffe (1986) suggested that in a globalized society, governed by information to the political analysis must pass the study of hegemony. Using discourse as an analytical category, the authors defend that the political dispute occurs on a discursive level between political groups. Recapping the thought of Gramsci, Laclau & Mouffe (1986), which argues that the hegemonies' political articulations search to create a narrative that operates on the field of subjectivity in order to produce a hegemonic politic that normalizes and legitimize practices and political actions of dominant groups. With this approach, the article aims to study the political conflict (online) between the groups defending Dilma Rousseff and the groups favoring her impeachment, where each antagonistic groups search to produce a narrative about the political dispute around the president's removal, in order to prove the discursive theory of Laclau and Mouffe (1986), where, in contemporary politics, disputes go through the communication power of the groups (according Castells, 2013), that is, by the capacity to construct the meaning within the networks of communication of the network society.

To realize this study, we analyzed the debates on Twitter, in the days that surrounded the opening to the impeachment process, it was seen that the behavior of the

users involved in the dispute by the production of a narrative for the defense of the political position of each group in the conflict: the legitimacy of the impeachment (pro-impeachment – PRO) and the illegitimacy of the same process, which is presented on the narrative of the coup (anti-impeachment – CON). The article also aims to contribute with a new methodology for future studies of political conflicts on Twitter by the adaptation of techniques of Big Data (analysis of feelings) and the method of analysis of social networks.

The article is structured in four parts, other than this brief introduction. Initially, the article presents a discussion between the concept of the Political by Mouffe (2005) and his relation with the political usage of the internet, more specifically, social networks sites. In the second part, the developed methodology by the research is presented, followed by the result of the research and to conclude, some final considerations.

The Political and the Internet

Laclau & Mouffe (1986) defend that a society is constructed around conflicts, however, the old dispute between capital and work is replaced by the institutional political fight for the power inside the liberal democracies. In this fight for political control, the discursive dispute becomes the main mechanism of expression for the social and political oppositions, existing in the civil society and in a new more complex social structure (Standing, 2016).

The political speech shapes itself as a mechanism of formation subjective to the formation of an identity, a way of mobilization and construction of powerful politics. The discursive expressions seek to mediate the different demands of the civic society around equivalent logic which expresses the social oppositions, which are no longer subordinates of the old form of factory domination of capital, but also to the other domains of individual and collective life controlled by capitalist relations (Laclau & Mouffe, 1986).

The discursive clash in contemporary society is expressed by the dispute around what Laclau (2005) called “empty meanings”, the dispute over the production of an interpretation (meaning) about key concepts of liberal democracy like citizenship, liberty, equality and even the concept of democracy. The discursive dispute around the meanings expresses the opposing political identities, which seek to produce a narrative

capable of swaying people's consciousness in the construction of a powerhouse or the opposition of such.

In this context, the communication media play a central role in contemporary political conflicts, especially in producing, transmitting and delivering political speeches (Castells, 2013). With the growth of the internet, and an even more distinguished growth of social network sites, the system of communication became more complex and the debates gained new fragmented dynamics. The formation of a public sphere which is intertwined in the networking sites allowed different users to express their demands and act in a more active political dispute (Benkler, 2006).

The protests of the Arabian Spring, the 15-M movement in Spain and the protests of Occupy Wall Street indicate that the social network sites became important tools for political action in recent years (Bennet & Segerberg, 2012). The studies of Theocharis et al. (2014) about the usage of Twitter in the M-15 movement, Occupy Wall Street and Aganaktismenoi (Greece), showed that Twitter was used in many different ways, and had a variety of functions, differing between countries, being tailored to specific needs. The data from this research also indicated that Twitter worked to circulate information and political debates around the themes being supported by the protesters.

As shown in the studies of Bennett and Segerberg (2012), the modern collective action, which acts through social network sites and using intense digital communication, is made by the combination of two parts. The first is the traditional collective action of mobilizing organizational resources and the formation of collective identities, and the second is based on the formation of a personalized sharing of content in social network sites, in which the authors call for the connective action.

In the connective action, speeches are a key element for the mobilization of resources and support. However, the creation of a collective identity is its main role (Gerbaudo, 2014). In the logic of connective action, the discursive forms are the messages shared in social network sites by the groups and users.

Here, it is important to recall the distinction between the political and politics for Mouffe (2005, p. 8):

(...) I mean by 'political' the dimension of antagonism that I consider constitutive of human societies, whereas by 'politics' I mean the set of practices and institutions through which an order is created, organizing human coexistence in the conflictive context produced by the politician.

The politics of Mouffe finds on the Internet, mainly in social network sites like Twitter, a space for their antagonist dimension. The dispute between narratives (speeches) of different political positions, expressed by the users, allow the production of a context in constant conflict inside a hegemonic order in a context of contingency, which is always open for challenges against its hegemony or new constructions of discursive hegemonics. Therefore, as Mouffe (2005) states, the mobilization demands a politicization through the creation of a conflicting representation of the world (created through a speech), which expresses the opposing sides, with which the people (and users of social networks) can identify and express their political beliefs: “Political discourse does not have to offer only political programs, but also identities that can help people understand what they are experiencing and give them hope for the future.” (Mouffe, 2011, p. 24).

Thus, the dynamics of appropriation of social network sites that operates within the sphere of influence in the production of social and collective identities (Boyd, 2007), shown through shared content, allow the aggravation of political conflicts, as taken by opposing political ideas, leading to a radical dichotomy between the groups, with the display of mutual hatred (Maia & Rezende, 2015; Amaral & Coimbra, 2015).

The concept of a Habermasian public sphere, influenced over Social Sciences approaches, led by the rational consensus and deliberate processes cease to make sense in the social network platform. The new digital public sphere is characterized by conflicts that reproduce political disputes and the formation of a hegemony, in which the users seek to disseminate and defend their political positions through debates and the dispute between “empty meanings” (Laclau, 2005), that in this study referred the impeachment of Dilma Rousseff, which different groups disputed the meaning of this process.

Following this approach, the article has a research question (RQ): what are the meanings (narratives disputes) mobilized on Twitter by political groups, during the impeachment process in Brazil in 2016?

Material and methods

In order to identify the mobilization and narratives disputes (and meaning) on Twitter, this investigation collected data (tweets) in the period from 15 to 19 April 2016, comprising a period of two days before and two days after the vote the opening of

the impeachment process, when had the massive contest between the groups supporting the impeachment and in the other hand supporting the (former) president.

For the collection of data, the Twitter Streaming API was used. This API allows for the collection of a continuous flow of tweets, however, it is limited to the production of a sample of 1% of all tweets generated globally. API is a computational interface which allows the pairing of routines created by a software, which allows the collection of tweets inside a limit established by the site.

The Twitter's API allows for the filtering of contents and properties of tweets. This can lead to almost all of the tweets relating to the desired topic to be accounted for, given the utilized filter.

For this study, a filter that selected only the tweets and hashtags that contained keywords related to the impeachment process. This selection was made and tracked through the main communication channel of both groups (pro and against the impeachment of brazilian president).

To analyze the data found, an adaptation of the theory of discourse by Laclau and Mouffe (1986) was applied to the dispute between "signifiers" in the main hashtags by groups favorable and opposed to impeachment. And for the identification and visualization of the profiles that acted most, the Social Network Analysis metrics were used (Wasserman & Faust, 1994).

Results

Aiming to study the political conflict on Twitter - with respect to the groups in favor and against Dilma Rousseff's impeachment – the sentiments (political identification) contained in the collected tweets in the database were analyzed. This analysis was done around the hashtags (#) – formation of topics that coordinate the discussion of similar groups amongst a large number of users, which can still be connected even though they are not “following” each other. The study of the hashtags allowed the study of the political debate amongst users in Twitter (BURNS & BURGESS, 2011), allowing for the identification of the stances taken by the involved users.

Our database contains a total of 18,711 different hashtags, following the Power Law, which in the case of this study, describes a situation where few hashtags cover a large number of information exchanges in the site. Figure 01 sketches the 1000 most

popular hashtags on the horizontal axis, while the vertical axis shows the amount of tweets that contained the corresponding hashtag. Figure 01 is an example of the Power Law, which shows that the users participating in the debate used few common hashtags, while the majority of other hashtags was only used once, demonstrating the other characteristic for this distribution, called “long tail” (Anderson, 2018).

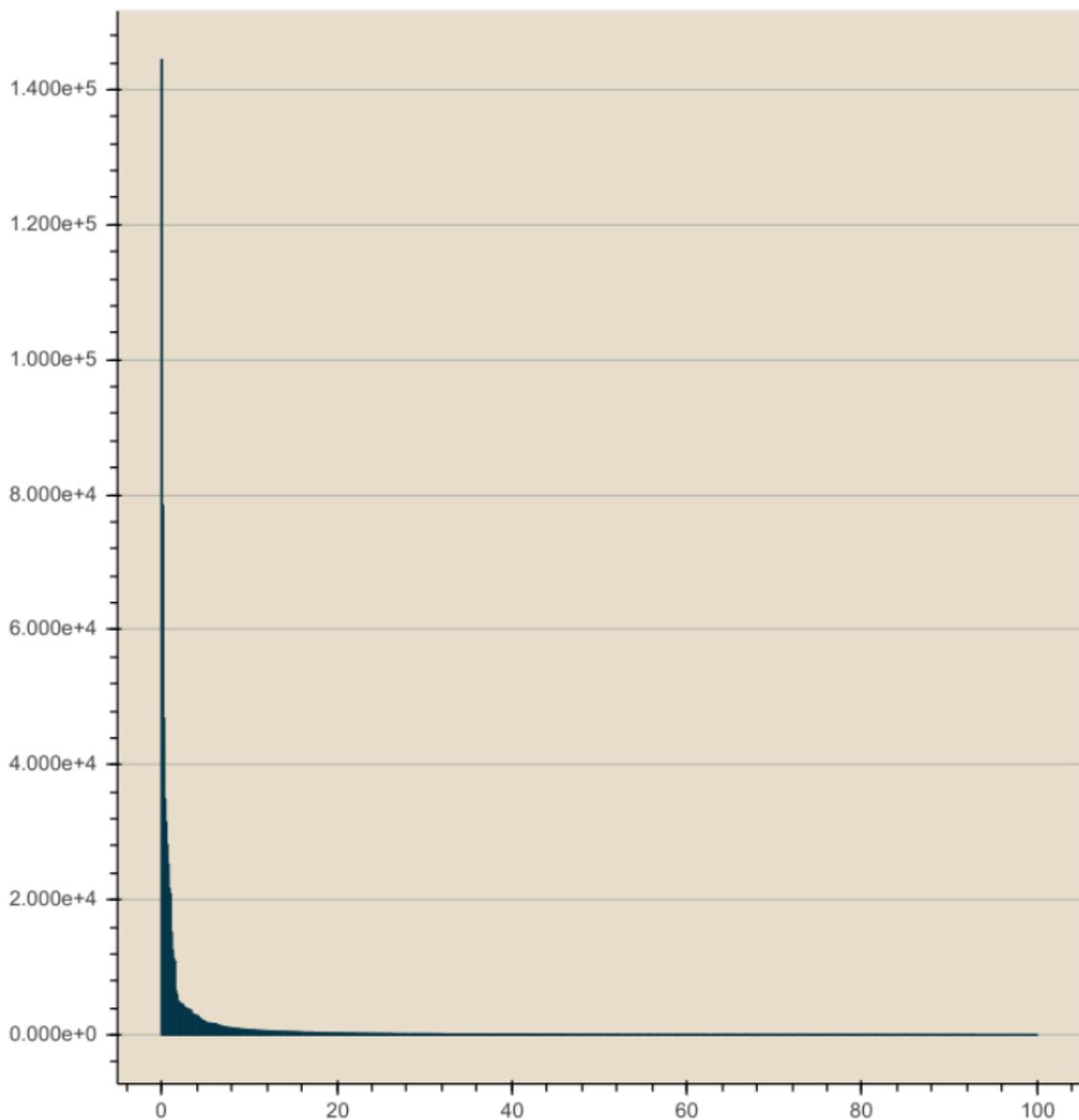


Fig. 1
(Source: Authors, 2018)

The Power Law can be calculated through the mathematical formula: $P(x) = C \cdot x^{-\alpha}$, where x is given by the number of hashtags, α represents the exponent, and C is the amplitude of the distribution. Therefore, $P(x)$ gives the expected number of users with the quantity x of the measured content. The distribution of hashtags in the database

Boosting Tree (xgboost), developed by Chen & He (2015), that have presented reliable results according to the literature, with 99.83% certainty in the results. The results are shown in Figure 03.

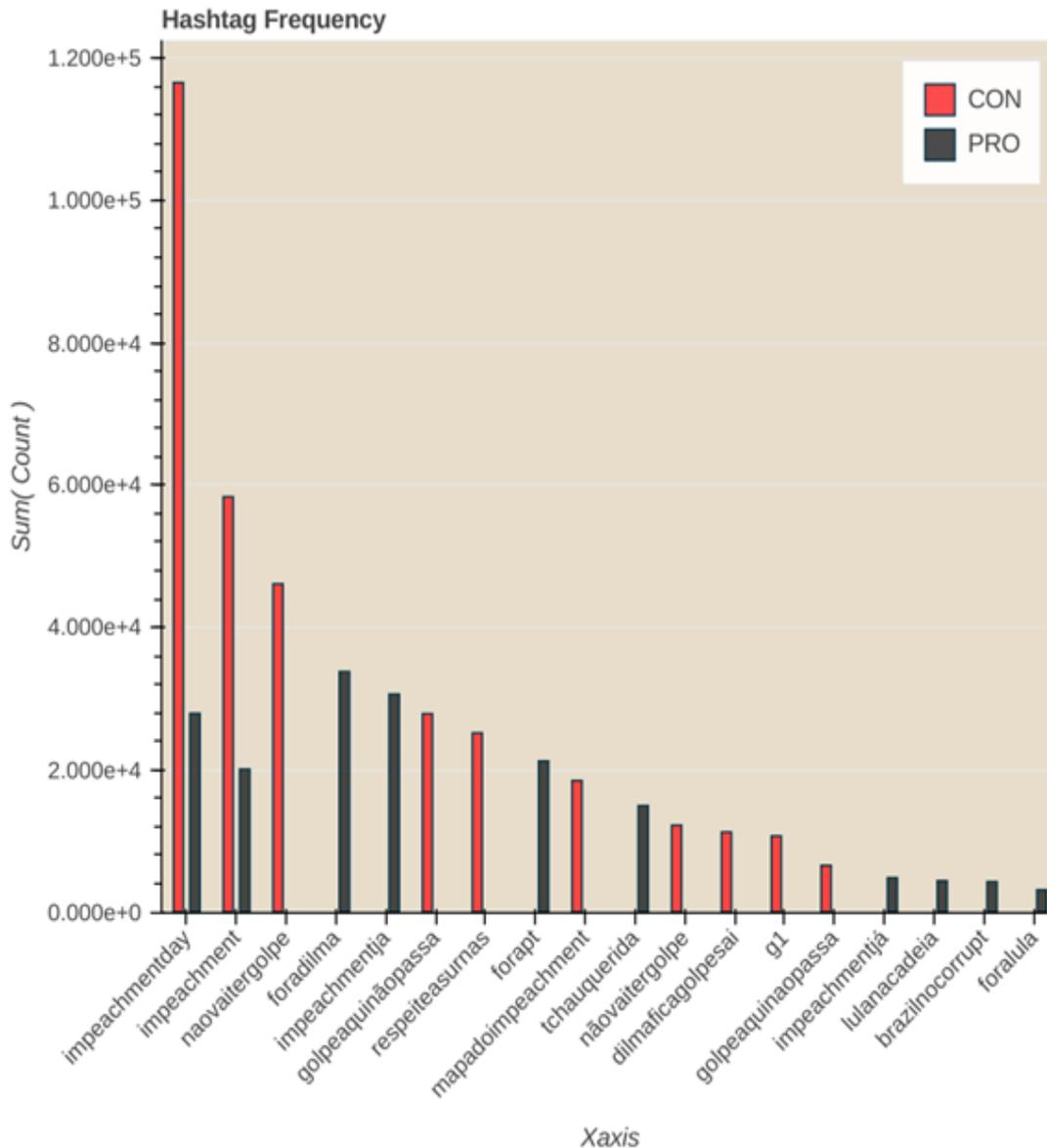


Fig. 3
(Source: Authors, 2018)

The results show that only in the two most used hashtags (#impeachmentday e #impeachment) was a dispute between the two opposing groups, with the largest number of tweets opposing the impeachment. Overall, the #s showed only one sentiment (the political position), with the two opposing stances.

Below is a classification of the hashtags, following the sentiments shown above.

Political positioning	Hashtag (in portuguese)	Meaning
PRO Impeachment	ForaDilma impeachmentJa ForaPT tchauQuerida impeachmentJá LulaNaCadeia BrasilNoCorrupt ForaLula	Get out Dilma Rousseff Impeachment Now Get out PT (Rousseff's party) bye honey (Rousseff) Impeachment Now Lula (former president in the jail) No corruption in Brazil Get out Lula (former president)
CON Impeachment	nãovaitergolpe golpeAquiNãopassa respeiteAsUrnas Mapadoimpeachment naovaitergolpe dilmaFicaGolpeSai g1* golpeaquinaopassa	there will be no coup coup here does not pass respect the polls (election results) Impeachment mapping there will be no coup Dilma (Rousseff) stay and coup get out Media company (no meaning) coup here does not pass
Both groups	Impeachmentday impeachment	impeachment voting day impeachment

Table 01

(Source: Authors, 2018)

* hashtag of News favorable to Dilma Rousseff which was shared by the group opposing the impeachment that gives a different meaning.

Another important source of information for this study can be extracted by the analysis of the interactions between users, using the approach of Social Network Analysis (Larson & Moe, 2012). Using the database as a reference, a network of interactions between the users was created, expressing the relations of retweet (RT). The constructed network contains 317,509 nodes and 1,149,909 connections.

For the purpose of analysis, the top 10 users utilizing network measurements: In degree, Out degree and PageRank, was calculated. The In degree measures the users with the highest retweet count, the Out degree shows the users who retweet the most

and PageRank is a measurement used by Google to classify search results, showing the users which are considered the most relevant by the central players, these being the users which have the most impact in the dissemination of information generally (Weitzel et al., 2012).

The profiles found were categorized into: media (communication enterprises), part/politician, Twitterer (a common user, who has a lot of followers), journalists, militants who are CON and PRO (common users with publications containing political stances), non-government organization (social movement, collective and NGOs) and celebrities (artists, musicians, famous people, etc).

As expected, the top 10 In degree contains mainly news profiles, while the Out degree is formed by activist users and PageRank shows a mixture of both, as illustrated by the table below.

In Degree		Out Degree		PageRank	
Profile	Category	Profile	Category	Profile	Category
Estadao	media	dionianjos	Militant CON	afpressuto	Militant PRO
lucas	twitterer	beijopai	Suspended account	br45ilnocorrupt	NGO
BlogDoPlim	journalist	leleabreu	Militant CON	BlogDoPlim	journalist
ptbrasil	party	moemasbc57	Militant CON	MollerSandayo	Militant PRO
GeorgMarques	journalist	Beamara184	Militant PRO	lobaoeletrico	celebrity
JornalOGlobo	media	lacerdagalo	Militant CON	Estadao	media
naosejatrouxa	twitterer	woodstock_59	Militant CON	diegoescoteguy	journalist
BlogdoNoblat	journalist	araujosergio	Protected account	BlogdoNoblat	journalist
MidiaNINJA	media	br45ilnocorrupt	NGO	MovBrasillivre	NGO
folha	media	mariaap94213193	Militant CON	mendoncafilho	politician

Table 2
(Source: Authors, 2018)

Table 02 makes it apparent that the users who have the highest number of retweets (In degree) are associated with the press (media and journalists). In the top 10, it was also possible to identify the occurrence of two twitterers whose characteristics are humor publications. The most active users (Out degree) were militants, with the largest part of these opposing the impeachment (militant CON). A suspended account, a protected account and a NGO's profile which acted in favor of the impeachment were found.

A global analysis allows for the confirmation of the existence of a political dispute revolving around a narrative in favor of the lawfulness of the impeachment of the PRO groups, which were more active in the dissemination of opinions (PageRank), while the CON groups were more active in the production of tweets (Out degree) denouncing the existence of a political coup. However, this dispute used the retweet of messages produced by the press from both groups.

As a way of representing and visualizing the narrative dispute graphically, a graph was made based on the relations established between the users' retweets that shared a similar motif. According to the findings of the studies of Harrigan et al. (2012), the structure of a community possesses a larger capability of diffusion of content (social epidemic), as the members of the community have more similarities (this is referring to their interests and shared characteristics, increasing the significance of the messages between members), and the communities, with strong political identities, taking a stand either in favor of the defense or the denial of the impeachment, amplify the social connection between the retweeted messages.

Discussion

The results obtained during the research confirm the existence of a discursive dispute between the groups in favor and against the impeachment of Dilma Rousseff, expressed around hashtags (figure 03) and in the proper formation of communities, as shown in figure 01. Both groups seek to produce a narrative about the ongoing impeachment process.

As seen in table 01, the group in favor of the impeachment tried to create a narrative surrounding around the hashtags that defended the impeachment (#ImpeachmentJa - #ImpeachmentNow), criticized Dilma Rousseff (#tchauquerida - #byehoney and #ForaDilma - #GetoutDilma), her party (#ForaPT - #GetoutPT) and the former president Lula (#ForaLula - #GetoutLula and #LulaNaCadeia - #LulaIntheJail). On the other hand, the groups opposing the impeachment mobilized themselves around the hashtags that defended Dilma (#dilmaFicaGolpeSai - #dilmastayCoupOut) and mainly around the idea of a political coup in progress (#nãovaitergolpe - #willnotgetcoup, #golpeAquiNãoPassa - #CoupHereDoesNotPass, #respeiteAsUrnas - #respectTheBallots).

However, the political debate followed a homophily tendency, that is, there is a tendency that each member of a social network will interact with users with the same profile (or similar world vision) (McPherson et al., 2001), in the case of this study, the users with similar political positioning and ideologies. This type of behavior is common in social networking sites, even in Twitter, where the users are exposed to a larger variety of points of view compared to other social network sites (Yardi & Body, 2010). This behavior tends to favor the creation of an identity and the formation of a chain of equivalencies (according Laclau, 2005) which makes it possible to mobilize a large number of users, mainly for the opposition of an “enemy”, and the rapid diffusion of contents in these webs, but it also leads to the increase in conflict and the polarization of opposing politics (according Mouffe, 2005).

Conclusion

In order to respond to the research question: what are the meanings (narratives disputes) mobilized on Twitter by political groups, during the impeachment process in Brazil in 2016? It is possible to affirm that the groups favorable to the impeachment of

Dilma Rousseff defended the legitimacy of the removal of the president, associating her with the corruption investigations involving her party and her political godfather, former president Luis Inácio Lula da Silva. Despite the reason for the impeachment being unrelated to corruption cases under the Rousseff government. On the other hand, groups opposed to impeachment mobilized the discourse, through hashtags, that the process was illegitimate and that the people would resist this coup, which had the support of the major communication companies in Brazil.

Through the analysis of social networks it was also possible to identify that the most active profiles were of the group favorable to impeachment, mobilizing a larger network of supporters through the network of retweets.

Finally, it is important to highlight that in an increasingly digitized society, there is a need to build an interdisciplinary research agenda focused on the study of conflicts on a social internet platform as a central element in the new social, political and technological configuration. of contemporary society.

Acknowledgments

Thanks to the São Paulo State Research Support Foundation (FAPESP / Brazil) for financing the project Electoral disputes in cyberspace.

References

- AMARAL, A.; COIMBRA, M. - Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso# eunãomereçoserestuprada//Expressions of hatred on social networking sites: the universe of haters in the case# eunãomereçoserestuprada. *Contemporânea*. 13:2 (2015), p. 294-310.
- ANDERSON, C. - *The long tail*. Hyperion e book, 2018.
- ALSTOTT, J.; BULLMORE, E.; PLENZ, D. - Powerlaw: a Python package for analysis of heavy-tailed distributions. *PloS one*. 9:1 (2014), e85777.
- BENKLER, Y. - *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. Yale University Press, 2006.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. - The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, communication & society*. 15:5 (2012), p. 739-768.
- BOYD, D. - Why youth (heart) social network sites: The role of networked publics in teenage social life. In BUCKINHAM, David (ed.) - *YOUTH, IDENTITY, AND DIGITAL MEDIA*. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 2007-16, 2008.
- BRUNS, A.; BURGESS, J. E. - The use of Twitter hashtags in the formation of ad hoc publics. In *Proceedings of the 6th European consortium for political research (ECPR) general conference*, 2011.
- CASTELLS, M. - *Communication power*. OUP Oxford, 2013.
- CASTELLS, M. - *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age*. John Wiley & Sons, 2015.
- CHAIA, V. L. M.; BRUGNAGO, F. - A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*. 7:21 (2014), p. 99-129.
- CHEN, T. [et al.] - Xgboost: extreme gradient boosting. *R package version 0.4-2*. (2015), p. 1-4.
- CLAUSET, A.; SHALIZI, C. R.; NEWMAN, M. E. - Power-law distributions in empirical data. *SIAM review*. 51:4 (2009), p. 661-703.
- GERBAUDO, P. - The persistence of collectivity in digital protest. *Information, Communication & Society*. 17:2 (2014), p. 264-268.
- GRANOVETTER, M. - The strength of weak ties: A network theory revisited. *Sociological theory*. (1983), p. 201-233.
- HARRIGAN, N.; ACHANANUPARP, P.; LIM, E. P. - Influentials, novelty, and social contagion: The viral power of average friends, close communities, and old news. *Social Networks*. 34:4 (2012), p. 470-480.
- HOWARD, P. N.; HUSSAIN, M. M. - The upheavals in Egypt and Tunisia: The role of digital media. *Journal of democracy*. 22:3 (2011), p. 35-48.
- KLAUS, A.; YU, S.; PLENZ, D. - Statistical analyses support power law distributions found in neuronal avalanches. *PloS one*. 6:5 (2011), e19779.
- LACLAU, E. - *On populist reason*. London: Verso, 2005.
- LACLAU, E.; CHANTAL, M. - *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1986.
- LARSSON, A. O.; MOE, H. - Studying political microblogging: Twitter users in the 2010 Swedish election campaign. *New media & Society*. 14:5 (2012), p. 729-747.

- MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A. - Democracia digital y deliberación en línea: un estudio de caso sobre Votenaweb. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*. 2 (2011), p. 109-157.
- MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. S. - Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. *Intexto*. 34 (2015), p. 492-512.
- MCPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L.; COOK, J. M. - Birds of a feather: Homophily in social networks. *Annual review of sociology*. 27:1 (2001) p. 415-444.
- MOUFFE, C. - *On the political*. Psychology Press, 2005.
- PENTEADO, C. L.; GUERBALI, J. G. - As manifestações do impeachment no Twitter: uma análise sobre as manifestações de 2015. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*. 19 (2016).
- STANDING, G. - The Precariat-The new dangerous class. *Amalgam*. 6:6-7 (2014), p. 115-119.
- THEOCHARIS, Y. [et. al] - Using Twitter to mobilize protest action: online mobilization patterns and action repertoires in the Occupy Wall Street, Indignados, and Aganaktismenoi movements. *Information, Communication & Society*. 18:2 (2015), p. 202-220.
- WASSERMAN, S.; GALASKIEWICZ, J. - *Advances in social network analysis: Research in the social and behavioral sciences*. Sage, 1994.
- WEITZEL, L.; QUARESMA, P.; DE OLIVEIRA, J. P. M. - Measuring node importance on twitter microblogging. In *Proceedings of the 2nd International Conference on Web Intelligence, Mining and Semantics*, 2012, p. 1-7.
- YARDI, S.; BOYD, D. - Dynamic debates: An analysis of group polarization over time on twitter. *Bulletin of science, technology & society*. 30:5 (2010), p. 316-327.

Artigo Recebido a 28 de outubro de 2020 | Aceite a 18 de novembro de 2020

(Página deixada propositadamente em branco)

Afetos em narrativas de parto: percepções da violência obstétrica

Affections in childbirth narratives: perceptions of obstetric violence

Manuela Cortez da Cunha Cruz
Universidade Federal do Paraná, Brasil
manuelacortez.cruz@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4095-2984>

Jaime Santos Junior
Universidade Federal do Paraná, Brasil
jaimesjr@ufpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7809-6976>

Resumo

O artigo trata das percepções da violência obstétrica a partir de narrativas de partos. O objetivo é coligir dados sobre partos, os procedimentos mais utilizados e esboçar as suas características êmicas nos modos de se referir e nomear situações e sujeitos. A pesquisa foi realizada na cidade de Curitiba (Brasil), tendo como casos: mães e estudantes de medicina. As entrevistas colheram diferentes configurações discursivas sobre a gravidez, o parto e os procedimentos. Os resultados sugerem que as percepções da violência obstétrica ultrapassam as práticas e procedimentos considerados violentos, incorporando a dimensão afetiva e os efeitos das disputas simbólicas pela legitimidade do saber clínico.

Palavras-chave: parto; maternidade; emoções; narrativas; violência obstétrica.

Abstract

The article analyzes the perceptions of obstetric violence from birth narratives. The main purpose is to collect data about birth, the most used procedures and outline its emic characteristics in the ways of referring and naming situations and subjects. The research was made in Curitiba (Brazil), having as cases: mothers and medical school students. The interviews enlivened many discursive configurations about pregnancy, birth and procedures. The results indicate that the obstetric violence perceptions

exceed practices and procedures considered violent, embodying an affective dimension and the effects of symbolic disputes for the legitimacy of clinical knowledge.

Keywords: birth; maternity; emotions; narratives; obstetric violence.

INTRODUÇÃO

A realidade dos partos no Brasil se apresenta em um contexto aparentemente contraditório. Por um lado, nota-se um aumento expressivo de políticas de fomento do parto humanizado, sobretudo na rede pública de saúde, e de pesquisas sobre violência obstétrica, não somente nas Ciências Sociais. Por outro, é o país que apresenta elevados índices de cesarianas. O impulso em tipificar formas de violência associadas aos procedimentos de parto expõe o dado de que, hoje, a violência obstétrica atinge uma em cada quatro mulheres brasileiras¹. Essa dualidade nos servirá como mote principal para arguir acerca das práticas e representações do parto entre parturientes e profissionais da saúde através da narrativa desses atores. Ainda como recurso para abrir e encaminhar a discussão, iremos contextualizar as políticas públicas que vêm sendo promovidas pelo estado brasileiro na rede pública de assistência à saúde. Doravante, a pergunta que nos guiará pode ser assim formulada: a partir da narrativa de mães e estudantes de medicina, como diferentes atores percebem e identificam as práticas do que se considera “violência obstétrica” à luz da realidade dos partos no Brasil?

PARIR E NASCER NO BRASIL: ESTATÍSTICAS E CONCEITOS

Nesta seção inicial, temos como principal objetivo fazer um mapeamento sobre o parto no Brasil e, ao fazê-lo, esboçar as suas características, a gramática dos termos usualmente mobilizados nos modos de se referir e nomear situações e sujeitos, bem como alguns dados estatísticos que nos mostrem ocorrências e eventuais tendências. A despeito de ser tema de pesquisa para nós, sociólogos, o fenômeno do parto é antes vivido pelos sujeitos na relação que se estabelece com ele e perpassa o cotidiano de nossas vidas. Com essa exposição, não pretendo meramente fazer uma narrativa histórica, ao contrário, o esforço para bem caracterizar servirá para estabelecer alguns

¹ Estudo “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizado pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC), em 2010.

marcos na maneira como ele se desenvolveu ao longo do tempo e, com isso, recuperar o pano de fundo das narrativas que sustentavam diferentes práticas.

Sabemos hoje, no Brasil, que a grande maioria dos partos ocorrem em hospitais ou maternidades. Todavia, não foi sempre assim. Até o século XIX, a grande maioria dos partos era realizado por “parteiras”, também chamadas de “aparadeiras”, “comadres”, “parteiras-leigas” e ocorria na casa das próprias parturientes². É somente a partir da introdução de matérias de ginecologia e obstetrícia ou “arte obstétrica” nos currículos das faculdades de medicina, que a mulher passa a parir em ambientes hospitalares (Brenes, 1991). Entretanto havia uma enorme desconfiança por parte das mulheres de realizar o parto com médicos, que eram, nesse período, principalmente homens. Estamos falando de um contexto ainda muito marcado por uma ordem moral que prescrevia papéis às mulheres o mais das vezes associados ao recato, ao confinamento na vida privada em oposição à vida pública dos homens, encarregados do trabalho e do sustento do lar. Aos poucos, o ambiente familiar, da casa, vai cedendo lugar em favor da clínica, da maternidade. A mudança é acompanhada pela produção de um discurso clínico que versa sobre o corpo feminino e sobre a confiabilidade nos médicos. Para além de todas as consequências e mudanças clínicas no parto, esse discurso também foi costurado em conjunto com uma suposta “fragilidade” do corpo e da mente feminina.

A transição dos partos para o ambiente hospitalar trouxe ressignificações não só de como ele deveria acontecer e quais eram os novos procedimentos a serem observados, mas também da própria maternidade: ao mesmo tempo em que as mulheres continham dentro de si um suposto instinto materno, também precisavam se preparar para a maternidade com o auxílio de um médico (Rezende, 2020). Sim, porque a medicalização legitimava a autoridade da equipe médica em detrimento dos saberes antigos pertencentes às parteiras e às parturientes. Deixa de ser um momento fisiológico e das mulheres para ser um “evento médico e masculino, incluindo a noção do risco e da patologia como regra, não mais exceção” (Zanardo et al., 2017, p. 3). Como um exemplo desse novo receituário, citamos uma longa descrição que está no site da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNASUS) sobre o procedimento padrão de um parto normal.

²Diz-se de ou designa o que ou quem se encontra em trabalho de parto ou acabou de parir (Léxico)

Logo ao entrar na maternidade em trabalho de parto, a mulher tem as veias puncionadas para a introdução de soro ou medicamentos. O soro é para hidratar e alimentar, já que a parturiente é impedida de beber ou comer. Em seguida, na triagem, é feito o exame de toque para medir a dilatação. O exame é repetido a cada hora. Se o andamento não segue de acordo com o esperado, injeta-se a ocitocina sintética (hormônio que provoca as contrações), estoura-se a bolsa amniótica manualmente e são feitas massagens de distensão do períneo. No momento do expulsivo, a mulher é colocada deitada, de costas, em posição ginecológica. É orientada a fazer força continuamente. A episiotomia (corte na região genital) é realizada. Assim que a cabeça nasce, o bebê é puxado, levado para longe da mãe para ser aspirado e limpo.

Como será apresentado a seguir, esses procedimentos, por si só, não são prejudiciais à saúde da mãe ou do bebê, entretanto devem ser utilizados apenas por indicação médica e/ou por solicitação da parturiente. Por isso, e por serem procedimentos invasivos e nem sempre necessários, a padronização e rotinização dos atendimentos abre caminho para intervenções desnecessárias que aumentam os riscos, desconfortos e complicações médicas futuras.

Antes de iniciar a descrição dos tipos de partos, é importante – a sobretudo para o leitor que não conhece a temática no Brasil – fazer um breve retrato de como é organizado o sistema de saúde no Brasil, que se divide em dois blocos: a rede pública de saúde (SUS – Sistema Único de Saúde) e a rede privada de saúde suplementar. Atendendo aproximadamente 75% dos brasileiros, o SUS é universal, gratuito e um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo. A saúde suplementar é composta pelos planos de saúde privada e, mesmo que um cidadão opte pelo sistema privado de saúde, ele ainda tem direito de usar os serviços do SUS. Essa separação no sistema brasileiro também impacta diretamente nos partos e existem discrepâncias entre os nascimentos realizados no SUS e os realizados na rede particular. Utilizamos aqui os dados do estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), *Nascer no Brasil - Inquérito Nacional Sobre Parto e Nascimento* (Leal; Gama, 2014)³. O infográfico foi retirado do site oficial da pesquisa abordando de maneira ampla quem são as mulheres que usufruem desses serviços de saúde, sejam eles público, privado ou misto (privado conveniado com o

³Pesquisa *Nascer no Brasil - Inquérito Nacional Sobre o Parto e Nascimento* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (LEAL; GAMA, 2014). Sua coleta de dados aconteceu durante 19 meses entre 2011 e 2012 e acompanhou 23.984 mulheres e seus bebês em 191 municípios (que incluíram capitais e outras cidades de todos os estados brasileiros). Foram visitados 266 hospitais públicos, privados e mistos e a equipe fazia: entrevistas com as puérperas em 3 momentos, 1) durante a internação hospitalar, 2) por telefone, nos primeiros seis meses de vida do bebê e 3) também por telefone entre 12 a 18 meses de idade do bebê; coleta de dados dos prontuários (materno e do recém-nascido); também foram realizadas entrevistas com os gestores locais buscando saber sobre a estrutura da unidade hospitalar; e fotografia do cartão pré-natal das mães entrevistadas. As entrevistas foram feitas com questionário, segundo apresentado na metodologia.

SUS), nesse excerto, as cesáreas são realizadas com mais frequência no serviço privado e com menos frequência no SUS, independente de número de partos (Figura 1).

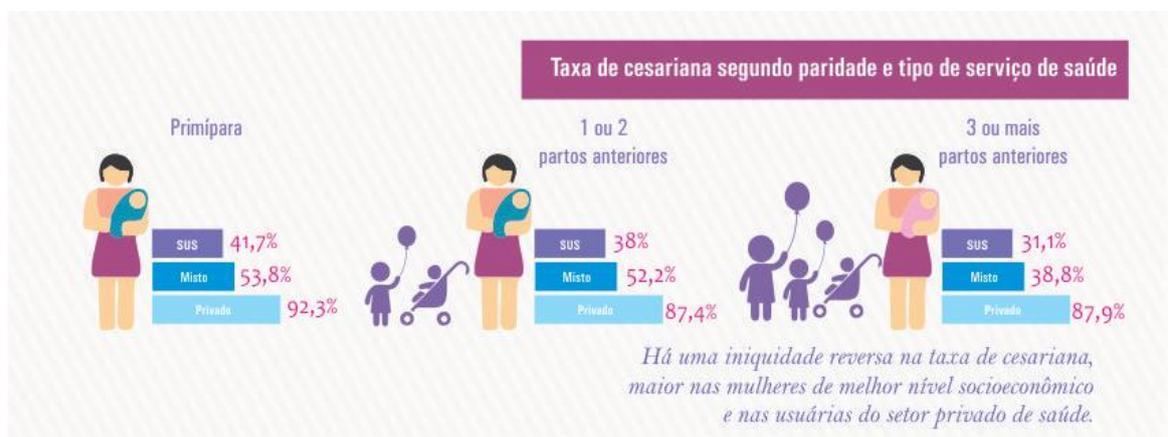


Fig. 1 - Taxa de cesariana por número de partos e tipo de serviço de saúde utilizado (Fonte: Nascer no Brasil, Inquérito Nacional sobre Partos e Nascimentos (Leal; Gama, 2014))

As transformações no tratamento do parto, em paralelo aos avanços científicos e tecnológicos da medicina, propiciaram um crescimento vertiginoso do número de cesáreas. Notadamente na rede privada, uma vez que no sistema público a política prioriza o parto normal. Segundo a pesquisa Nascer no Brasil (Leal; Gama, 2014), entre os anos de 1970 a 2010 o crescimento na proporção de cesarianas, passou de 14,5% em 1970 para mais de 50% em 2010. O Brasil é um dos países líderes em cesáreas no mundo, segundo dados Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera normal um percentual entre 10% e 15% de cesáreas. Entre nós brasileiros, temos a ocorrência de 88% na rede privada e 46% no SUS (Leal; Gama, 2014). A recomendação da OMS é feita a partir da consideração de que para cada cesárea há o aumento de 120% de chances do bebê nascer prematuro, o que traria novas complicações como a possibilidade de internação em Unidades de Terapia Intensiva Neonatais e maior probabilidade de ter problemas respiratórios. A pesquisa Nascer no Brasil (Leal; Gama, 2014) traz, em seu sumário executivo temático, um parâmetro dos percentuais dos tipos de parto mais comuns no Brasil.

Tipos de parto

	TODAS		Risco obstétrico habitual (ROH)		Não risco obstétrico habitual (NROH)	
	n	%	n	%	n	%
Vaginal sem intervenção	1196	5,0%	763	5,6%	408	4,1%
Vaginal com intervenção	10302	43,1%	6626	48,9%	3520	35,1%
Cesariana com trabalho de parto	4240	17,7%	2359	17,4%	1833	18,3%
Cesariana sem trabalho de parto	8153	34,1%	3810	28,1%	4268	42,5%
Total	23892	100,0%	13558	100,0%	10028	100,0%

Para o total das mulheres, a proporção de cesariana foi de 52%, enquanto apenas 5% fizeram partos vaginais sem nenhuma intervenção. Na comparação entre as mulheres de alto e baixo risco, observa-se uma ligeira diminuição da proporção de cesariana, de 61% para 45%.

Tabela 1 - Tipos de parto em hospitais no Brasil⁴
(Fonte: Nascer no Brasil, Inquérito Nacional sobre Partos e Nascimentos (Sumário Executivo Temático da Pesquisa) (LEAL; GAMA, 2014))

No Brasil, a escolha do lugar de parto - no hospital, em casa ou em casas de parto - ainda é limitada a uma pequena parcela da população, segundo pesquisa “Informações de Nascidos Vivos do Brasil: banco de dados” do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Assim, pode-se afirmar que menos de 1% dos nascimentos no Brasil são partos domiciliares planejados. Pode-se atrelar o número baixo de partos domiciliares planejados ao fato do SUS não oferecer esse serviço e os preços para contratá-lo serem bastante elevados. A Equipe Quatro Apoios de Curitiba, por exemplo, oferece o parto domiciliar planejado numa faixa de preços entre R\$5700 e R\$6500⁵. Além disso, o parto domiciliar planejado também é restrito por exigir outros critérios relacionados às condições de saúde da mãe e do bebê.

⁴ O “Parto vaginal sem intervenção” é também chamado de parto natural e é aquele parto por via vaginal que preza pelo processo fisiológico, ou seja, que não são feitas intervenções médicas (anestesia, analgésicos, substâncias que aceleram as contrações, incisões, etc). O “parto vaginal com intervenção” é aquela parto em que são realizadas intervenções médicas baseada em evidências ou não. “Parto de risco obstétrico habitual” é a classificação dada aos partos de uma gravidez considerada normal e sem intercorrências, assim como um trabalho de parto também sem intercorrências. “Parto de risco obstétrico não habitual” é classificação atribuída aos partos em que houve alguma comorbidade durante a gestação e/ou existe intercorrências durante o trabalho de parto.

⁵Dado coletado no dia 27 de maio de 2020. Uma média de €1000 (novembro de 2020).

Ainda que o SUS não forneça assistência ao parto domiciliar planejado, houve um aumento na atenção da saúde da mulher brasileira por parte do governo federal. As políticas públicas e campanhas, como a da Semana de Mobilização Nacional pela Saúde das Mulheres no SUS, que em 2018 teve como tema a redução da mortalidade materna, tem trazido resultados positivos tais como a redução da mortalidade materna em 56%, entre os anos de 1990 a 2015, que caiu de 143 para 62 óbitos maternos a cada 100 mil nascidos vivos. O número de cesáreas também apresentou uma queda em 2015, pela primeira vez houve redução dessa taxa desde o ano de 2000, passando de 57% em 2014 para 55,5%. Esses dados retirados do site do Ministério da Saúde (2018) sugerem que o aumento de investimento na atenção da saúde da mulher vem trazendo novas condutas nas maternidades.

A discussão acerca da humanização do parto veio sustentada pelas propostas de aumento e incentivo ao parto normal lançadas pela Organização Mundial da Saúde em 1985. “Estimulavam parto vaginal, a amamentação logo após o parto, o alojamento conjunto da mãe e do recém-nascido e a presença de acompanhante durante o processo” (Zanardo et al., 2017, p. 3). Em consonância com a Medicina Baseada em Evidências⁶ emerge o discurso que prega a “humanização do parto”, para se opor, entre outras coisas, à padronização de atendimentos, cesáreas por praticidade e, principalmente, às chamadas “violências obstétricas”.

O parto humanizado preza pelo cuidado individualizado de cada parturiente, ou seja, a mulher tem suas dores, desconfortos e desejos atendidos e é livre para se mover e expressar da maneira com a qual sente seu corpo mais confortável. A pesquisa supracitada aponta que apenas 5% das parturientes têm acesso a esse modelo de parto, indo contra as recomendações da OMS e se afastando das estatísticas de outros países, como o Reino Unido em que a porcentagem de partos humanizados é de 40%.

Por parto humanizado entende-se, grosso modo, aquele com o mínimo de intervenções médicas e farmacológicas possível ou, então, o que respeita o tempo físico e psíquico de cada mulher para parir, em ambiente respeitoso e acolhedor, e com seu consentimento informado para todo e qualquer procedimento realizado (Carneiro, 2015, p. 37).

⁶ “No final do século XX, também cresce o movimento da Medicina Baseada em Evidências, que busca basear os cuidados médicos em evidências científicas de eficácia e segurança dos procedimentos”. (Zanardo, G. L. P., Calderón, M., Nadal, A. H. R., & Habigzang, L. F., 2017).

Sendo assim e, ao contrário do imaginário popular, um parto humanizado não necessariamente é um parto vaginal sem intervenções (parto natural). Por exemplo, vêm aumentando o debate acerca de cesáreas humanizadas e como tornar uma cirurgia menos “mecânica”⁷. O parto humanizado também tem relação direta com a comunicação entre os profissionais da saúde, a parturiente e a/o acompanhante.

A humanização do parto ocorre também em virtude do crescimento de relatos de negligências no atendimento, xingamentos e humilhações. O termo “violência obstétrica” começa a ser mobilizado como recurso para encampar tais procedimentos e práticas ocorridos durante um parto.

Há uma pluralidade de abordagens, estudos e definições sobre as violências obstétricas, mas aqui não nos interessa o componente meramente descritivo, normativo, de práticas e procedimentos que passam a ser considerados “violência obstétrica”. Igualmente não está no raio do nosso interesse produzir uma definição de “violência obstétrica”, mas compreender de que maneira as diferentes concepções são mobilizadas e alteram a percepção do que se entende por “violência obstétrica” entre os diferentes atores de um parto.

METODOLOGIA

Faremos agora uma breve descrição do desenho da pesquisa e das estratégias que recorreremos. Consideramos aqui duas categorias principais de atores do parto: as mães e os(as) estudantes de medicina. Esta eleição é um recurso metodológico no suposto de que, variando a relação que se estabelece com o parto, variam também os discursos sobre o mesmo. Mas, sabemos que as situações empíricas podem ser diversas. Os estudantes entraram na amostra dos casos para sondar como o tema emerge nos anos de formação.

Foram selecionadas três mães para a realização das entrevistas com experiências distintas de parto. A estratégia foi colher diferentes configurações discursivas sobre o fenômeno variando a idade (geração), o tipo de parto e o local do parto. As entrevistas fornecem subsídios para captar a compreensão das diferentes percepções acerca da violência obstétrica, evitando um enquadramento conceitual prévio, postigo, para dar privilégio as maneiras nativas dos modos de se referir e nomear situações vividas.

⁷ Termo utilizado entre aspas por ter sido descoberto através de uma das entrevistadas da pesquisa (Luiza, 29 anos)

Em vista disso, para a categoria das mães, seguindo a pista deixada por Rezende (2020), o relato de um parto é diferente do parto em si, pois, além do processo de edição dessas lembranças pelo ato de lembrar, o relato de uma experiência de parto é adaptado através das “formas de expressão socialmente construídas, com unidades organizadas de significados que são acionadas em situações específicas” (Rezende, 2020, p. 202). Também houve uma atenção especial à maneira em que as mães construíram a sua narrativa durante a entrevista, principalmente em relação às passagens de violência.

MÃES							
NOME*	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	GRAVIDEZ	NOME DOS FILHOS*	ANO DO(S) PARTO(S)	LOCAL DO PARTO
Julia Maria	17	Ensino Médio incompleto	Estudante	Não planejada	- Matheus	- 2020	- Maternidade particular
Catarina	38	Ensino Superior completo	Psicóloga	- Planejada - Planejada	- Sebastião - Maurício	- 2008 - 2014	- Maternidade particular - Em casa
Alexandra	54	Ensino Superior completo	Dentista	- Planejada - Planejada	- Francisco - Anna	- 1996 - 1998	Ambos em maternidade particular

Quadro 2 - matriz de mães entrevistadas
(Fonte: elaboração própria. *Os nomes fictícios)

A próxima categoria de entrevistadas são as estudantes de medicina, selecionamos duas alunas de instituições de ensino superior (IES) diferentes. Por terem que passar por práticas e estágios de Ginecologia e Obstetrícia, essas interlocutoras foram observadoras e participantes de partos durante a sua formação. Nessas entrevistas, procuramos explorar as práticas e discursos mais comuns durante as aulas, seja entre os alunos e alunas, ou entre os professores e a equipe médica.

ESTUDANTES DE MEDICINA				
NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	TIPO DA IES*
Cecília	22	Ensino Superior Incompleto	Estudante	Particular
Luiza	29	Ensino Superior	Médica	Estadual

Quadro 3 - matriz das estudantes de medicina entrevistadas
(Fonte: elaboração própria. *Instituição de Ensino Superior)

Por conta da Pandemia as entrevistadas ocorreram em ambiente virtual, online, via Google Hangouts. O que, reconhecemos, deve ser um elemento que nos impede de tirar partido do contato mais pessoal, em que o ouvir é complementado com a observação, o sentir, aspectos importantes do registro etnográfico. Algumas passagens dos relatos foram omitidas em razão de serem experiências muitas vezes traumáticas, que expõem a face do íntimo. Mostrou-se decisivo compreender os silêncios, pausas, expressões faciais etc.

As entrevistas aconteceram nos meses de julho e agosto de 2020. Sempre que julgamos necessário, fizemos alterações no roteiro das pesquisas, quando nos deparamos com perguntas ou provocações recorrentes que passavam a aparecer nas entrevistas anteriores. Essa estratégia foi utilizada para observar se a mesma provocação gerava reação similar em outra entrevistada.

Atentos ao que Bourdieu (2008) chamou de ilusão biográfica, submetemos a análise das entrevistas a uma discussão sobre memória. Sim, porque nos valem do que propõe Rosenthal (2014) ao estratificar metodologicamente a história de vida narrada da história de vida vivenciada. As nossas personagens narram sobre a influência do tempo presente, atribuindo sentido a acontecimentos passados, mas revelando, também por esse caminho, a pretensão de uma “narrativa de si” (Ricoeur, 2014). Portanto precisamos atentar que a narrativa é sempre diferente da vivência do fato em si, uma vez que para se narrar um acontecimento, passamos por três processos: 1) vivenciar o evento; 2) recordar o que foi vivido; e 3) narrar o fato embebido pelo próprio futuro. Esse exercício de narrar uma experiência pode gerar novas interpretações ou sentimentos, isso pode acontecer simplesmente pela ação do tempo, ou pela imposição de uma nova provocação ao pensar no tema - como as perguntas da entrevista, por exemplo.

O PARTO COMO EVENTO

Como estratégia para melhor apresentar os resultados parciais, optamos por reunir as informações colhidas nas entrevistas por meio de eixos temáticos. A circunscrição desses eixos, atende a fins analíticos e não impede que outros arranjos possam ser feitos para expor os relatos colhidos. Estamos cientes, entretanto, que ao discutir as diferentes percepções de violência obstétrica, vamos enfrentar demarcações difíceis de serem analisadas. Dor, sofrimento, angústia, sentimento de abandono e de desrespeito, por exemplo, são questões difusas que nos deparamos durante as entrevistas e não será nosso papel duvidar da veracidade desses sentimentos.

PODER E COMUNICAÇÃO

Como vimos, há uma tensão que se expressa nos discursos sobre o corpo, sobre a saúde, para dizer que o parto e o saber clínico que reivindica a competência para exercer os procedimentos necessários desvelam relações de poder. Por isso não resistimos ao argumento posto por Foucault (1998) em sua arqueologia do poder. Através dele, vemos como os hospitais, da maneira como conhecemos hoje, passaram por uma metamorfose no século XVIII deixando de ser um lugar em que as pessoas morriam, para se tornar um lugar em que as pessoas eram curadas. Essa inversão de significado foi essencial para a hierarquização do hospital frente a outros espaços concorrentes. Nele, o discurso médico passou a deter o poder de “cura” e a responsabilidade pelo ambiente hospitalar através da implementação de uma disciplina regida pelo doutor. O hospital também passa a ser um ambiente de formação de médicos, ou como apresenta o autor, “com a disciplinarização do espaço hospitalar que permite curar, como também registrar, formar e acumular saber” (Foucault, 1998, p. 111).

Essa chave de análise reacende o debate acerca das disputas por legitimidade do saber clínico frente a outros saberes, que atinge o argumento que estamos esboçando nesse texto tendo em vista que o parto, como discurso e prática, é reivindicado pelos atores diretamente envolvidos no processo. Para dizer que, no fundo, não podemos esquecer que estas esferas de competência comportam também disputas de poder. Isto será decisivo, como veremos, na apresentação dos casos. As representações sociais associadas ao parto e ao corpo estão muito entrelaçadas nos discursos de poder dos

médicos, um indício para compreensão de como este saber-poder se reproduz entre os seus pares. Ecoando o entendimento expresso por Durkheim quando afirma que as representações “traduzem a forma pela qual o grupo pensa a si próprio em suas relações com os objetos que o afetam” (Durkheim, 1967 apud Jodelet, 2018, p. 427). Veremos, doravante, como esse aparente confronto emerge nas narrativas.

Nossa primeira personagem, Catarina, 38 anos, é psicóloga, reside em Curitiba (PR) e tem dois filhos, Sebastião (12 anos) e Maurício (6 anos). Mesmo que ambos tenham nascido de parto vaginal, nota-se uma enorme diferença na forma como as experiências de partos são narradas. Sebastião nasceu no hospital e Maurício em casa. A drástica mudança entre o primeiro e o segundo parto tem relação direta com o fato de Catarina alegar ter sofrido violência obstétrica, mas, esta percepção é narrada tempos depois. O elemento narrativo, que relaciona o conteúdo do vivido à experiência da violência, emerge como resultado da primeira experiência de parto. Vejamos. Ela relatou que, um pouco antes da fase expulsiva⁸ do trabalho de parto, foi realizada uma episiotomia⁹:

Elas [enfermeiras] falaram, “agora pode fazer força” [...]. Eu comecei a fazer força, só que deitada, com aquela posição de frango assado, tudo horrível. Eu lembro que ela falou: “agora vou fazer a episio[tomia]” e eu lembrava que episio era corte e daí eu falei: “eu não quero”. Daí ela: “é só para preservar o seu períneo”. Eu, “tá bom, né?” Foi e nasceu... Na experiência do Sebastião eu achava que aquilo tudo era normal, eu não entendia aquilo como violência obstétrica, entendeu? Que é o típico da violência [obstétrica], a gente não entende na hora, só depois [...] que eu me senti violentada, desrespeitada (Catarina, 38 anos).

Entendemos essa passagem como um indício de como o saber clínico se apresenta nas situações empíricas. Notem que a episiotomia surge como um procedimento dito necessário, talvez à revelia do conhecimento e aceitação da parturiente, este distante e inferior ao saber clínico. E é a partir de um sentimento de indignação de Catarina por esse assunto que entramos no segundo tema desse eixo, o da comunicação entre a equipe médica e a paciente. O relato de Catarina conta da falta de

⁸ “Na primeira fase, acontecem as contrações que levam à dilatação do colo do útero, cujo orifício abre 10 centímetros. Depois vem a segunda fase, o expulsivo, quando você tem de fazer força. O terceiro estágio é a saída da placenta, depois que o bebê nasce.” Os estágios do Parto Normal. <https://brasil.babycenter.com/a1500800/os-estágios-do-parto-normal>. Acesso em 25/07/2020.

⁹ “A episiotomia é uma incisão cirúrgica realizada no períneo da mulher no momento da expulsão segundo período do parto. [...] Atualmente, dependendo do local, cerca de 90% das primigestas são cortadas. No Brasil e Argentina, por exemplo, praticamente todas as primigestas são submetidas à episiotomia. Muitas mulheres têm, anualmente, sua vulva e vagina cortadas cirurgicamente, mesmo se sabendo, hoje, que a episiotomia é um procedimento que deve ser utilizado apenas em 10/15% dos partos.” (São Bento, Santos, 2006, p. 552-559).

explicação de procedimentos e também da falta de comunicação entre ela e a equipe que atendeu o seu filho nos primeiros momentos.

[Anteriormente] não foi falado nada sobre episiotomia, a gente não fez um combinado. [...] O que eu fiquei mais indignada é que eles não explicaram para mim, porque você tem que ficar nessa posição, porque você tem que ficar aqui, etc. Eu também fiquei muito indignada [com] o que fizeram com o bebê. Um bebê que nasceu Apgar 10¹⁰ nos dois primeiros minutos, não deixaram comigo e eu tava bem. Então isso eu fiquei bem magoada, eu fiquei muito sentida porque não vieram nem explicar porque que ele [o recém-nascido] tinha que ir para lá, deram todas as vacinas, as vitaminas, furaram, passaram aquele colírio de nitrato [...] e ninguém me perguntou se podia fazer isso, porque era isso, tava dado. E eu nem questioneei porque, sei lá, parecia que tinha que ser, mas não engoli, entendeu? (Catarina, 38 anos).

No relato de Alexandra, 54 anos, outra personagem, mãe de dois filhos, Francisco, 24 anos e Anna, 22 anos, emerge com maior acento a relação entre médico e paciente. Alexandra fez duas cesáreas por opção. Além de me contar que foi totalmente influenciada para fazer cesárea pela mãe, que era incisiva ao dizer: “parto normal jamais”. Com a justificativa de que fazer cesárea era mais moderno e que não era mais necessário sentir dor. Ela também relatou que no primeiro parto a anestesia não tinha “pegado” totalmente quando começaram a fazer o corte da cirurgia e, mesmo comunicando isso ao médico, ele parecia não aceitar:

Acho que eu também tava muito nervosa e a anestesia não pegou muito. Eu falava para o médico que eu tava sentindo ele passar o bisturi na minha barriga. Mas ele não acreditou muito, aí ele meio que conversou um pouco comigo e daí eu me acalmei. Aí [sentimento de] desespero total! Agora eu falava assim: "putz, eu não vou fazer o parto normal para não sentir dor, mas agora eu vou sentir dor do cara rasgando a minha barriga aqui, né?" (Alexandra, 54 anos).

Parece contraditória a diferença de relatos a respeito da comunicação que Catarina e Alexandra passaram e que a Cecília, aluna de medicina, relata que foi orientada durante toda a sua graduação. Ela nos conta, que foi muito enfatizado pelos professores a importância de se comunicar com a paciente desde o primeiro contato, ensinado como protocolo para todos os estudantes. Além de se apresentar, os estudantes também são preparados para explicar os procedimentos e exames que serão feitos na mãe e com o bebê:

¹⁰ “Escala ou Índice de Apgar, criado em 1949, é uma maneira fácil e eficaz de avaliar as condições de vitalidade do recém-nascido. Consiste na avaliação de 5 sinais objetivos observados nos primeiro e quinto minutos após o nascimento, a saber: frequência cardíaca, esforço respiratório, tônus muscular, cor da pele e irritabilidade reflexa. Para cada um dos itens é atribuída uma nota de 0 a 2, conforme gravidade” São Paulo (cidade). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação – CEInfo. Declaração de Nascido Vivo. Manual de preenchimento da Declaração de Nascido Vivo. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2011. p. 21.

[A] questão de se apresentar e falar tudo o que você tá fazendo é uma coisa que é frisado desde o começo do curso, não só na G.O. [Ginecologia e Obstetrícia]. É o mínimo [esperado] que tem que ser feito, então eles [professores] sempre abordam isso. O quesito de explicar o que você tá fazendo, passo a passo, é [muito importante] dentro da G.O. Vamos supor na epísiotomia, ou fazendo um exame de toque (que é uma coisa super comum). Eles frisam MUITO, muito, muito dentro da G.O. porque querendo ou não, “pô”, a mulher tá sensível, ela tá ali num momento de vulnerabilidade dela. Então eles frisam bastante (Cecília, aluna de medicina, 22 anos).

Para Beserra et al. (2020), para que um parto seja considerado humanizado é essencial a relação de confiança entre a equipe multiprofissional e a parturiente, ou seja, a atenção às necessidades, a valorização de trajetória de vida e solicitação de informações relativas ao trabalho de parto, entre outros aspectos. Podendo ser considerado como “violência obstétrica” a imposição de procedimentos não informados ou consentidos baseados em informações parciais ou distorcidas. Para vermos como empiricamente isso não necessariamente é o que acontece, apresento então outra personagem da pesquisa, Julia Maria, 17 anos. Apesar do susto de descobrir a gravidez, teve bastante apoio de sua família e da família do seu namorado (a se tornar marido). O parto foi uma cesárea e, ao ser questionada sobre como era a sala de cirurgia em que foi feito o procedimento, a palavra usada foi “assustadora”, seguindo com o relato:

Parecia que eu tava entrando em uma dimensão perigosa, eu tava assustada e o meu acompanhante não pode entrar junto até o momento da anestesia, quando eu já estava no posicionamento. Foi muito difícil para mim estar com uma doutora desconhecida. Eu também lembro que o anestesista era uma pessoa muito bruta, então foi muito difícil ter ele tomando conta de mim. [...] Eu lembro que quando eu me deitei na maca, antes de eu ser sedada, eu senti a minha perna formigando muito, eu perguntava o que tava acontecendo, mas eles ficavam rindo de mim e falando assim "nossa, você é muito nova parece que você tem treze anos". Daí eu lembro que o anestesista falou assim "se ela tem treze o pai tem quinze". E todo mundo ficava rindo. E eu lembro que eles tavam brigando porque uma enfermeira tinha esquecido o meu prontuário lá em cima e eles tavam se xingando [...], eu tava numa situação bem difícil. [Eu sentia] a minha perna adormecida e eu não conseguia falar nada, não conseguia conversar, não conseguia perguntar e eu tava muito nervosa. E daí quando foram fazer o corte, eu senti eles pegando na minha pele ainda antes de cortar e eu falei: "tá doendo". E ela [a doutora] falou: "tá doendo ou só tá adormecido?". [mas ela] Continuava fazendo e eu ia ficando ainda mais agoniada porque eu não sabia se eu ia sentir dor (Julia Maria, 17 anos).

Para Garre e Pérez (2016) as relações entre mãe e equipe médica são entendidas como unilaterais em desfavor das mães. "Você não pode tomar nenhuma decisão, as decisões são feitas por eles, você, está em um lugar onde você tem que fazer o que eles fazem, o que eles fazem com você"¹¹ (Garre e Pérez, p. 8 e 9). Considerando esse trecho, volto a citar outro fragmento da entrevista com a Julia Maria, uma vez que ela

¹¹ Tradução livre: “Decisiones tú no puedes tomar ninguna, las decisiones las toman ellos, tú, yo es que estás en un sitio que tienes que hacer lo que ellos hacen, lo que ellos te hagan”

nos relata que foi sedada sem o conhecimento ou consentimento dela ou do acompanhante, com a justificativa posterior de que ela estava muito agitada e poderia dificultar o procedimento. O incômodo gerado por esse procedimento não autorizado é tamanho que Julia relata não se lembrar do nascimento do filho.

Eu fui dopada, fui sedada durante o parto. Eu não lembro de ter visto o Matheus nascer, só lembro por foto que daí me vem a imagem... Se não fosse a foto eu não lembraria. Eu tenho certeza. Quando eu fui sedada, não foi informado nem para o meu acompanhante e isso me incomodava demais, isso me incomoda até hoje só de pensar (Julia Maria, 17 anos).

Para concluir essa chave de análise, recorro mais uma vez ao que propõem Garre e Pérez (2016) ao vincular comunicação e poder. Os autores exploram os meandros das relações entre mães e profissionais da saúde para mostrar como as assimetrias se expressam em torno das disputas de saber. Essa relação é alimentada pela utilização de termos clínicos desconhecidos por parte das pacientes, sujeitando-as a uma posição de espectadoras do processo. Mas, não nos enganemos, as configurações empíricas podem se apresentar de modo muito diverso uma vez que as pacientes também têm agência. Há bons motivos para resistir ao enquadramento simplista de apresentar os médicos como vilões e as mães como vítimas. Não nos esqueçamos que esse longo processo de transformações do parto também comporta a vontade de uma parcela de mulheres que desejam ter o parto cesária. Igualmente, não estamos arguindo que a “violência obstétrica” ocorre somente nas cesárias. A humanização do parto, embora considere mais indicado o parto normal, pode ocorrer também nas cesárias.

GERAÇÃO E MATERNIDADE

Nesse eixo temático, seguimos as pistas deixadas por Rezende (2020) e Carneiro (2015) para recuperar o modo como a variável geração importa e como o fenômeno se apresentou ao longo do tempo em diferentes gerações.

Notamos, e a literatura já havia mostrado, que as narrativas divergem em razão do momento da geração e do momento em que o parto ocorreu no ciclo de vida das mulheres. Aqui recuperamos o entendimento de Mannheim (1982) para arguir sobre como as mães entrevistadas experienciaram de maneiras muito diferentes o processo da gravidez e do parto. Sendo assim, a escolha de três mães de grupos etários diferentes foi proposital, uma vez que se entende que “a situação etária é determinada pelo modo

como certos padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais da transição de uma para outra geração” (Mannheim, p. 73).

A ideia de maternidade foi construída socialmente como vínculo afetivo apenas por volta do século XVIII e é diretamente influenciada com valores culturais e históricos da relação entre mãe e filho, assim como com o papel social que se atribui ao gênero feminino (Rezende, 2020). No Brasil, essa transformação aconteceu a partir da transferência do parto para o hospital.

A maternidade é um laço de parentesco que recebe significados distintos, podendo ser entendido como baseado, por exemplo, no compartilhamento de material genético, na gestação e parto ou na criação e alimentação. Pode haver uma só mãe ou mais de uma e ser ainda escolhida pela criança. Compara-se com a paternidade, especialmente nas sociedades marcadas por papéis de gêneros demarcados (Rezende, p. 203).

Outras variáveis também exercem algum peso nas formas de representar a gravidez e o parto, tais como raça, classe social e escolaridade. O que se confirma também nos achados de Rezende (2020) quando faz uma comparação entre as narrativas de parto de nove mulheres que pariram a partir de 2015 e de sete mulheres que tiveram seus partos entre 1970 e 1980, num mesmo segmento social. A autora identifica que as diferenças geracionais alteram não só a compreensão de maternidade, mas também as formas de narrativa, a relação com o feto, etc. E em nossos casos, como isso se apresenta?

Temos Julia Maria com dezessete anos, Catarina com trinta e oito anos e Alexandra, a mais velha, com cinquenta e quatro anos. São partos que ocorreram em décadas diferentes, entre o parto de Alexandra, em 1996, e o parto de Julia Maria, em 2020, ocorreram mudanças significativas nas políticas do parto. Na década de 1990, têm o nascimento dos filhos de Alexandra (1996 e 1998); na década de 2000, nasce o primeiro filho de Catarina, em 2008; e na década de 2010, com o segundo parto de Catarina (2014) e o parto de Julia Maria (2020). Os relatos dão provas de experiências muito diferentes, vejamos, por exemplo, como isso ocorre quando o tema é: a escolha do obstetra, local do parto e preparação pré-parto.

A escolha do obstetra e do local de parto ganha tonalidades distintas para as entrevistadas. Isso tem relação com o que Rezende (2020) apresenta como o argumento de que a maternidade e a gravidez nem sempre eram vistas como um “projeto”, que comporta negociações com os médicos e hospitais para que as expectativas do que seria o melhor parto ocorram. Nesse sentido, analisando as narrativas das três personagens da

pesquisa, é possível observar que quanto mais recente foi o parto, maior foi o esmero para achar o médico ideal, a preparação pré-natal, que engloba fazer cursos, participar de rodas de gestantes e fazer pesquisas em livros, filmes ou na internet.

Para Alexandra, a mais velha, nos dois partos a escolha do obstetra não decorreu desse tipo de planejamento prévio; o médico já era o ginecologista dela antes mesmo de ser casada e, como já se sentia confortável e segura com ele, teve todo o atendimento de pré-natal e a cesárea como ele.

Eu já tinha um médico que era amigo meu esposo, que eu já consultava com ele desde a época de solteira e ele era uma pessoa assim bem conhecida aqui na cidade, um bom profissional. Então eu me sentia segura com ele e a escolha já foi respaldada por aí. E aí normalmente, o hospital que se escolhe é o hospital que o médico opera e foi [em um hospital] que é só maternidade, então é mais seguro questão de infecção essas coisas. [Sobre o hospital], eu não me preocupei muito com isso (Alexandra, 54 anos).

É importante ressaltar que a entrevistada destacou em sua fala a boa reputação do médico e um certo reconhecimento positivo em suas redes de contatos, o que não deixe de evidenciar alguma forma de agenciamento na decisão. Além disso, a escolha do hospital foi feita pelo obstetra e apenas consentida pelo casal. Assim, seguindo os indícios apresentados em outras pesquisas, entendemos que mesmo que a gravidez tenha sido de algum modo planejada, como um projeto do casal após algum tempo de casamento e de estabilidade profissional e financeira, ela não foi pensada com a densidade narrativa que há nos demais relatos, sendo apenas etapas a se cumprir e não parte essencial da experiência de maternidade. Alexandra relata que não teve uma preocupação grande em procurar saber mais sobre a gravidez e o parto para além das consultas de pré-natal, tudo foi levado com muita naturalidade, mas sem preparo prévio. Na entrevista, a instigamos a imaginar uma nova gravidez e dizer quais aspectos ela mudaria das experiências anteriores. A resposta de Alexandra, além de dizer que gostaria de “esperar o tempo do bebê” e não fazer uma cesárea marcada, também gostaria de se ler e ouvir outras experiências de parto como forma de instrução e preparação.

Me instruir um pouco mais, que eu acho que eu não tinha esse entendimento [nas primeiras gravidezes]. Acho que ler alguns livros e até conversar com outras mulheres, né? Ouvir outras experiências, de pessoas que você confia para ver a opinião para ver e você chegar naquilo que faz sentido para você. Hoje eu tenho essa maturidade, mas na época eu acho que ficou muito forte foi a questão da minha mãe (Alexandra, 54 anos).

As duas experiências de Catarina, 38 anos, quanto aos partos de seus filhos foram bastante diferentes, como já apresentado anteriormente. A primeira gravidez, em 2008, tem várias semelhanças com as de Alexandra, tanto sobre o modo de gerir, quanto de narrativa. Ela conta que a gravidez foi “planejada e desejada” e que as consultas de pré-natal e o parto foram feitos pela obstetra que também já a acompanhava como ginecologista antes de engravidar. Assim como Alexandra, Catarina enfatiza o sentimento de segurança que já sentia com a profissional.

A minha médica era muito muito carinhosa. Ela já me acompanhava desde muito tempo, desde que eu cheguei em Curitiba, então assim, quando ela chegou [na sala de parto] eu me senti protegida, cuidada e acolhida (Catarina, 38 anos).

Após o primeiro parto, Catarina conheceu o tema da humanização do parto e decidiu que se fosse ter outro filho, o parto seria humanizado. Quando engravidou de seu segundo filho, em 2014, procurou o único grupo de parto domiciliar de Curitiba – naquela época. Note que houve uma transformação nas escolhas de Catarina: já não queria que o parto fosse no hospital, decidiu por um parto domiciliar planejado e escolheu profissionais que a apoiavam e a auxiliaram a se preparar para essa experiência.

[Quando eu conheci a humanização, eu] não sabia se ia ter em casa ou não, mas uma coisa que eu já sabia é que eu não queria [passar pela mesma experiência do primeiro parto]. E logo depois da primeira eco, eu já fiz contato com o grupo de parto domiciliar. [E eu] continuava fazendo meu pré natal com um obstetra, que daí eu escolhi um obstetra que apoiava o parto humanizado! E foi super legal, quando eu falei para ele que eu queria ter em casa, né? Ou seja "não pretendo [fazer o parto] com você" ele foi muito legal, ele falou "nossa bacana a sua escolha a equipe é muito boa, eu fico de plano B (Catarina, 38 anos).

Sobre a preparação pré-parto, Catarina conta que na primeira gravidez, assim como Alexandra, também não teve nenhuma preocupação em se instruir para além do que lhe era dito nas consultas do pré-natal. Mas, que na sua segunda gravidez, houve uma preparação muito maior: ela e o marido frequentaram rodas de conversas de parto, inclusive dando ênfase a presença do marido nesse período.

[Na primeira gravidez, eu] não estudei, não pesquisei, não fiz nada e acabou o nascimento do Sebastião foi aquele parto de livro porque ele foi perfeito. Agora [no parto] do Maurício, o meu marido foi num modo geral muito mais participativo porque a gente ia para as rodas de conversa de parto e era muito legal! A gente fez uns três cursos e nas consultas do grupo domiciliar ele sempre estava [presente] (Catarina, 38 anos).

Por último, o relato de Julia Maria, 17 anos, aproxima-se mais ao segundo parto de Catarina do que os dois de Alexandra. Ela conta que quando engravidou chegou a trocar de obstetra por não se sentir confortável com o profissional e, por indicação de uma tia que é ginecologista e obstetra, chegou a obstetra que fez o parto de seu filho.

De médico eu passei por um especialista que a minha mãe conhecia, um obstetra muito bom. Mas a gente achou muito caro a disponibilidade dele, pelo trabalho que ele tava oferecendo e daí a gente não se sentiu muito confortável com isso. E foi (sic) atrás da outra doutora. [Sobre o hospital, a obstetra] me deu duas opções para ter o parto, que até então seria parto normal, então ela disse que ou ela poderia fazer na Maternidade 1 ou na Maternidade 2. Eu fui pesquisando e o que mais me chamou atenção é que na Maternidade 2 não tinha residente e eu não sei se eu ficaria muito confortável com residente na sala de parto. Enfim, toda aquela pressão e mais pessoas ainda, eu pensei "não, se a minha mãe não pode ir junto [por causa da pandemia do novo Coronavírus], eu só quero o meu marido! Só ele, a doutora e acabou". Foi por conta disso que eu escolhi a maternidade (Julia Maria, 17 anos).

Apesar da gravidez ter sido “uma surpresa muito grande” e Julia Maria não ter planejado, a partir do momento em que contou para a família dela e do marido que seriam pais, a gravidez virou um projeto, assim como nas gravidezes das mulheres mais jovens descritas por Rezende (2020). Julia Maria também diz que estudou bastante sobre o parto e a gravidez, inclusive dando orientações ao marido (e acompanhante durante o parto) sobre coisas que eram importantes para ela durante o parto.

Vê-se como, nos relatos, a maternidade e o parto são narrados em razão das experiências vividas em tempos distintos, o que suscita percepções distintas da “violência obstétrica”, que será discutido no próximo eixo temático.

A questão geracional também emergiu nas entrevistas com as estudantes de medicina. Elas comentaram que, em suas vivências, observaram que médicos e profissionais mais velhos tinham mais tendência a ser menos receptivos ao tema da “violência obstétrica” e às práticas de parto humanizado. É o que relata Luiza (recém-formada, 29 anos), ao utilizar várias vezes o termo “arcaico” para se referir aos procedimentos que ela não concorda, mas realizados por outros médicos.

Eu acredito que geralmente os médicos mais antigos têm uma visão mais arcaica de algumas coisas, sabe? Eles são muito cesaristas, por exemplo. Geralmente os velhos gostam de fazer cesárea. E isso era uma tendência, eu não sei se só naquele hospital, mas os mais velhos eram os que mais faziam cesáreas. Os recém formados [em Ginecologia e Obstetrícia] já tinham outra visão completamente diferente [dos procedimentos], então eu acredito que pode ter mesmo uma questão geracional (Luiza, médica, 29 anos).

Cecília (estudante de medicina, 22 anos), também relata ter percebido essa diferença com os profissionais mais velhos,

É triste falar isso, mas é verdade. A maioria dos profissionais de mais idade ou que fazem isso a muito tempo, costumam ter a cabeça mais fechada com relação a [violência obstétrica]. Uma das cenas que eu nunca vou esquecer que eu vi nesse [estágio], porque foi uma coisa que me deixou chateada, triste mesmo. A mãe era super jovem, acho que ela tinha dezesseis anos, gravidez indesejada e ela tava parindo ali sozinha, ela tava chorando e falava "eu não quero eu não quero" porque ela tava com muita dor, né?! E aí o médico olhou e falou para ela "enquanto você gritar, essa criança não vai nascer" (pausa). Me chocou tanto. [...] Então assim, a maioria das vezes que eu vi [práticas que considera como violência obstétrica], infelizmente foram de pessoas de mais idade ou que estão na profissão há tempos (pausa). É chocante (Cecília, estudante de medicina, 22 anos).

Esses dois relatos trazem uma perspectiva diferente da geração, pois a partir deles, entende-se que não só a geração da mãe importa, mas também a geração dos profissionais de saúde que atuam em seu parto.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO EVENTO

Até aqui, fomos colhendo evidências de como a gravidez, o parto, a relação com os profissionais de saúde, as políticas públicas colocam em evidência um intenso debate sobre as expectativas do parto, os critérios dos procedimentos clínicos, o engajamento das mulheres, o que acaba por movimentar novos discursos e formas de agenciamento. De um tema que era visto como uma ocorrência normal no ciclo de vida das mulheres e famílias, temos agora um discurso que o promove enquanto “projeto”. É nesse âmbito que o tema da “violência obstétrica” emerge, mas operamos com o suposto de que para perceber uma violência é necessário antes reconhecê-la como tal. Achados como os de Tesser et al. (2015), que encontra um percentual de que apenas 40% das parturientes teriam recebido instruções no pré-natal sobre práticas benéficas durante o trabalho de parto, devem ser vistos com alguma cautela.

Por se tratar de uma tomada de posição que parte de um enquadramento normativo de violência, para encontrá-la, a seguir, nas narrativas singulares das pessoas entrevistadas.

A recém-formada Luiza, quando questionada sobre o tema da “violência obstétrica”, afirmou o seguinte.

Eu acho importante porque eu gosto muito do tema, eu gosto muito da Ginecologia e Obstetrícia e sempre foi uma matéria que eu estudei muito. Mas eu sempre acho que a gente [estudantes] têm que aprender a lidar, independente se você não for [ser] especialista. Porque a gente passa pelo estágio e é um estágio de três meses então você tem que aprender o que é certo e o que é errado. A gente sabe o que é [violência obstétrica], "nossa esse plantonista é meio arcaico demais ele fez uma manobra que a gente sabe que não é para ser feita", entendeu? (Luiza, recém formada, 29).

Cecília também respondeu à pergunta afirmando que ensinar aos estudantes de medicina sobre “violência obstétrica” é essencial, tanto para conhecimento da parturiente quanto para os médicos em formação.

Nossa, eu acho importantíssimo! Eu acho muito importante, se você não falar você não sabe. Eu acho que é um tema que tem que ser abordado definitivamente, especialmente quando a gente tá aprendendo sobre esse conteúdo sobre parto e sobre o atendimento da mulher como um todo. Eu acho que têm que ser abordado para a gente evitar porque às vezes a pessoa não percebe que ela está fazendo uma violência obstétrica. Por exemplo, a questão da episiotomia, [o profissional] pegou, foi lá e fez, mas na cabeça dela ela fez porque se não a mãe ia sofrer uma laceração. Mas “pô” [se] você não explicou para ela, você fez uma violência (Cecília, estudante de medicina, 22 anos).

Consideramos incluir essas perguntas, mais diretas, sobre o tema, para ver a reação das estudantes. O nosso interesse não era testar a veracidade das falas, mas sondar possíveis pontos de tensão sobre as percepções. Uma vez que o saber clínico está sendo, de alguma forma, questionado. Mas as falas de Luiza e Cecília sobre o tema deve parecer mais protocolares, não nos permitindo maiores inferências. Ao menos nos serve para compreender que o tema é sim tratado durante a formação, como sugere Tesser et al. (2015), de que essa prevenção quaternária também exige uma transformação na maneira com a qual os profissionais de saúde assumem as suas responsabilidades para com as mães: “para além das rotinas de pré-natal e do entendimento biomédico da gestação e parturição” (Tesser et al., 2015, p. 7).

Testamos o mesmo expediente com as mães, para sondar se conheciam o tema da “violência obstétrica” e o que sabiam. Alexandra, a mais velha, não soube explicar o que seria. Embora, ao refletir sobre as suas experiências de parto, tenha mobilizado na memória os descontentamentos com os procedimentos realizados pelo médico. Mas aqui é o efeito do ato de lembrar que, hoje, atribui significado ao que fora vivenciado no passado. Para Catarina ocorreu o mesmo. As evidências de violências da experiência vivida no seu primeiro parto, ocorrido em 2008, em hospital, só foram percebidas assim anos depois quando ela entrou em contato com o movimento de humanização do parto. Foi isso, a propósito, que a motivou a ter outro engajamento no parto do segundo filho. Na entrevista, quando questionada sobre a “violência obstétrica”, ela nos disse que, “é o desrespeito ao corpo da mulher e do bebê é uma falta de cuidado e, o que eu acho que é o mais grave, é a descrença no saber que o corpo carrega, tanto o do bebê quanto o da mãe” (Catarina, 38 anos).

Para Julia Maria, a “violência obstétrica” pode ser assim definida, “eu entendo que são situações que não é levada em consideração a mulher, que está vulnerável e sensibilizada no momento” (Julia Maria, 17 anos).

Ao contrário do roteiro de entrevista das mães, nas entrevistas com as estudantes de medicina, o termo “violência obstétrica” foi utilizado diversas vezes. É mister destacar que nas duas graduações, o conceito foi trabalhado em sala de aula e violências desse tipo foram identificadas pelas duas estudantes em práticas e estágios. Cecília desde o início da entrevista demonstrou sua preocupação acerca do tema e tem uma opinião bastante ampla do que se configura como sendo “violência obstétrica”. Destaco aqui, a atenção da entrevistada à comunicação do profissional da saúde com a parturiente,

O que eu entendo por violência obstétrica, primeiro de tudo, é o não respeito a mãe e às vontades da mãe. Aqui eu englobo a mãe e o bebê, né? Também acho, que acima de tudo, saber ouvir a mãe é a melhor maneira de você evitar a violência obstétrica. Então, eu configuro [violência obstétrica] tudo que não respeite a mãe, não respeite a vontade da mãe e que seja feito sem autorização dela, sem o aval dela. Ou que impeça ela de ter alguma coisa que ela considere essencial: seja um acompanhante, seja uma anestesia. Para mim isso tudo é violência obstétrica e acho também que o não explicar para a mãe, tem que ter certeza que ela entendeu, que ela sabe o que vai acontecer, como vai acontecer e qual a repercussão disso (Cecília, estudante de medicina, 22 anos).

A recém-formada em medicina, Luiza, disse-nos que a episiotomia foi ensinada durante a graduação, entretanto com ênfase nos casos em que o procedimento era realmente necessário. Destaco aqui que Luiza assistiu a apenas uma episiotomia sendo

realizada durante todas as práticas e estágios e, mesmo assim, acredita que nessa ocasião o procedimento foi feito desnecessariamente.

Eu acho que quando você utiliza técnicas que não é para ser utilizada que dá para você usar outras coisa, episiotomia é uma delas. Eu acho que não tem violência obstétrica só de procedimento e sim também muito psicológica, entendeu? Acho que quando você fala algo para a gestante que tá em trabalho de parto em um momento muito difícil, eu acho que isso também é uma violência obstétrica, sabe? Enfim, eu sou do tipo que não acha que é só procedimento, dependendo da equipe ela causa uma violência e um estresse psicológico tão grande (Luiza, médica, 29 anos).

Como recurso de suporte, para melhor analisar as concepções de violência obstétrica, fizemos uma nuvem de palavras com os termos que mais apareceram nas respostas das quatro entrevistadas, não incluindo Alexandra. Excluímos também os exemplos utilizados e o próprio termo “violência obstétrica”, pelo efeito de inflação que ele exerce. Também se utilizou a palavra “desrespeito” nas falas em que se tinha dito “não respeito”. Considerando a análise dos termos “mãe” e “mulher”, entendemos como se pudessem ser utilizados com o mesmo sentido, uma vez que não havia diferença aparente entre a utilização de um termo ou de outro. Por isso, na nuvem de palavras, foi utilizado o termo “mãe” contemplando tanto “mãe” quanto “mulher”.



Fig. 2 - a violência obstétrica para as entrevistadas
(Fonte: elaboração própria)

Não nos parece à toa que o termo “desrespeito” tenha assumido proeminência nos discursos. O que parece um indício de como a dimensão dos afetos, dos sentimentos, das emoções aninha a tipificação nativa da “violência obstétrica”. A denotar como as percepções da “violência obstétrica” vão muito além de práticas e procedimentos, incorporando a dimensão afetiva da experiência vivida. A utilização de termos médicos - aqui contemplados: autorização, aval, procedimento e técnica – é muito menos utilizado pelas entrevistadas do que termos relacionados aos afetos.

Também importa apresentar um fato que ocorreu depois das entrevistas, quando mandamos por WhatsApp a transcrição da entrevista para Alexandra (mãe, 54 anos), ela me respondeu com a seguinte mensagem

Queria te contar que a entrevista quando foi feita mexeu muito comigo, foi assunto de minha sessão de terapia na semana seguinte. Rs (sic) Muitas lembrança... umas boas e outras não tão boas. Rs (sic). Até comentei com a minha filha e depois, pensando um pouco mais sobre o tema violência obstétrica acho que, embora não em alto grau, ela acabou acontecendo, não sei... (Alexandra, 54 anos)

Essa mensagem foi bastante importante para aguçar a nossa percepção quanto às repercussões da entrevista na vida da entrevistada. Por isso, me apoio no texto de Sionek et al. (2020).

A experiência de participação em uma entrevista pode ser interpretada como uma avaliação, ameaça, aborrecimento ou invasão de privacidade. Além disso, seria ingênuo pensar que a mobilização que emerge durante o relato não tenha para os participantes repercussões após a finalização da entrevista, de modo que é importante na pesquisa com certas temáticas ponderar um cenário complexo, tanto de possibilidade de reorganização dos próprios sentimentos quanto de existência de rede apoio (SIONEK et al., 2020, p.10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, focamos em explorar as narrativas de mães e estudantes de medicina para compreender de que maneira esses atores vivenciam, identificam e entendem a “violência obstétrica”. Alguns aspectos foram essenciais para compreender as diferentes narrativas e, também, as percepções de violência. Dentre eles, a geração da mãe e dos profissionais de saúde, bem como a relação da mãe em com a gravidez e o parto.

Os desafios lançados ao começar essa pesquisa foram muito além de apenas identificar situações que ocorreram violência ou não, ou até categorizar o que é ou não

violência. Entendemos que não era o nosso papel, como pesquisadores, impor conceitos acadêmicos acima das narrativas e experiências das entrevistadas. Os resultados sugerem que as percepções da violência obstétrica vão muito além de práticas e procedimentos considerados violentos, incorporando sobretudo a dimensão afetiva e os efeitos das disputas simbólicas pela legitimidade do saber clínico na relação com o parto vivido como experiência das mães.

Vimos como o que se convencionou chamar de “maternidade ativa” é um componente discursivo que pesa sobre as trajetórias quando o assunto é parto e gravidez, mas, atenção, essa alteração é mais recente e incide desigualmente entre as gerações. O engajamento do planejamento da gravidez, do parto, para dizer, o enredo que se vende como produto em clínicas deixa entrever também outras tensões, não somente ligadas a manifestações de violências. Sim, porque como sugere Pulhez (2013) Rezende (2011), o movimento em favor da humanização do parto expõe os limites das desigualdades de gênero quando parece arguir em favor de uma naturalização do parto como fenômeno das mulheres, perigosamente tocando na fronteira da essencialização de um processo cultural, indo na contramão da liberdade sexual e reprodutiva das mulheres. Talvez por isso, não nos caiba meramente demonizar a ocorrência de cesárias, porque há, de fato, agência, escolha, em mães que preferem assumir os riscos desse procedimento. Isto para recuperar que não estamos operando na chave que opõe cesária (ruim) *versus* parto normal (bom). Formas de violência também podem ocorrer no parto normal. Mas isso descortina uma agenda de pesquisa que requer investimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESERRA, Gilmara de Lucena [et al.] - Comunicação verbal da díade enfermeiro-parturiente na fase ativa do trabalho de parto. *Revista Brasileira de Enfermagem* [Em linha]. Brasília. 73:5 (2020). [Consult. 27 de outubro de 2020]. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672020000500164&lng=en&nrm=iso>. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0266>>
- BRENES, Anayansi Correa - História da parturição no Brasil, século XIX. *Cad. Saúde Pública* [Em linha]. Rio de Janeiro. 7:2 (1991), p. 135-149. [Consult. 27 de outubro de 2020]. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1991000200002&lng=en&nrm=iso>. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1991000200002>>
- CARNEIRO, Rosamaria Giatti - *Cenas de parto e políticas do corpo*. 22ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. ISBN 978-85-7541-458-3
- FOUCAULT, Michel - *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1998.
- HERNÁNDEZ GARRE, J. M. [et al.] - Sociología del parto. Conflictos asistenciales en el marco del “paradigma tecnocrático”. *Revista Internacional de Sociología*. 74 (2016), p. 3-13. DOI <http://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.1.025>
- JODELET, Denise - Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. *Revista Sociedade e Estado*. 33:2 (2018), p. 423-442. DOI [10.1590/s0102-699220183302007](https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302007)
- LEAL, M. C. - *Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre parto e nascimento Edital: MCT/CNPeCT-Saúde/MS/SCTIE DECIT n. 057/2009* [Em linha]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2009. [Consult. 23 de julho de 2020]. Disponível em WWW: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/>>
- MANNHEIM, Karl - O problema sociológico das gerações. In FORACCHI, M. M. - *Mannheim*. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 67-95.
- PULHEZ, Mariana Marques - “Parem a violência obstétrica”: a construção das noções de ‘violência’ e ‘vítima’ nas experiências de parto. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. ISSN 1676-8965. 12:35 (2013), p. 544-564.
- REZENDE, Claudia Barcellos [et al.] - *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- REZENDE, Claudia Barcellos – Sentidos da Maternidade em Narrativas de Parto no Rio de Janeiro. *Sociol. Antropol.* [Em linha]. Rio de Janeiro. 10:1 (2020), p. 201-220. [Consult. 07 de outubro de 2020]. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752020000100201&lng=en&nrm=iso>. DOI <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v101>>
- RICOUER, Paul - *O si-mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

- ROSENTHAL, Gabriele - História de vida vivenciada e história de vida narrada: A interrelação entre experiência, recordar e narrar. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.* [Em linha]. Porto Alegre. 14:2 (2014), p. 227-249. [Consult. 7 de outubro de 2020]. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892014000200227&lng=en&nrm=iso>. DOI <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17116>>
- SAO BENTO, Paulo Alexandre de Souza [et al.] - Realização da episiotomia nos dias atuais à luz da produção científica: uma revisão. *Esc. Anna Nery* [Em linha]. Rio de Janeiro. 10:3 (2006), p. 552-559. [Consult. 27 de outubro de 2020]. Disponível em WWW: <URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000300027&lng=pt&nrm=iso>. DOI <https://doi.org/10.1590/S1414-81452006000300027>>
- SIONEK, Luiza [et al.] - Se eu soubesse, não teria vindo: implicações e desafios da entrevista qualitativa. *Psicol. Estud.* [Em linha]. Maringá. 25 (2020). [Consult. 3 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722020000100206&lng=en&nrm=iso> DOI <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44987>.
- TESSER; CD [et al.] - Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. *Revista Brasileira de Medicina Família e Comunidade.* 10:35 (2015), p. 1-12. DOI [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc10\(35\)1013](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc10(35)1013)
- ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho [et al.] - Violência Obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. *Psicol. Soc.* [Em linha]. Belo Horizonte. 29 (2017). [Consult. 7 de outubro de 2020]. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100218&lng=en&nrm=iso>. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i155043>

Sites consultados

Os estágios do parto normal. Babycenter. [Consult. 27 de julho de 2020]. Disponível em WWW: <<https://brasil.babycenter.com/a1500800/os-estágios-do-parto-normal>>

CANAL SAÚDE. Ministério da Saúde investe na redução da mortalidade materna. 2018. [Consult. 27 de outubro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/ministerio-da-saude-investe-na-reducao-da-mortalidade-materna-2018-05-28>>

Ministério da Saúde do Brasil (BR). DATASUS: Sistema de Informações de Nascidos Vivos. [Consult. 23 de julho de 2020]. Disponível em WWW: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinasc/cnv/nv>>

São Paulo (cidade). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação – CEInfo. Declaração de Nascido Vivo. Manual de preenchimento da Declaração de Nascido Vivo. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2011. [Consult. 27 de outubro de 2020]. Disponível em WWW: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/publicacoes/Manual_DN_02fev2011.pdf>.

SIGNIFICADO DE PARTURIENTE. [Consult. 07 de outubro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.lexico.pt/parturiente/>>

Artigo Recebido a 16 de outubro de 2020 | Aceite a 18 de novembro de 2020

Arte Têxtil e a COVID-19: Representações Femininas em Telas de Patchwork

Textile Art and COVID-19: female representations on patchwork canvas

Cristiane A. Fernandes da Silva
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
cristafs@alumni.usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9704-4717>

Resumo

Representações sobre a atual pandemia de Covid-19 foram expressas em imagens têxteis produzidas por mulheres artistas-artesãs de *patchwork*, revelando impactos sociais e subjetivos daquela doença por meio de suas telas no Festival de *Quilts* de 2020 na Inglaterra. A imagem artística detém uma linguagem e comunica sentidos vividos pelos sujeitos sociais, logo, porta valores histórico e sociológico que qualificam a sociedade a que pertence. O procedimento metodológico da pesquisa derivou da seleção e análise de imagens costuradas em telas cujos apelos tratam do contexto pandêmico. Os motivos desses suportes têxteis são: ciência, orientações, meio ambiente, terapia, sociabilidade e emoções.

Palavras-chave: arte têxtil; *patchwork*; covid-19; representações femininas; sentidos socioemocionais.

Abstract

Representations on the current Covid-19 pandemic were expressed in textile images produced by women patchwork artists-artisans, which reveal social and subjective impacts of that disease through their canvases at the Festival of Quilts in 2020, in England. The artistic image holds a language and communicates meanings experienced by social subjects; thus, it carries historical and sociological values that qualify the society to which it belongs. The methodological procedure of the research derived from the selection and analysis of images stitched on canvas whose appeals deal with this pandemic context. The textiles' subjects are science, orientation, environment, therapy, sociability and emotions.

Keywords: textile art, patchwork, covid-19, feminine representations, socio-emotional senses.

Introdução

O foco deste estudo são as representações do acontecimento pandêmico de Covid-19 simbolizadas nas imagens de telas têxteis em *patchwork*, uma técnica fronteira entre a arte e o artesanato. Parte-se do pressuposto de que os artistas elegem motivos pictóricos à medida que são afetados por eventos em seu entorno, expressando em sua produção questões sociais.

Quilt ou *patchwork* é definido pela Associação Francesa de *Patchwork* como uma técnica de arte têxtil que ultrapassa a mera junção por costura de pedaços de tecidos reaproveitados, antes trata-se de “um espaço de liberdade, uma maneira de se exprimir sobre a atualidade política e social” (2020, s./p.); ou seja, paradoxalmente: um espaço de liberdade artística em um tempo de privação de convivência social causada pelo confinamento pandêmico. Na ótica dessa Associação, ainda que uma peça de *patchwork* apresente um motivo tradicional, a artista se mune de conhecimento, refletindo em sua obra criatividade e emoções eivadas de acontecimentos sociais; elaborando, assim, uma peça autoral e um documento histórico.

A pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, impactou diretamente as relações sociais em todo o planeta terra, levando a uma série de medidas restritivas e preventivas nas relações entre os indivíduos para minimizar a disseminação da doença, cujo agente difusor são os seres humanos. Estes foram obrigados ao uso de máscaras faciais em ambientes públicos, impedidos de apertos de mão e abraços, impelidos ao distanciamento social e à prática da reclusão doméstica, onde passaram a exercer uma série de atividades remotas, como trabalho, estudo e contatos familiares e de amizade. Todavia, profissionais da linha de frente como na área da saúde, da alimentação e de todos os setores considerados essenciais continuaram expostos e mais vulneráveis ao contágio e à morte pelo novo vírus. Essa situação, ao lado das grandes controvérsias políticas polarizadas pelo mundo entre impor ou liberar decretos para o confinamento doméstico, bem como maiores dificuldades sanitárias incidindo sobre aqueles marcados por desigualdade socioeconômica, ocuparam o cenário mundial no ano de 2020.

Foi diante desse contexto de crise sanitária global, da necessidade do distanciamento social, do colapso econômico em decorrência da descontinuidade das atividades laborais presenciais, portanto de mudança drástica na economia e no estilo de vida, que feiras anuais de *patchwork* previstas para acontecerem presencialmente em

2020 no Brasil foram canceladas, a exemplo do Festival Internacional de *Quilt* e *Patchwork* de Gramado, o maior nesse ramo das artes têxteis. Por consequência, os trabalhos de muitas artistas têxteis também foram interrompidos. Muito embora a feira *Patchwork, Arte e Design* tenha ocorrido em 2020, em São Paulo, foi realizada pela primeira vez em modo remoto e as telas da exposição *Têxtil Design (2020)* resultaram de uma seleção de suas antigas exposições ocorridas nos últimos 12 anos, portanto, sem incorporar o tema da Covid-19.

Já o Festival de *Quilts* de 2020 da Inglaterra, que também ocorreu virtualmente, contou com telas artísticas sobre a Covid-19 em várias modalidades da exposição, razão para este festival ser o objeto de estudo desta análise. Com vistas a compreender os sentidos simbólicos, sociais e históricos expressos nessas peças, os significados das imagens retratadas pelas artistas têxteis são concebidos aqui como um registro coletivo direto derivado do momento pandêmico vivido mundialmente.

Bergson (1999) enuncia noções instigantes sobre iconologia partindo do papel do corpo do artista ao selecionar imagens para serem objetos de representação, consequentemente levando às noções de percepção e afecção. O autor considera o mundo material a partir de um sistema de imagens, sendo o corpo (do próprio artista) uma parte desse sistema, entorno dessa imagem-corpo são elaboradas as representações, que resultam das influências estabelecidas entre as imagens, nesse processo é produzida a afecção, ou ainda o quanto aquele corpo é afetado pelo mundo material. Dessa feita, “a necessidade da afecção decorre da existência da própria percepção [...] [Esta] mede nossa ação possível sobre as coisas e por isso, inversamente, a ação possível das coisas sobre nós” (Bergson, 1999, p. 58). Constata-se aí uma relação dialética na qual o indivíduo afeta o seu entorno porque age sobre ele, no mesmo passo em que o seu entorno o afeta. Nesses termos, o autor evoca que: “nosso corpo não é um ponto matemático no espaço [...] não há percepção sem afecção. A afecção é portanto o que misturamos do interior de nosso corpo, à imagem dos corpos exteriores” (idem, p. 60).

Na acepção de Fischer (1967), a expressão artística transcende a de mero indivíduo e atinge a condição de membro de uma espécie que valoriza o viver coletivo e a experiência: “A arte é o meio indispensável para essa união do indivíduo com o todo; reflete a infinita capacidade humana para a associação, para a circulação de experiências e idéias” (p. 13). Fischer assinala ainda que “tôda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as idéias e aspirações, as necessidades e as esperanças de uma situação histórica particular” (idem, p. 17). Esse autor classifica a

arte em duas partes principais: o tema ou o assunto, que implica *o que* está pintado, e o conteúdo, que reside em *como* está pintado. Logo, uma análise sociológica deve, mais do que mostrar temas e assuntos de uma obra, imergir em seu conteúdo artístico, que segundo Fischer (1967) expressa as tendências sociais.

Samain (2014) preconiza a necessidade de se olhar para as imagens deixando-as nos provocar inquietação, pois elas não são meros atos e fatos, mas dada a sua temporalidade são: “lugares de memórias (lembranças, sobrevivências, ressurgências), revelações de tempos passados, de tempos presentes. Por vezes, até lugares de expectativas (esperanças, prefigurações de tempos que hão de vir, presságios, promessas, desejos)” (p. 53).

Valendo-se dessa ancoragem conceitual, analisam-se aqui as formas de representação da arte têxtil, motivadas diretamente da emergência sanitária pandêmica que afeta todos os habitantes do planeta. Tais telas de *patchwork* enquanto comunicação pictórica oferecem imagens peculiares, porém sob narrativas coletivas de artistas europeias e norte-americanas porta vozes dos seus meios sociais e de seu tempo, cujos sentidos se espraiam para outros continentes afetados pela pandemia de Covid-19.

Telas de patchwork e representações femininas diante da Covid-19

Fundado em 2003, o Festival de *Quilts* da Inglaterra reúne artistas do mundo todo. Conta com o maior concurso mundial aberto para exposição e competição de telas de *patchwork* e atrai, anualmente, mais de 26 mil participantes e 800 telas inscritas (Quilts, The Festival of, 2020). São quatorze as categorias para o concurso, entre as quais focam-se aqui seis daquelas que abordaram a Covid-19 com imagens e textos mais pormenorizados. As categorias técnicas e estéticas nas quais as telas concorreram no Festival são indicadas entre parênteses; todavia, para efeito específico desta análise, as telas foram reagrupadas conforme outra classificação consoante aos seus diferentes apelos subjetivos e sociais conferidos pelas artistas diante da pandemia.

As nomenclaturas atribuídas às telas em análise são: ciência, orientações, meio ambiente, terapia, sociabilidade e emoções. Cada obra é apresentada à luz das imagens e textos das artistas no intuito de compreender seus próprios sentidos, cujas expressões

revelam percepções intersubjetivas diante de um contexto social de crise sanitária pública em nível global.

Majoritariamente, são produções de autoria feminina. Das 14 telas selecionadas aqui, apenas uma é assinada por um homem. Praticamente metade dessas artistas são britânicas, as demais são oriundas dos Estados Unidos da América, Bélgica, Holanda, Itália, Irlanda, Suécia e Ucrânia. Portanto, as percepções costuradas nas telas guardam um olhar *a priori* acentuadamente europeu, todavia tratando de uma questão interplanetária.

1. Representações científicas em quilt

No primeiro grupo, há três telas com leituras sobre a ciência intituladas: “Vírus”, de Gill Lamming (único homem); “Saudades do Laboratório”, de Melissa Grant; e “Distanciamento Social”, de Rosemary Muntus. O primeiro e a segunda artistas têm carreiras de professores e pesquisadores de Bioquímica. Influenciados por suas profissões passadas ou presentes e sugestionados pela mídia veiculando imagens, gráficos e diagramas sobre a Covid-19, os três artistas trazem representações em suas telas sobre aspectos visuais do vírus vistos por lentes microscópicas.



Fig. 1 - (primeira, à esquerda) “Vírus” – Gill Lamming, 2020 (categoria *Quilts* Contemporâneos).

Fig. 2 - (central) “Saudades do Laboratório” – Melissa Grant, 2020 (categoria *Quilts* em Miniatura).

Fig. 3 - (última, à direita) “Distanciamento Social” – Rosemary Muntus, 2020 (categoria *Quilts* Modernos).

(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europes Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th july-2nd august 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/>>)

Com efeito, há nessas representações de *quilt* uma transferência do saber-fazer científico para as telas dos artistas, que trocaram o laboratório e os seus instrumentos de cultivo de micróbios por linhas e tecidos, retratando um momento histórico no qual a ciência é desafiada na busca da cura por uma doença que perdura há meses.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a pandemia de Covid-19 protagoniza a ciência como pedra de salvação com a futura produção da vacina contra esse vírus letal, ela revela uma sociedade contemporânea bipolarizada entre aqueles que creditam na ciência e aqueles que a rechaçam. São diversos os gêneros de negacionismo da ciência, desde os terraplanistas, que acreditam em Terra plana, os que creem em curas mágicas ministradas por grupos religiosos, até os que duvidam da existência do próprio coronavírus ou que o atribui à teoria da conspiração para diminuir a população mundial ou ainda à uma suposta radiação causada pela tecnologia chinesa 5G; todos fortemente divulgados em plataformas de mídia social, especialmente no *WhatsApp*, *Facebook* e *YouTube*, como pode ser verificado em pesquisas do *Kings College London* e revista *Psychological Medicine* (Eastn, 2020; Castro, 2020). Conforme estudos realizados no Reino Unido (idem), as pessoas que buscam informações nessas redes sociais, marcadas pela desinformação científica, anti-intelectualismo e por *fake news*, têm a tendência em quebrar as regras de distanciamento social e serem negacionistas.

Atitudes negacionistas diante da ciência e notadamente frente à Covid-19 têm se demonstrado em nível global, incluindo nações tidas como de primeiro mundo, onde sua população também é veementemente influenciada pelas redes sociais, sobretudo lideradas por grupos de extrema direita e ultranacionalistas. Mesmo na Alemanha, onde o terrível passado do holocausto contra os judeus poderia ter arrefecido ações genocidas e negacionistas diante da pandemia, também tem sido palco recorrente de manifestações contrárias ao distanciamento social e em apoio a teorias conspiratórias (Deutsche Welle Brasil, 2020).

Diametralmente a tais negacionistas, os *quilts* que representam imagens científicas do coronavírus, causador da doença respiratória Covid-19, cumpre papel histórico ao registrar na arte têxtil a função da ciência como guardião da saúde e da vida dos indivíduos.

2. *Quilt enquanto veículo de orientações de combate à Covid-19*

Os dois *quilts* do segundo grupo denominam-se: “Covid-19 – o vírus que sequestrou 2020”, de Janet Bottomley, vencedora na categoria Desafios para Quilteiras de Guildas; e “Lockdown”, de Sue O’Riordan, esta deixou o trabalho de gestora escolar para se dedicar apenas ao *quilt*, já a primeira artista têxtil é professora universitária e ministra palestras sobre essa arte têxtil. Ambas as telas, diferente de praticamente todas as demais, recorreram à palavras e não à imagens, um recurso muito utilizado historicamente por mulheres com sentido político para reivindicar seus direitos, especialmente nos EUA.

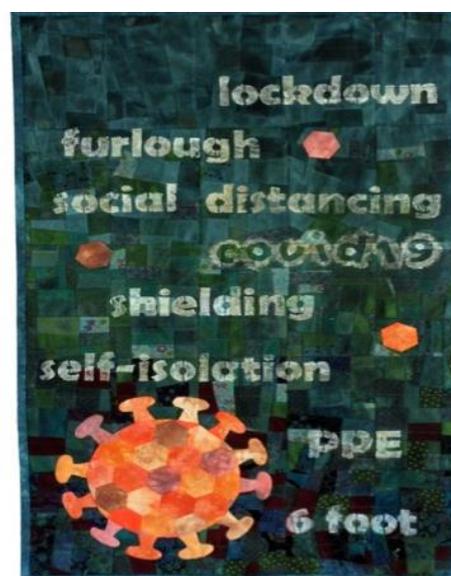


Fig. 4 - (à esquerda) “O vírus que sequestrou 2020” – Janet Bottomley, 2020 (categoria Quilteiras de Guildas).

Fig. 5 - (à direita) “*Lockdown*” – Sue O’Riordan, 2020 (categoria *Quilts* Contemporâneos).
(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europe's Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th july-2nd august 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/>>)

As palavras costuradas nas telas são: Na primeira: “#Fique em casa – #Fique seguro – #Distanciamento social – #Lockdown – #Licença trabalho – #Trabalhadores de linha de frente – #Auto isolamento – #O Novo Normal”. A segunda tela repete os terceiro, quarto, quinto e sétimo termos anteriores, porém sem o hashtag, e acrescenta: “covid19 – proteção – equipamento de proteção pessoal – distância de segurança de 1,80m”. Todas, palavras com teor de orientação sobre cuidados diante da pandemia, posição das artistas perfeitamente articulada as suas funções de mestres responsáveis em conscientizar os indivíduos.

As artistas mencionam o surgimento abrupto de novo vocabulário no contexto da pandemia, difundido pelas redes sociais, integrando a vida cotidiana. O título da primeira tela assume um peso sólido diante do impacto da pandemia nas experiências dos indivíduos ao expressar que essa doença sequestrou o ano de 2020, ou ainda o tomou à força interrompendo o seu curso não apenas cronológico, mas abortou ações dos indivíduos.

Sue O’Riordan alude com sensibilidade as razões de sua inspiração para criar a tela: “Eu queria capturar este momento único em nossa história [...] Durante o confinamento, senti como se nosso mundo estivesse fragmentado com novas palavras e frases pairando sobre nós, juntamente com a ameaça, ainda presente, do vírus”.

Elias (1994) vincula o surgimento de novas palavras ao processo civilizador: “O aparecimento mais ou menos súbito de palavras em línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração [...]” (p. 68). Assim, os desdobramentos de um processo global impactam nos modos de vidas e nas estruturas individuais.

A utilização do *quilt* como suporte para palavras e expressões de acontecimentos sociais é clássica nos Estados Unidos da América, sobretudo no período da Guerra Civil Americana ou de Secessão (1861 a 1865), tanto por escravos em busca de liberdade quanto por mulheres reivindicando direitos políticos. Os acontecimentos da Guerra Civil Americana não foram contados apenas pelo jornalismo e arte hegemônicos masculinos e brancos, mas também pelas mulheres por meio de escritas de protesto em seus *quilts*: “Negadas ao direito de votar em processo eleitoral e à igualdade social e política na era da Guerra Civil, muitas mulheres expressaram seus sentimentos através de mensagens simbólicas na arte do *quilt*” (Beebe, 2016, p. 2).

Os *quilts* desse período são artefatos de grande valor para a cultura norte-americana, com representatividade material, simbólica e social, compõem parte significativa de sua identidade e memória coletiva e servem de fonte documental para estudos de historiadores e ativistas feministas na área têxtil. Do mesmo modo, os *quilts* produzidos a partir de uma gramática da atual pandemia serão fontes para investigações vindouras.

3. Apelo do quilt em prol do meio ambiente

Apresentando uma perspectiva menos nostálgica do que comumente assumem os *quilts* sobre a natureza, este terceiro grupo detém posicionamento ecopolítico. O meio ambiente é uma constante entre os *quilts*, tanto em peças de artistas adultos quanto de crianças sensibilizados pela devastação da natureza em consequência das condutas humanas perniciosas. Toma-se aqui uma tela chamada “Poluição da Covid”, das artistas italianas Christina Drace e Daniela Soravia.



Fig. 6 - “Poluição da Covid” – Christina Drace e Daniela Soravia, 2020 (categoria *Quilts* com Duas Pessoas).

(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europes Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th july-2nd august 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/two-persons/>>)

É sintomático as artistas serem provenientes da Itália, o epicentro da Covid-19 na Europa, que sofreu perdas colossais de vidas, especialmente da população idosa. Mas, o apelo dessa obra está dirigido não às vidas perdidas pela doença em questão, e sim aos objetos de proteção (máscaras e luvas) contra o vírus utilizados pelos indivíduos, ou ainda a necessidade de descartá-los em locais adequados, sem poluir o meio ambiente já fragilmente atingido por ações predatórias e descomprometidas com a sustentabilidade do planeta.

O apelo da tela converge não diretamente para o cuidado com as vidas humanas em sua dimensão micro, mas para a ameaça ao equilíbrio global da Terra dado o aumento dos dejetos. Os danos ambientais é uma vertente bastante difundida nos meios de comunicação contemporâneos. Não obstante, no que tange à Covid-19, a questão ambiental ainda não indica grandes proporções sobre o descarte dos equipamentos de proteção pessoal, como narrado nessa tela, inclusive as máscaras usadas em massa pelas populações mundiais são de tecido, um material reutilizável e biodegradável.

A tônica da relação Covid-19 e meio ambiente tem sido a origem da doença. A despeito de a mídia e as redes sociais terem veiculado os hábitos culturais dos chineses em consumirem animais silvestres como a origem do vírus SARS-Cov2, uma síndrome respiratória aguda grave causadora do coronavírus, a literatura científica aponta outras razões responsáveis por zoonoses (doenças transmitidas por animais aos seres humanos) existentes em diversas sociedades, tais como: “expansão da população [...] mudanças climáticas, globalização e intensificação da produção animal” (Zanella, 2016, p. 510), especialmente aqueles animais criados em cativeiro e em escala industrial. Todas essas situações contribuem para a intensificação de mutações virais e a transmissão de zoonoses para os seres humanos.

No último século, 75% das doenças humanas são zoonoses, o que requer intervenções globais drásticas sobre o desequilíbrio ambiental, o regulamento sanitário e o controle das condições de produção e consumo animal tanto em escala industrial quanto artesanal (Zanella, 2016, p. 510). Todavia, a alimentação é um tema que extrapola a esfera governamental, uma vez que tem sentidos e hábitos culturais intrínsecos, levando à necessidade de um diálogo mais amplo junto às comunidades locais (Perrota, 2020, p. 5).

Para Paul Crutzen, laureado com prêmio nobel de Química: “A influência da humanidade no Planeta nos últimos séculos tornou-se tão significativa a ponto de constituir-se numa nova época geológica” (apud VIEIRA, 2016, s.p.). Trata-se da era Antropoceno, na qual “o homem começa a destruir suas condições de existência no Planeta” (idem). O modelo de desenvolvimento econômico capitalista exponencia a crise dessa era em função de sua lógica mercantil, consumista, de obsolescência de objetos e de descompromisso com a sustentabilidade.

Diante desse cenário de destruição planetária, uma alternativa seria: “um modelo de produção, consumo e de acumulação sobre bases coletivas, solidário, ecológico e justo, que vise a preservação da vida para enfrentar a gravíssima crise ecológica em

curso, que se expressa nas dimensões políticas, sociais, econômicas, biológicas, ambientais e climáticas” (Albuquerque, 2020, pp. 89-90).

4. Arte-terapia com quilt

A tela representativa desse tópico tem a alcunha: “Obrigada pela costura”, de Sandra Newton, vencedora na categoria *Quilts* em Miniatura. O título da peça já evidencia o sentido impresso pela artista, trata-se de um fraterno agradecimento pela costura, não para a sua própria pessoa, mas para toda a cadeia de mulheres envolvidas nesse ramo. A tela tem sete figuras de perfil de mulheres trabalhando no processo da costura de roupas, bonés e máscaras, desde o tingimento do tecido, a lavagem, a secagem, a passagem à ferro, a criação do *design* até o corte e a costura. Entre as várias frases costuradas na tela, a que ocupa o topo diz: “Vocês coseram por causa da sua sanidade, por consolo, para manter suas mãos e suas mentes ocupadas diante do aumento das mortes e das imagens de trabalhadores da linha de frente corajosos, abnegados e assustados e que preencheram as nossas costuras”.

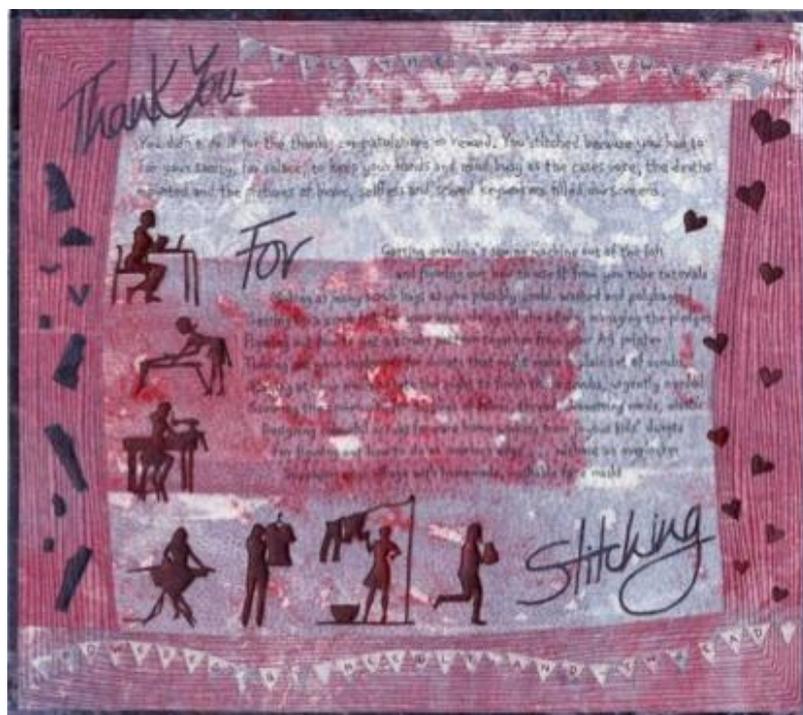


Fig. 7 - “Obrigada pela costura” – Sandra Newton, 2020 (categoria *Quilt* em Miniatura).
(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europe's Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th July-2nd August 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/miniature/>>)

Nesse passo, para além de uma função terapêutica diante da tragédia das centenas de milhares de mortos pela pandemia, continuar costurando, inclusive produzindo máscaras de tecido para ajudar a minimizar a transmissão da doença, cumpre uma função de saúde mental pessoal, mas sobretudo de saúde psicológica pública dessas mulheres que não aceitaram parar, mesmo quando o tom do *lockdown* imputa, em grande medida, essa necessidade. Embora outras telas tenham expressado a importância da manutenção das atividades das mulheres em grupos, guildas, associações e comitês que prosseguiram o seu trabalho durante a clausura contra a pandemia, a tela escolhida aqui em especial foi um tributo ao poder da costura por conseguir propiciar o “cuidado de si” (Foucault, 2004) das mulheres.

A arte-terapia é uma das importantes funções das artes manuais na esfera da saúde mental, incluindo a arte com retalhos, praticada em diversos países e em diferentes grupos sociais. Trata-se de um método consagrado no uso da expressão artística com fins terapêuticos, baseado em sua origem nas concepções de Sigmund Freud e Carl Jung e no Brasil nos psiquiatras Osório Cesar e Nise da Silveira (Reis, 2014, pp. 143-144). O princípio da arte-terapia é conceber o ser humano em sua criatividade estética e ajudá-lo a promover sua saúde e qualidade de vida a partir do “compromisso ético de contribuir para que o sujeito se (re)constitua como autor da própria história” (idem, p. 143). Na “arteterapia, o fazer artístico se constitui como mediação no processo de autoconhecimento e de (re)significação do sujeito acerca de si próprio e de sua relação com o mundo” (idem, p. 148); o que o *patchwork* cumpre com maestria.

5. Captura das lacunas da sociabilidade pelo quilt

Seguindo na mesma vereda de valorização do fazer das artes manuais, a primeira tela desse grupo tematiza o esgarçamento da sociabilidade em tempos de pandemia. Seu título é “O fio que nunca rasga”, produzida pelo Ateliê de Costura Mágica, de Bruxelas, Bélgica; a única tela confeccionada por crianças e com maior ênfase para a técnica do bordado. Com o *lockdown*, essa escola teve suas atividades presenciais interrompidas, por isso criou uma “mala de ateliê itinerante”, dentro da qual havia exemplos de pontos de bordado, material básico e vídeos explicativos. A mala itinerante ficava por alguns dias na casa de cada criança de 8 a 12 anos de idade, cada uma deveria bordar o que desejasse, a única regra era nunca cortar o fio do último ponto já que a próxima criança

deveria iniciar a sua parte pelo mesmo fio. Simbolicamente, esse fio era a ligação que continuava entre as crianças a despeito do isolamento social pandêmico, e que segundo a professora os ajudou a superarem a dor desse período. As imagens dos bordados das crianças retratam atividades recreativas realizadas ao ar livre: bicicleta, cavalo, violão, balões, pipa, flores, pássaros, gato, raposa, sol, chuva, arco-íris, todos muito coloridos, mas sem crianças, salvo a presença de uma bailarina dançando sozinha. Não há nessa peça vestígios de eletrônicos, algo que certamente está saturando essa geração nativa digital, e com maior intensidade durante o confinamento.



Fig. 8 - “O fio que nunca rasga” – Ateliê de Costura Mágica, 2020 (categoria Escolas e Grupos de Jovens Quilteiros).

(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europe's Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th July-2nd August 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/schools-and-groups-of-young-quilters/>>)

Um dos agravantes a respeito da sociabilidade digital infanto-juvenil são os desafios *online* (*challenges online*), cuja frequência foi acentuada durante a reclusão pandêmica. Muitos desses desafios envolvem a autolesão e até o risco de morte, o exemplo mais conhecido foi o jogo da “Baleia Azul” que aliciava jovens ao suicídio, já durante o período pandêmico muitos *youtubers* têm instigado o público infanto-juvenil ao “desafio do álcool em gel”, que envolve desde a sua inalação até a sua queima sobre o próprio corpo. Muito embora a própria OMS “Covid-19 Parenting” reconheça a relevância da internet na sociabilidade de adolescentes, faz-se necessário o

monitoramento parental para mitigar os riscos à integridade física de seus filhos (Deslandes *et al.*, 2020).

O ambiente de confinamento aliado ao uso ostensivo das tecnologias de comunicação e da informação à distância também tem saturado a banalização e espetacularização da autoimagem e a exposição excessiva da privacidade, erodindo nas relações sociais a fronteira público-privado, tendo como um dos efeitos o estresse provocado pela falta de um refúgio para apaziguamento. Adicionalmente, a explosão de celebridades e mesmo de pessoas comuns em canais de redes sociais exacerbou no espaço doméstico a prática passiva dos *voyeurs*, criando “identidades abstratas” sem pertencimentos de relações sociais concretas, porém mais administradas pelo mercado capitalista de consumo (Carlos, 2020, p. 13).

Manter o distanciamento social tem sido a pedra de toque para o rearranjo das relações sociais durante a pandemia, o que é um desafio para uma sociedade urbana e aglomerada. Vale notar que distanciamento social não significa só uma métrica espacial pré-estabelecida entre as pessoas, antes implica mudança drástica nos próprios “modos de vida” dos indivíduos (Moreti *et al.*, 2020, p. 33); portanto, trata-se de um movimento disruptivo no âmago da sociabilidade, desarranjando os modos de as pessoas se relacionarem e trocarem vivências, experiências e afetos, logo, uma mudança vertiginosa na própria cultura secular do contato direto.

Em contraste com a paleta de cores alegres da primeira tela, a segunda, nomeada “Distanciamento Social”, de Kathy Moore, apresenta cor de luto: preta contrastada com ocre, incomuns nos *quilts* que costumam exalar coloridos radiantes. Embora representada abstratamente sob formas geométricas e com sentidos difusos, quando aliada às palavras da artista, a obra ganha contorno de pesar diante da ausência dos amigos. A tela divide-se em dois momentos, do lado esquerdo tem fundo palha com três grandes bolhas pretas, relativamente distantes entre si, mas interligadas por tênues fios sinuosos representando os integrantes da família juntos, porém desguarnecidos de abraços. O lado direito da tela inverte as cores: fundo preto com oito pequenas bolhas palhas mescladas com tons pretos representam os amigos, também distantes entre si, e postos à sombra da luz, não podendo ser vistos e nem visitados. A artista alude que essa tela lhe será uma lembrança para se recordar “desta época estranha”, um tempo da abundância de máscaras faciais e de equipamentos de proteção pessoal e da ausência de abraços.

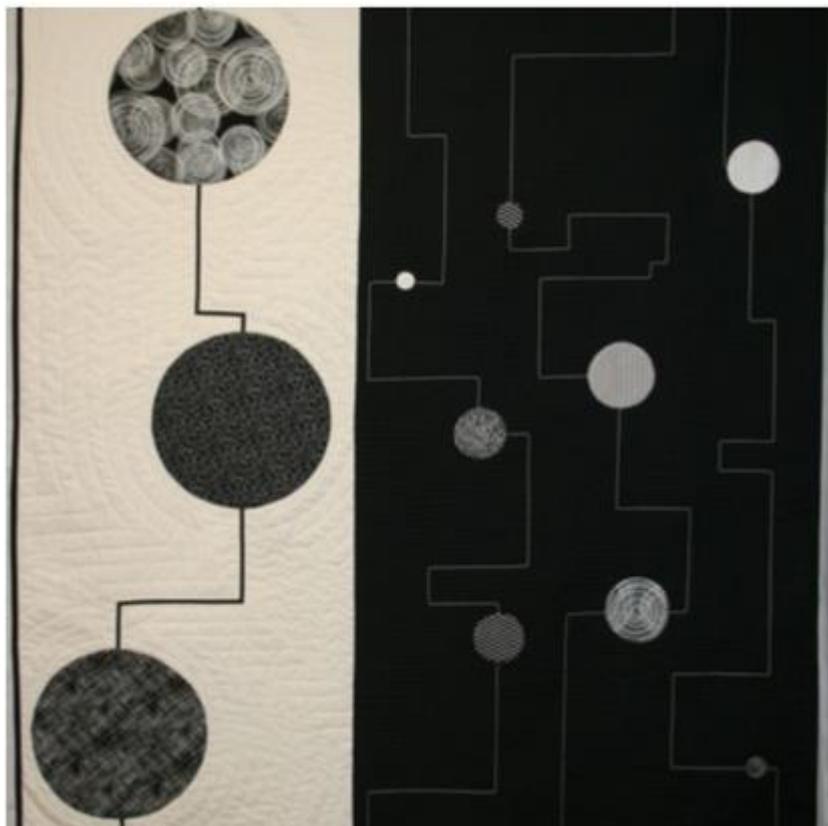


Fig. 9 - “Distanciamento Social” – Kathy Moore, 2020 (categoria *Quilts Modernos*).
(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europe's Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th July-2nd August 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/modern/>>)

A terceira tela é intitulada “Desejo”, de Annie Henderson-Begg, que a produziu com dez tiras coloridas a partir das gravatas do seu falecido pai, agregando a sua obra duplo sentido: memória material e afetiva. Essa memória afetiva instigou a artista a pensar nas ausências provocadas pela pandemia, tanto dos lugares não frequentados quanto das pessoas não vistas.

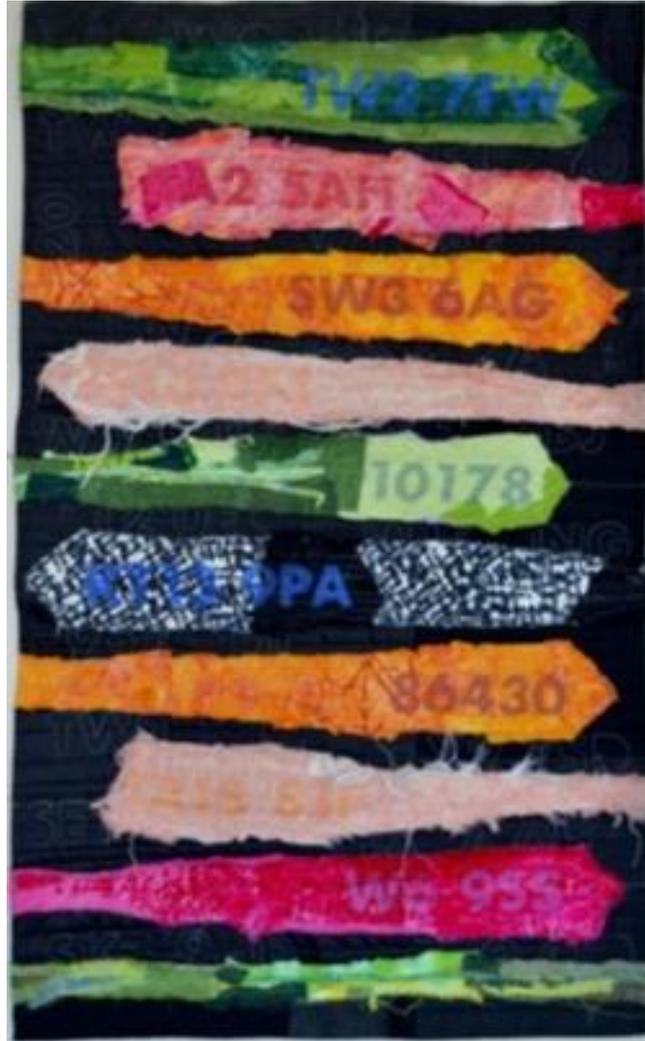


Fig. 10 - “Desejo” – Annie Henderson-Begg, 2020 (categoria *Quilts* Contemporâneos).
(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europes Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th july-2nd august 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/contemporary/>>)

“Quarentena” é o título da última tela desse grupo, da sueca Anna Svensson, que utilizou a técnica do “*quilt* maluco”, junção de pedaços de tecidos em formas geométricas aleatórias, de colorido intenso e com pequenos bordados. Quando olhada em filigrana, a tela é composta por bordados com imagens da flora (pinheiro, cerejeira, malva-rosa/*Alcea rosea*) e da fauna (um gato preto, uma borboleta azul e outra amarela e um pintassilgo) vistas pela artista durante as suas caminhadas pelas ruas no período de quarentena; além de formas do coronavírus e do arco-íris em homenagem aos trabalhadores da linha de frente contra a pandemia. Suas palavras encerram nitidamente o sentido que imprimiu à obra: “O mundo encolheu para nosso pequeno apartamento nos últimos quatro meses, e todos os nossos planos foram sendo gradualmente apagados

do calendário. Este pequeno *quilt* é um reflexo tanto das limitações espaciais quanto da incerteza temporal”.



Fig. 11 - “Quarentena” – Anna Svensson, 2020 (categoria *Quilts* em Miniatura).
(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europes Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th july-2nd august 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/miniature/>>)

O Museu Internacional do *Quilt*, nos EUA, exibiu a exposição “*Quilts* Malucos e mulheres malucas”, um retrato histórico dessa técnica têxtil. O “*quilt* maluco” surgiu no último quartel do século XIX e incorporou em seus motivos a decoração japonesa e bordados ingleses, todavia trazendo um legado complexo, pois a abundância dos têxteis pós Revolução Industrial também acarretou mudanças econômicas e culturais significativas, incluindo os diagnósticos médicos: “As mulheres criaram *quilts* malucos numa época em que os ‘especialistas’ médicos do sexo masculino estavam patologizando amplamente as experiências físicas e emocionais normais das mulheres como histeria e loucura” (Museum, International Quilt, 2020, s./p.).

Costumeiramente, os “*quilts* malucos” continham inscrições, como datas e lugares demarcatórios de nascimento, casamento e morte da família e mesmo referências ao Estado, à bandeira e aos exércitos britânico e americano, com teor afetoso, religioso ou patriótico. Tais marcos culturais e políticos nos *quilts* os colocaram como uma espécie de álbum de família desencadeando prosas e

reminiscências entre os indivíduos, por isso, muitas vezes, eram denominados de “*quilt de conversa*” (idem).

Uma das fortes reminiscências políticas do “*quilt maluco*”, especificamente na Holanda, após a Segunda Guerra Mundial, provêm de mulheres que passaram a produzir saias com essa técnica como forma de recuperarem a auto-estima diante dos “efeitos devastadores da ocupação nazista”. Essa prática foi inspirada em uma prisioneira, durante a ocupação nazista, que recebeu um lenço de retalhos de seus familiares, o que lhe serviu de conforto ao saber que era lembrada pelos seus entes (idem).

6. Emoções, covid-19 e suas expressões pelo quilt

Enquanto as telas do grupo anterior evocam a desestabilização da sociabilidade em tempos de pandemia decorrente da necessidade do distanciamento físico entre as pessoas, imputando o sentimento de solidão, as telas deste último grupo imergem mais profunda e nefastamente nas emoções vivenciadas pelos indivíduos reclusos.

Nesse contexto, é premente pensar os significados do corpo. Merleau-Ponty considera que o artista empresta o seu corpo ao mundo para transformar este em obra de arte: “O olho do pintor vê o mundo e o que falta no mundo para ser quadro e o que falta ao quadro para ser ele mesmo [...] O olho do pintor é aquilo que foi emocionado por um certo impacto do mundo e o restitui ao visível pelos traços da mão.” (apud CHAUI, 2006, p. 482 e 484).

Destarte, a representação pictórica passa pelo crivo da afecção do artista em relação ao seu entorno. O contexto pandêmico implica experiências emocionais de sofrimento e medo de perdas, incluindo a vida, não havendo, portanto, como relegar o tema das emoções aqui.

Nas três telas desse grupo, a cor preta continua em destaque, em proporções distintas em cada uma delas. A primeira chama-se “Emoções do *Lockdown*”, de Debbie Dolega, é composta por quadriculados coloridos apenas nas bordas da tela, no centro um losango em preto e branco como um tabuleiro de xadrez sobreposto por duas máscaras teatrais, uma exalando certa serenidade e a outra tomada por grande melancolia. Um jogo de emoções exibindo contrastes de cores e de sentimentos. A artista atesta em seu texto que sua obra retrata “cinco ondas emocionais chave que a maioria de nós experimentou no *lockdown*: descrença, raiva, tristeza, aceitação e otimismo”.



Fig. 12 - “Emoções do *Lockdown*” – Debbie Dolega, 2020 (categoria *Quilts* em Miniatura).
(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europes Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th july-2nd august 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/miniature/>>)

A segunda tela, a mais sinistra de todas, intitula-se “Pendurado por um fio”, de Denise Blay. Apresenta o aspecto de uma ultrassonografia, nela a artista usou basicamente a cor preta, especialmente no centro da tela, onde há um buraco, ao redor do qual são projetados raios acinzentados que eclodem para as bordas da tela, no meio do buraco surge um fio branco pendurado. Suas palavras evidenciam a tragédia do contexto que inspirou a tela: “O *lockdown* devido a Covid-19 fez com que muitos de nós se sentissem como se estivéssemos sendo arrastados para um buraco negro. Alguns, infelizmente, perderam suas vidas. Para outros, a clausura os deixou nus e pendurados por um fio”.



Fig. 13 - “Pendurado por um fio” – Denise Blay, 2020 (categoria *Quilts* em Miniatura).
(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europes Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th july-2nd august 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/miniature/>>)

“Presas em grades” é o nome da tela da ucraniana Oleva Pugachova. São exibidas seis coloridas borboletas sobrevoando com vivacidade, aparentemente livres, todavia em segundo plano os triângulos estampados nas cores preta e branca representam grades que as aprisionam. Para a artista: “O contraste entre as cores vivas das borboletas e o fundo acromático realça a dicotomia ativo/passivo, vivo/morto”. As borboletas representam as pessoas reclusas em quarentena, embora potencialmente livres. A oposição vida e morte testemunha um período pandêmico no qual a distância vivo-morto é muito tênue e abate com profusão sobre as subjetividades das pessoas.



Fig. 14 - “Presas em grades” – Oleva Pugachova, 2020 (categoria *Quilts Modernos*).
(Fonte: QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europe's Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th July-2nd August 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/modern/>>)

Percebe-se nas narrativas das telas desse grupo a expressão do medo, um medo coletivo que atinge a todos globalmente diante da ameaça de uma doença letal e altamente contagiosa. Conforme Elias (1994), a força e a estrutura do medo e da agressão no indivíduo não depende de sua própria natureza, mas da história e de suas relações com os outros indivíduos. Trata-se de uma “economia das emoções”, cujas mudanças derivam das relações entre os indivíduos e as estruturas sociais marcadas pelos acontecimentos no espaço-tempo. É nestes termos que o medo da pandemia se apresenta, uma vez que vem de fora, do exterior, colocando-se como ameaça contra a vida dos indivíduos que vivem em sociedade. Dessa feita, o medo consiste em importante objeto de estudo sociológico por revelar aspectos advindos da coletividade.

O registro pictórico do luto e da morte contido nesses *quilts* emocionais denota-se na contracorrente da sociedade atual, cuja tônica reside no afastamento do testemunho dos indivíduos diante da morte. Elias (2001) censura o fato de a sociedade moderna isolar seus moribundos em hospitais impedindo os seus entes de compartilharem seus momentos finais, comportamento oposto aos das sociedades pré-

modernas. O autor reitera ainda que: “os vivos acham difícil identificar-se com os moribundos”, pois os indivíduos da sociedade moderna e científica acreditam que “os outros morrem, eu não” (Elias, 2001, pp. 7-8).

Durante a crise sanitária e pandêmica, muito embora haja a denegação da morte causada pelo vírus, sobretudo por parte dos negacionistas da ciência, ao mesmo tempo avulta um número vertiginoso de indivíduos atemorizados pela iminência da morte precoce provocada pelo alto grau de contágio da Covid-19. Esse temor decorre, em grande medida, do fato de o novo e desconhecido vírus desafiar brusca e veementemente a ciência, que ainda não dispõe de cura para a doença, abalando a potência da razão científica no tratamento dessa patologia.

Na perspectiva de Didi-Huberman, as imagens e o saber visual são: “campo privilegiado de questionamentos sobre nossa história, apelos e gritos para tomar posição em nome do porvir de nosso planeta” (apud SAMAIN, 2014, p. 47). Sob esse olhar, o emprego não usual da cor preta e a centralidade da morte nesses *quilts* avultam-se como importante veículo histórico de registro do momento de ameaça global contra a saúde e a vida, de crítica à certa naturalização diante da morte (especialmente dos mais fragilizados em grupo de risco) e de apelo político para a conscientização e sensibilização pela vida.

Didi-Huberman (2018) considera as emoções como moções, em movimento, em ação, produzida no interior e no exterior do indivíduo, levando-o a perceber o mundo, transformando-o ativamente, assim, a emoção é constituída não por um “eu”, mas por um evento, trazendo em seu bojo o poder de transformação: transformar memória em desejo. O autor assevera que as emoções não se restringem à pura passividade, já que é por meio delas que o mundo pode ser transformado, a medida que as emoções são transfiguradas em pensamentos e ações. Ele conclui: “se não podemos fazer política efetiva apenas com sentimentos, tampouco podemos fazer boa política desqualificando nossas emoções” (Didi-Huberman, 2018, p. 38).

Nesse ângulo de análise, as emoções detêm características que transcendem a constituição pessoal e particular dos indivíduos, notadamente quando retratam um movimento que afeta a todos no planeta, indubitavelmente são sinalizadoras relevantes de seu tempo histórico. Eis aí, os apelos que permeiam as telas de *quilt* sobre os modos de afecção e comoção das artistas diante da pandemia de Covid-19 são referências cruciais para pautar políticas públicas e governabilidades atuais.

Considerações Finais

No contexto pandêmico de Covid-19, impingido pela insegurança e pelo medo do outro, agente de contágio do vírus, em uma sociedade organizada em malhas urbanas à base de aglomeração humana, sobretudo entre as camadas sociais menos favorecidas e com precários recursos sanitários para a higienização requisitada, intensifica-se entre os indivíduos a “pulsão de morte” (Gutiérrez-Terrazas, 2002). O contágio vertiginoso da doença leva a impactos profundos na sociabilidade uma vez que as medidas preventivas, como o distanciamento e o isolamento social, contêm distintas facetas: visa a proteção à vida, mas também imputa sujeição e controle social e pode dificultar o estabelecimento de empatia, uma conduta de convivência salutar para potencializar afetos e solidariedades nas relações sociais.

A acentuada carga simbólica das telas têxteis de *patchwork* analisadas aqui revela tratem-se de objetos pictóricos oriundos da percepção e afecção das artistas diante desse acontecimento pandêmico, fortalecendo a perspectiva de serem artefatos culturais memoráveis e testemunhos de seu tempo histórico. A multiplicidade de representações apreendidas das narrativas das telas sobre esse acontecimento global apresenta às Ciências da Sociedade um grande desafio: não apenas “pensar a imagem”, mas “pensar por imagens”, desdobrando-as para atingir os seus “valores de uso” nesse momento de “virada cognitiva e comunicacional” (Samain, 2014), ocupando-se e preocupando-se não somente com a sua descrição, ilustração, registro e documentação cultural, mas, fundamentalmente, procurando “entender as pulsões e os sofrimentos do mundo, de transformá-los, de remontá-los em uma forma explicativa implicativa e alternativa” (Didi-Huberman, 2010, p. 191 apud SAMAIN, 2014, p. 53).

Se a autoridade da ciência, calcada na razão com o seu poder de cura diante dessa doença, mostra-se, momentaneamente, fragilizada dada a morosidade em desenvolver vacina e medicamentos contra o vírus SARS Cov2, resta, por ora, aos indivíduos o desafio da resiliência: desenvolver meios próprios para resistir as adversidades e, certamente, a arte têxtil é coadjuvante nesse processo ao facultar às artistas a possibilidade de sublimarem e apaziguarem-se, porém não sem tomarem parte dessa história deixando suas marcas, percepções e expressões de seu tempo nos tecidos.

Finalmente, do ponto de vista da sociabilidade pós-pandemia, ao cabo de perdas de centenas de milhares de vidas, de postos de trabalho destruídos, de atividades profissionais qualificadas e de ensino reestruturados por meios remotos, fica a

expectativa sobre que tipo de sociabilidade está sendo gestada no bojo desse processo: uma sociabilidade corpórea ou incorpórea? E com que potencial para suscitar a emoção, a empatia, a solidariedade e a civilidade? Estaria a nova sociabilidade pós-pandêmica prenhe do *homo clausus* (Elias, 1994, p. 246), encapsulado dentro de si mesmo, apartado da experiência concreta com o mundo exterior ou a percepção desse mundo será apreendida por novas formas que saberão zelar pela condição efetivamente humana e civilizada?

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Esther Bemerguy de - Elementos para um programa de transição ecológica In CASTRO, Jorge Abrahão; POCHMANN, Marcio (orgs.) - *Brasil: estado social contra a barbárie* [Em linha]. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 85-104. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/brasil-estado-social-contra-a-barbarie/>>. ISBN 978-65-5626-005-1
- ASSOCIAÇÃO FRANCESA DE *PATCHWORK* [Em linha]. França, 2020. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.francepatchwork.com/patchwork-creation-textile/traditionnel/>>
- BEEBE, William B. - *Intimate Parallels: The Art, History, and Activism of Civil War-Era Women's Quilt Art* [Em linha]. USA: Harvard Extension School, 2016. 157 p. Master's thesis. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://dash.harvard.edu/handle/1/33797287>>
- BERGSON, Henri - *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 291 p. ISBN 85-336-1021-1
- CARLOS, Ana Fani Alessandri - A 'revolução' no cotidiano invadido pela pandemia. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (coord.). *Covid-19 e a crise urbana* [Em linha]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 10-17. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <http://geografia.fflch.usp.br/sites/geografia.fflch.usp.br/files/Covid_19_e_a_Crise_Urbana_v7.pdf>. ISBN 978-65-87621-03-6
- CASTRO, Raúl - Covid-19. Narrativas y consideraciones sociales y políticas. Los otros virales. *Desde el Sur. Revista de Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Científica del Sur* [Em linha]. Lima. 12:1 (2020), p. 5-10. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<http://www.scielo.org.pe/pdf/des/v12n1/2415-0959-des-12-01-9.pdf>>. ISSN 2415-0959
- CHAUÍ, Marilena - Merleau-Ponty: obra de arte e filosofia In NOVAES, Adauto (org.) - *Artepensamento*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. ISBN 85-7164-417-9. pp. 467-492.
- DESLANDES, Suely Ferreira; COUTINHO, Tiago - O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da Covid-19 e os riscos para violências autoinflingidas. *Ciência e Saúde Coletiva* [Em linha]. Rio de Janeiro. 25:1 (2020), p. 2479-2486. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25suppl1/2479-2486/#>>. ISSN 1678-4561
- DEUTSCHE WELLE BRASIL - *Teorias da conspiração e extrema direita ganham fôlego com covid-19 na Alemanha* [Em linha]. 26 de maio 2020. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <https://www.youtube.com/watch?v=6UEN8vz0_vY>
- DIDI-HUBERMAN, Georges - *Emoção! Emoção?* Trad. de Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2018. 72 p. ISBN 978-85-7326-620-7.
- EASTN, Mark - Coronavirus: social media "spreading virus conspiracy theories". *BBC News* [Em linha]. 18 de junho de 2020. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.bbc.com/news/uk-53085640>>
- ELIAS, Norbert - *A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 107 p. ISBN 978-85-7110-616-1
- ELIAS, Norbert - *O processo civilizador*. Volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 277 p. ISBN 85-7110-106-X
- FISCHER, Ernst - *A Necessidade da Arte. Uma interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 254 p.

- FOUCAULT, Michel - A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In FOUCAULT, Michel - *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.
- GUTIÉRREZ-TERRAZAS, José - O conceito de pulsão de morte na obra de Freud. *Ágora* [Em linha]. Espírito Santo. 5:1 (2002), p. 91-100. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982002000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. ISSN 1980-0096
- MORETI, Sarah de Andrade; GUEDES-NETA, Maria de Lourdes; BATISTA, Eraldo Carlos - Nossas vidas em meio à pandemia da Covid-19: incertezas e medos sociais. *Rev. Enfermagem e Saúde Coletiva* [Em linha]. São Paulo: Faculdade São Paulo – FSP, 5:1 (2020), p. 32-41. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://revesc.org/index.php/revesc/article/view/57>>. ISSN 2448-394X
- MUSEUM, INTERNATIONAL QUILT - *World Quilts – The crazy quilt story* [Em linha]. USA: University of Nebraska-Lincoln, 2020. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<http://worldquilts.quiltstudy.org/crazyquiltstory/gender>>
- PERROTA, Ana Paula - Serpentes, morcegos, pangolins e “mercados úmidos” chineses: uma crítica da construção de vilões epidêmicos no combate à Covid-19. *Dilemas. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* [Em linha]. Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia, 29 de abril de 2020, p. 1-6. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<http://ppgcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/04/PERROTA-Serpentes-morcegos-pangolinsFI.pdf>>
- QUILTS, THE FESTIVAL OF - Europes Ultimate Quilting Destination. *Quilt Competitions* [Em linha]. England, 30th july-2nd august 2020 [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.thefestivalofquilts.co.uk/beyond-foq-quilt-competitions/>>
- REIS, Alice Casanova dos - Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho psicológico. *Psicologia: Ciência e Profissão* [Em linha]. Brasília. 34:1 (2014), p. 142-157. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n1/v34n1a11.pdf>>. ISSN 1982-3703
- SAMAIN, Etienne - Antropologia, imagens e arte. Um percurso reflexivo a partir de Georges Didi-Huberman. *Cadernos de Arte e Antropologia* [Em linha]. Bahia. 3:2 (2014), p. 47-55. Disponível em WWW: <<https://journals.openedition.org/cadernosaa/391>>. ISSN 2238-0361
- TÊXTIL DESIGN – Exposição Internacional de Arte Têxtil. Curadoria de Zeca Medeiros [Em linha]. São Paulo, 28 Jul.-1 Ago. 2020. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<https://loja.patchworkarteedesign.com.br/contemporaneo/>>
- VIEIRA, Liszt - Antropoceno: uma nova era. *Revista Eco 21* [Em linha]. Rio de Janeiro, 2016. Edição 240. [Consult. 5 de novembro de 2020]. Disponível em WWW: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=4041>>
- ZANELLA, Janice Reis Ciacci - Zoonoses emergentes e reemergentes e sua importância para saúde e produção animal. *Pesq. Agropec. Bras.* [Em linha]. Brasília. 51:5, (2016), p. 510-519. [Consult. 5 de novembro 2020]. Disponível em WWW: <<https://www.scielo.br/pdf/pab/v51n5/1678-3921-pab-51-05-00510.pdf>>. ISSN 1678-3921

Artigo Recebido a 21 de outubro de 2020 | Aceite a 20 de novembro de 2020